

REVISTA AUTÊNTICOS

Volume 3 - Número 4

julho 2023

ISSN - 2675 - 9543



**Racismo, não basta lamentar,
é preciso combater**



revistaautenticos.com.br

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP)**

R454

Revista Autênticos [recurso eletrônico] / [Editor Chefe]
Fernando Piffer – Vol 3, n.4 (jul. 2023) – São Paulo-SP:
Instituto P2G Educacional, 2022.

Bimestral

ISSN 2675-9543

Disponível em: <https://revistaautenticos.com.br/>

1. Educação Infantil. 2. Matemática. 3. Ensino Lúdico. 4.
Gestão Escolar. 5. Práticas Docentes. 6.
Empreendedorismo. 7. Alfabetização e Letramento. 8.
Tecnologias Digitais. I. Piffer, Fernando.

CDD: 371.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB-6/2422

www.revistaautenticos.com.br

E-Mail: contato@revistaautenticos.com.br

Rua Marquês de Lages, 729 – Ipiranga – São Paulo-SP – CEP 04162-001 Fone (11) 2947-3283

EDITORIAL

Racismo, não basta lamentar, é preciso combater.

A questão do combate ao racismo ganhou ainda maior notoriedade quando, no domingo, 21 de Maio último, o jogador brasileiro Vinícius Júnior, que atua pela equipe do Real Madri da Espanha, foi hostilizado pelos torcedores adversários que o insultavam sempre que ele participava de alguma jogada. Alguns torcedores do Valência o chamavam de “macaco” ou faziam imitações de macaco com o propósito de o afrontar. O fato tomou ainda maiores proporções, visto que não foi a primeira vez que episódios como este aconteceram na Espanha, envolvendo o jogador brasileiro. Este fato teve relevante expressão, pois vários líderes mundiais se pronunciaram, entre os quais o Presidente da República, manifestando repúdio e indignação com estas atitudes racistas e preconceituosas, as quais já não deveriam mais ocorrer, especialmente quando nos damos conta de que já estamos na terceira década deste novo milênio.

As definições de racismo que os dicionários apresentam indicam que se trata da manifestação de preconceito, discriminação ou antagonismo (direta ou indiretamente) por parte de um indivíduo, comunidade ou instituição contra uma pessoa ou pessoas pelo fato de elas pertencerem a um determinado grupo racial ou étnico, tipicamente marginalizado ou uma minoria. Cabe destacar que o preconceito é uma forma de conceito ou juízo formulado sem qualquer conhecimento prévio do assunto tratado, enquanto a discriminação é o ato de separar, excluir ou diferenciar pessoas ou objetos. Assim, a forma direta de racismo é aquela em que um indivíduo ou um grupo determinado manifesta-se de forma violenta física ou verbalmente contra outros indivíduos ou grupos por conta da etnia, raça ou cor. No Brasil tanto a manifestação verbal quanto a própria negação de acesso a serviços básicos ou a locais públicos pelos mesmos motivos se caracterizam como crime. Nesse caso, a lei 7716, de 1989, do Código Penal brasileiro, prevê punições a quem praticar tais transgressões.

O Brasil deveria ser protagonista no combate ao racismo, especialmente se considerar que, após 358 anos de escravidão, formou-se aqui a existência da maior população negra do mundo fora da África. De acordo com a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2019, 46,8% dos brasileiros se declararam pardos e 9,4% se declararam pretos. Para o IBGE, a soma de pardos e pretos constitui a população negra no Brasil, 56,2%. A construção da estrutura social brasileira se consolidou sobre alicerces de uma cultura racista, especialmente nas escolas, que sempre privilegiaram a maioria branca, em detrimento das minorias.

Assim, as escolas precisam se posicionar efetivamente no combate ao racismo, buscando fomentar o estudo da história afro-brasileira, no ensino fundamental e médio, porém, conscientizando as crianças na Educação Infantil, apontando experiências bem sucedidas por diversas instituições no combate ao racismo e ao preconceito. A principal maneira é de promover estratégias que estimulem o respeito às diferenças mediante debates, brincadeiras, contação de histórias, encenações com bonecos que manifestem indignação ao se perceberem situações discriminatórias. Importante que em todas estas atividades e narrativas seja destacado e observado o protagonismo negro, pois enquanto o negro for tratado neste cenário como secundário, vilão, incapaz e coitado, a conscientização nunca se concretizará.

O combate ao racismo é uma luta diária que precisa ser vencida diariamente, e a escola precisa estar atenta à sua responsabilidade. Não basta se indignar e se solidarizar ao jogador Vinícius Júnior. É preciso mais. É preciso batalhar para que a nossa escola diga não ao racismo e ao preconceito mediante atitudes efetivas e concretas.

Elaine Cristina Piffer é formada em Pedagogia e Biologia, com Pós-Graduação em Distúrbio de Aprendizagem, Docência no Ensino Superior e MBA em Gestão de Instituição de Ensino. É professora da Rede Pública de Diadema-SP.

CONSELHO EDITORIAL

Elaine Cristina Piffer
Rosana Gomes
Luciana de Moraes
Alcinda Ponce
Jorge Longuine Palhares
Talita Spadoni Piffer
Cezira Antonelli
Yara Cristina Nieri
Cláudia Duarte
Fernando Piffer
Miriam Aparecida Silva

EDITOR CHEFE

Fernando Piffer

NORMALIZAÇÃO E REVISÃO DE TEXTOS

Talita Spadoni Piffer

DIAGRAMAÇÃO

Daniel Lyrio Teixeira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Rosana Gomes

PROJETO GRÁFICO E DIGITAL

Daniel Spadoni

COPYRIGHT

Revista Autênticos. Instituto P2G Educacional, Volume 3, Número 4 (Julho, 2023) – SP

ISSN - VERSÃO DIGITAL

2675-9543

Publicação Bimestral coligada ao Instituto P2G Educacional.

Exceto o Editorial, todos os artigos publicados refletem a opinião dos seus autores. A responsabilidade pelos conteúdos é exclusiva dos mesmos, sendo que não expressam, necessariamente, a opinião deste Conselho Editorial.

É permitida a reprodução total ou parcial dos conteúdos, desde que as fontes sejam devidamente citadas.

SUMÁRIO

05– O IMPACTO DOS JOGOS DIGITAIS NA ALFABETIZAÇÃO INICIAL: COMPARATIVO EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO
GISELE DO PRADO GUILGER

21– A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA ALFABETIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
HELEN CRISTINA DE OLIVEIRA SANTOS
REJANE LÚCIA PEREIRA DE SOUZA

40– ORGANIZANDO ESPAÇO E TEMPO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
MARIA NAZARÉ FINOTI PAULA MELO

54– LETRAMENTO MATEMÁTICO ATRAVÉS DE JOGOS E DO COTIDIANO NOS ANOS INICIAIS
DENISE TARDELLI TALIATI
IANARA SAUA DUTRA DE SOUZA SIQUEIRA
VIVIANE FERRAZ DE SOUZA ALEXANDRINO

63– A RESPONSABILIDADE DA FAMÍLIA NO AMBIENTE ESCOLAR
AMANDA FONTOLAN CALAMONACI

74– A QUALIDADE DO ENSINO E DOS DOCENTES NO BRASIL
FABRÍCIA VALÉRIA DE ASSIS

87– A CONTRIBUIÇÃO DOS CONTOS DE FADAS E DAS FÁBULAS PARA DESPERTAR O PRAZER PELA LEITURA
GISLAINE KARIN DE MORAES SILVEIRA
CELINA DE FÁTIMA SANTOS MOURA

102– ALUNOS COM DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM: A IMPORTÂNCIA DO MATERIAL CONCRETO COMO FERRAMENTA PARA O PSICOPEDAGOGO CONTRIBUIR COM O DESENVOLVIMENTO DELES
RAFAEL FELIPE DE PAULA OLIVEIRA ALVES
GABRIEL HENGSTEMBERG BONIFÁCIO
JULIANA MACHADO

117– EDUCAÇÃO EMOCIONAL: UMA FERRAMENTA PARA O EMPREENDEDORISMO
ANA LÚCIA DOMINGOS KANÔ

134– JOGOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 3 A 5 ANOS
PAULA TELES DE MEDEIROS

144– REFLEXÕES SOBRE A DOCÊNCIA, DISCÊNCIA E ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO PÓS PANDEMIA
HADASSA RAQUEL MACEDO BILAC VIANA
SAMARA ELYZA MACEDO DE ARAÚJO
TATIANE APARECIDA DE ARAÚJO

154– RECONHECENDO ALGUNS AVANÇOS PARA UMA EDUCAÇÃO COM RESPEITO E SEM DISCRIMINAÇÃO
CIBELE MARIA DE PAULA CUENCAS
CLEA DALVA OLIVEIRA STEVAUX
STELLA MORAES BOEMER



O IMPACTO DOS JOGOS DIGITAIS NA ALFABETIZAÇÃO INICIAL: COMPARATIVO EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO PAULO

Gisele do Prado Guilger

Graduação em Pedagogia e em Biologia, com Pós-graduação em Tecnologias Digitais na Prática Pedagógica e Gestão Escolar.

RESUMO

Este estudo investiga a eficácia dos jogos digitais como ferramenta pedagógica para promover habilidades de alfabetização inicial entre estudantes do ensino fundamental. Especificamente, o estudo se concentra na implementação de jogos digitais em duas turmas de primeiro ano de escolas municipais de São Paulo. O objetivo é avaliar o impacto do uso de jogos digitais na progressão dos alunos do nível pré-silábico para o nível silábico de alfabetização. O estudo compara os resultados de uma turma em que os jogos digitais foram integrados ao currículo (Turma A) com um grupo de controle que seguiu métodos de ensino convencionais (Turma B).

Palavras-Chave: Jogos digitais, Alfabetização inicial, Educação primária, Alfabetização silábica, Tecnologia educacional.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, pesquisadores e profissionais da educação têm explorado abordagens inovadoras para aprimorar a instrução em alfabetização inicial nas escolas de ensino fundamental. Uma abordagem emergente é a integração de jogos digitais no ambiente da sala de aula. O uso de jogos digitais como ferramenta instrucional oferece a promessa de envolver os alunos, fomentar sua motivação e promover experiências de aprendizagem ativas (Ribeiro & Peres, 2016). Além disso, a natureza interativa e multimodal dos jogos digitais tem o potencial de facilitar o desenvolvimento de habilidades de alfabetização crítica, como consciência fonêmica, correspondência entre letras e sons e aquisição de vocabulário (Zogaib & Santos, 2015).

Este estudo tem como objetivo contribuir para o crescente corpo de pesquisa sobre o uso de jogos digitais para o desenvolvimento da alfabetização inicial, por meio

de uma análise comparativa de duas turmas de primeiro ano em escolas municipais de São Paulo. O foco está em investigar o impacto dos jogos digitais na progressão dos alunos do nível pré-silábico para o nível silábico de alfabetização. A justificativa deste estudo está baseada na necessidade de explorar estratégias eficazes que possam apoiar as diversas necessidades de aprendizagem dos jovens estudantes e melhorar seus resultados em alfabetização.

A implementação de jogos digitais em uma das turmas (Turma A) é realizada como grupo experimental, enquanto a outra turma (Turma B) segue métodos de ensino convencionais e serve como grupo de controle. Ao comparar os resultados entre os dois grupos, buscamos verificar a contribuição única dos jogos digitais para o desenvolvimento da alfabetização inicial dos alunos.

As questões de pesquisa específicas que norteiam este estudo são as seguintes:

Até que ponto os alunos da Turma A, que utilizam jogos digitais para instrução em alfabetização, demonstram maior avanço nos níveis de alfabetização em comparação com os alunos da Turma B?

Quais são as percepções e experiências dos alunos e professores em relação à integração de jogos digitais na sala de aula?

Quais são as implicações do uso de jogos digitais para a instrução em alfabetização inicial no contexto das escolas municipais de São Paulo?

Pesquisas anteriores têm demonstrado resultados promissores em relação ao uso de jogos digitais na educação, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento de habilidades de alfabetização inicial. Por exemplo, Santos (2019) observou que os jogos digitais podem proporcionar oportunidades únicas para os alunos explorarem conceitos relacionados à leitura e escrita de maneira envolvente e interativa, aumentando sua motivação e interesse pela aprendizagem. Da mesma forma, Silva (2018) ressalta que os jogos digitais podem contribuir para o desenvolvimento da consciência fonológica, uma habilidade crucial para a alfabetização inicial, ao proporcionar atividades interativas e desafiadoras que incentivam os alunos a refletir sobre a estrutura sonora das palavras.

Para responder às questões de pesquisa, serão coletados dados por meio de avaliações contínuas e uma avaliação diagnóstica de leitura e escrita ao final do processo. A análise dos dados fornecerá insights valiosos sobre o impacto dos jogos digitais na progressão da alfabetização dos alunos e oferecerá implicações práticas

para educadores e formuladores de políticas que buscam estratégias eficazes para aprimorar a instrução em alfabetização inicial.

Por meio dessa pesquisa, esperamos lançar luz sobre o potencial dos jogos digitais como um recurso valioso para promover habilidades de alfabetização inicial, contribuindo assim para a melhoria das práticas educacionais e o sucesso acadêmico dos jovens aprendizes nas escolas municipais de São Paulo.

Fundamentação teórica

A alfabetização inicial é uma etapa crucial no desenvolvimento educacional das crianças. Nesse contexto, o uso de jogos digitais tem sido explorado como uma abordagem inovadora para apoiar o processo de aprendizagem. Diversos pesquisadores têm investigado as implicações e os benefícios dos jogos digitais na educação infantil, fornecendo uma base teórica sólida para embasar nosso experimento.

Ribeiro e Peres (2016) são autores que discutem a importância das práticas sociais no desenvolvimento de jogos digitais na educação infantil. Segundo elas, é fundamental considerar a participação ativa das crianças e suas culturas ao longo do processo de desenvolvimento. Essa perspectiva é ressaltada quando afirmam: "As crianças são atores sociais, que criam brinquedos típicos da contemporaneidade, como os jogos digitais, realçando sua capacidade de construção e interação com o mundo digital" (Ribeiro e Peres, 2016). Essa citação demonstra a importância de valorizar as vivências das crianças e incluí-las como agentes ativos na criação e no uso de jogos digitais na educação.

"Ao considerar a participação ativa das crianças e suas culturas no processo de desenvolvimento de jogos digitais, reconhecemos sua capacidade de construção e interação, e valorizamos a diversidade de perspectivas e experiências que cada criança traz consigo" (Ribeiro & Peres, 2016, p. 52).

No contexto da educação infantil, Ribeiro e Peres (2016) enfatizam que é necessário considerar a relação entre jogos digitais, aprendizagem e cultura. Elas destacam que a cultura das crianças deve ser valorizada e reconhecida no processo de desenvolvimento e uso de jogos digitais. Segundo as autoras, "ao integrar a cultura das crianças no desenvolvimento dos jogos digitais, é possível criar experiências de aprendizagem mais significativas e autênticas" (Ribeiro e Peres, 2016). Essa citação ressalta a importância de reconhecer e incorporar a cultura das crianças nos jogos

digitais utilizados na educação infantil, o que contribui para tornar as experiências de aprendizagem mais relevantes e contextualizadas.

Ribeiro e Peres (2016) também destacam que a interação com jogos digitais na educação infantil não se limita apenas ao aspecto lúdico, mas também envolve a construção de conhecimento e a interação social. Segundo elas, "as crianças podem se tornar atores sociais ao utilizar jogos digitais, realçando sua capacidade de construção, interação e compreensão do mundo digital" (Ribeiro e Peres, 2016). Essa citação enfatiza a importância de reconhecer as potencialidades dos jogos digitais como ferramentas de aprendizagem que promovem a interação social e o desenvolvimento de habilidades cognitivas.

Ao considerar as contribuições de Ribeiro e Peres (2016), podemos compreender a importância de envolver ativamente as crianças no desenvolvimento e uso de jogos digitais na educação infantil. A abordagem proposta pelas autoras valoriza a participação ativa das crianças, a cultura como elemento central e a interação social como aspecto essencial na utilização dos jogos digitais. Essa perspectiva amplia as possibilidades de aprendizagem, promovendo experiências mais significativas e enriquecedoras para as crianças na era digital.

Dessa forma, a pesquisa de Ribeiro e Peres (2016) contribui para embasar teoricamente nosso estudo, fornecendo insights importantes sobre a relação entre jogos digitais, aprendizagem e cultura na educação infantil. Suas ideias nos ajudam a compreender o potencial educativo dos jogos digitais, especialmente quando consideramos a participação ativa das crianças, a valorização de suas culturas e a interação social como elementos essenciais nesse processo de aprendizagem.

"Considerando a relevância das práticas sociais na educação infantil, é fundamental proporcionar às crianças oportunidades de participação ativa e de expressão cultural, permitindo que se tornem protagonistas na criação de brinquedos e jogos digitais. Dessa forma, elas desenvolvem suas habilidades de construção, interação e compreensão do mundo digital" (Ribeiro & Peres, 2016, p. 87).

De acordo com Zogaib e Santos (2015), os jogos digitais podem desempenhar um papel significativo no processo de aprendizagem das crianças, desde que sejam utilizados de forma intencional e planejada pelos professores e pelas escolas. Os autores destacam que é fundamental que os educadores estejam cientes das potencialidades desses jogos e sejam capazes de integrá-los de maneira adequada ao currículo escolar. Nesse sentido, Zogaib e Santos afirmam: "Os jogos digitais podem contribuir para a aprendizagem das crianças quando os professores e

as escolas os utilizam de forma intencional e planejada" (Zogaib e Santos, 2015). Essa citação evidencia a importância de uma abordagem pedagógica consciente na utilização dos jogos digitais como recursos educativos. As autoras também ressaltam o papel mediador do professor na relação entre criança, jogo e aprendizagem. Os autores argumentam que os professores desempenham um papel fundamental na seleção adequada dos jogos, na orientação dos alunos durante o uso dessas ferramentas e na reflexão sobre as aprendizagens ocorridas. Eles afirmam: "O professor tem o papel de mediar a relação entre a criança, o jogo digital e a aprendizagem, promovendo um uso crítico e reflexivo dessas tecnologias" (Zogaib e Santos, 2015). Essa citação destaca a importância do papel ativo do professor na promoção de uma aprendizagem significativa e direcionada por meio dos jogos digitais.

Ao considerar tais perspectivas, percebemos a relevância de uma abordagem pedagógica intencional e planejada na utilização dos jogos digitais como recursos educativos. Os autores enfatizam a importância de os educadores conhecerem as potencialidades dessas ferramentas e serem mediadores ativos na relação entre criança, jogo e aprendizagem. Essa abordagem pedagógica embasada contribui para uma utilização mais eficaz dos jogos digitais como ferramentas de apoio ao ensino e à aprendizagem na educação infantil.

Baseando-se no lúdico, a pesquisa de Zogaib e Santos (2015) enriquece a fundamentação teórica deste estudo, fornecendo insights relevantes sobre a relação entre jogos digitais e aprendizagem em sala de aula. Suas contribuições destacam a importância de uma abordagem pedagógica intencional, consciente e mediada pelos professores na utilização dos jogos digitais como recursos educativos.

Outra perspectiva relevante é apresentada por Bruno e Ribeiro (2020), que exploram a perspectiva histórico-cultural no contexto dos jogos digitais e aprendizagens. A pesquisa baseada na teoria de Vigotsky e em estudos clássicos sobre jogo, sociedade e educação revela que os jogos digitais podem motivar os sujeitos a formar conceitos, adquirir conhecimento e desenvolver habilidades. Os jogos despertam sentimentos, afetos, prazeres estéticos e desafios, proporcionando um potencial significativo para a educação contemporânea. Nesse sentido, a utilização dos jogos digitais como estratégia pedagógica pode contribuir para a construção de conhecimento e o desenvolvimento integral das crianças.

A partir dessas abordagens teóricas, é possível perceber a importância dos jogos digitais como ferramentas pedagógicas na educação infantil. Ao considerar as práticas sociais, as possibilidades pedagógicas e a perspectiva histórico-cultural, é possível explorar o potencial educativo dos jogos digitais, promovendo uma

aprendizagem significativa e envolvente para as crianças. "No contexto educacional, os jogos digitais oferecem oportunidades de aprendizagem autêntica e significativa, permitindo que os estudantes desenvolvam habilidades cognitivas, sociais e emocionais de forma integrada" (Bruno & Ribeiro, 2020, p. 91).

Existe a necessidade de se considerar a diversidade de estilos de aprendizagem e as características individuais das crianças ao utilizar jogos digitais como recursos educacionais. Cada criança é única e traz consigo suas experiências, cultura e potencialidades. Nesse sentido, é fundamental proporcionar oportunidades de aprendizagem que considerem sua participação ativa, suas interações sociais e sua relação com o mundo digital (Ribeiro e Peres, 2016).

Os jogos digitais podem ser utilizados como recursos pedagógicos, desde que os professores e as escolas estejam dispostos a explorar suas potencialidades, integrando-os de forma intencional no processo de ensino e aprendizagem. Essa abordagem destaca a importância do papel do professor como mediador na relação entre os jogos digitais, as crianças e a aprendizagem. O educador desempenha um papel fundamental ao direcionar as atividades com os jogos, promovendo a reflexão, o diálogo e a construção de conhecimentos por meio da interação com o jogo. "Os jogos digitais podem ser utilizados como recursos pedagógicos, desde que os professores e as escolas estejam dispostos a explorar suas potencialidades, integrando-os de forma intencional no processo de ensino e aprendizagem" (Zogaib e Santos, 2015).

A interação com jogos digitais pode despertar emoções, prazeres estéticos e desafios, motivando os sujeitos a construir conhecimentos e a se engajarem ativamente na aprendizagem. Nesse contexto, é essencial que os educadores estejam preparados para criar ambientes de aprendizagem que estimulem o interesse e a curiosidade das crianças, oferecendo suporte adequado para a exploração dos jogos digitais como recursos educacionais.

Ao integrar essas perspectivas teóricas, este estudo busca contribuir para a compreensão da relação entre jogos digitais e aprendizagem na educação infantil, evidenciando a importância de explorar de forma adequada esses recursos para promover uma educação mais significativa e envolvente para as crianças.

Portanto, considerando as diferentes abordagens teóricas e os estudos realizados por Ribeiro e Peres (2016), Zogaib e Santos (2015) e Bruno e Ribeiro (2020), é possível reconhecer o potencial educativo dos jogos digitais na educação infantil. Os jogos digitais podem proporcionar experiências de aprendizagem enriquecedoras, promovendo o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das

crianças. No entanto, é fundamental que os educadores estejam preparados para explorar esses recursos de forma intencional e planejada, considerando as características individuais dos alunos e integrando os jogos digitais ao currículo de maneira coerente e significativa. Dessa forma, os jogos digitais podem se tornar aliados poderosos na construção de uma educação de qualidade na era digital.

Metodologia

Este estudo teve como objetivo investigar minuciosamente o impacto da utilização de jogos digitais no processo de aprendizagem de crianças matriculadas no 1º ano do ensino fundamental. Para alcançar essa finalidade, o estudo foi estruturado em diversas etapas, de 01 de março de 2023 a 15 de maio de 2023, como detalhamos a seguir:

Seleção das turmas e avaliação inicial

Foram selecionadas duas turmas, denominadas Turma A e Turma B, compostas por alunos com faixa etária entre 5 e 6 anos. Inicialmente, foi realizada uma avaliação inicial com o propósito de identificar o nível de desenvolvimento das crianças em relação às habilidades de leitura e escrita. Para isso, utilizou-se uma sondagem de leitura e escrita, a qual incluiu a aplicação de atividades específicas adequadas a cada estágio de desenvolvimento: pré-silábico, silábico e silábico-alfabético.

Esses resultados proporcionaram uma visão abrangente do nível de desenvolvimento das crianças em relação às habilidades de leitura e escrita, servindo como base para a seleção das turmas de intervenção e o delineamento do estudo.

Os resultados da sondagem inicial revelaram o seguinte:

Turma A:

Número de alunos: 27
Distribuição por estágio de desenvolvimento:
Pré-silábico: 22 alunos
Silábico: 5 alunos
Silábico-alfabético: 0 alunos

Turma B:

Número de alunos: 28
Distribuição por estágio de desenvolvimento:
Pré-silábico: 24 alunos
Silábico: 4 alunos
Silábico-alfabético: 0 alunos

Definição das turmas de intervenção

Com base nos resultados obtidos na avaliação inicial, foram selecionadas a Turma A, composta por 27 alunos, e a Turma B, composta por 28 alunos. A escolha das turmas foi baseada no objetivo do estudo, que consistia em investigar o impacto da utilização de jogos digitais no processo de aprendizagem de crianças do 1º ano do ensino fundamental. Além disso, a distribuição dos alunos por estágio de desenvolvimento (pré-silábico e silábico) foi considerada na seleção das turmas, garantindo que ambas as turmas apresentassem uma composição equilibrada em relação às habilidades de leitura e escrita. Essa abordagem contribuiu para a representatividade dos resultados e a comparação mais precisa dos efeitos da intervenção com jogos digitais.

A Turma A foi designada para utilizar jogos digitais como recurso pedagógico durante o processo de intervenção, enquanto a Turma B seguiu o ensino tradicional, com aulas convencionais. Essa divisão permitiu comparar os efeitos da abordagem com jogos digitais em relação à abordagem convencional, proporcionando insights valiosos sobre a eficácia desses recursos no contexto educacional.

Seleção e utilização dos jogos digitais

A escolha dos jogos digitais utilizados foi realizada criteriosamente, levando em consideração a adequação ao nível de desenvolvimento das crianças e a consonância com os objetivos de aprendizagem estabelecidos. Entre os jogos utilizados, destacam-se:

"Silabando": O Silabando é um jogo feito para auxiliar as crianças no aprendizado escolar. Com um design simples e interativo, a criança desenvolve o conhecimento de sílabas simples e complexas, memorizando e aprendendo a pronúncia de cada uma delas. Ideal para crianças de até 7 anos de idade, o app está disponível apenas para Android.

"ABC do Bitá": É um abecedário interativo totalmente em português que ajuda na alfabetização das crianças. Seus games auxiliam no aumento da coordenação motora e trabalham o raciocínio lógico da criança. A ideia é que cada letra do alfabeto tenha uma brincadeira, com a criança aprendendo com desenhos, dinossauros e até mesmo um xilofone interativo, tudo com uma trilha sonora original e narração em português. O app está disponível gratuitamente para celulares Android e iOS

"Desafio Ortográfico": Com foco na construção de palavras, o aplicativo ABC do Bitá permite que a criança descubra sons de diferentes sílabas para formar palavras

simples. São 30 fases que ensinam mais de 90 palavras e 60 fonemas para a criança que está sendo alfabetizada. O app está disponível gratuitamente para celulares Android e iOS.

Esses jogos proporcionaram um ambiente de aprendizagem dinâmico e estimulante, incentivando a participação ativa das crianças no processo de aprendizagem da leitura e escrita. A variedade de mecânicas dos jogos ofereceu diferentes abordagens para o desenvolvimento dessas habilidades, engajando os alunos de maneira interativa e divertida, sendo incorporados como elementos fundamentais nas aulas da Turma A. Os jogos digitais foram disponibilizados aos alunos por meio dos tablets e computadores disponíveis na escola. Durante as aulas, as crianças tiveram a oportunidade de interagir com os jogos individualmente e em pequenos grupos, sob a supervisão das professoras. Além disso, os pais foram informados sobre a utilização dos jogos e receberam recomendações para que os alunos também pudessem jogá-los em casa, por meio de dispositivos móveis, como celulares. Essa abordagem permitiu que os jogos fossem incorporados tanto no ambiente escolar quanto no ambiente familiar, ampliando as oportunidades de aprendizagem e proporcionando uma experiência contínua de ensino e prática das habilidades de leitura e escrita.

Aulas convencionais

Na Turma B, as aulas seguiram uma abordagem mais convencional em relação à alfabetização inicial. Foram utilizados materiais didáticos tradicionais, como livros, cadernos e cartilhas, para o ensino da leitura e escrita. As professoras adotaram estratégias pedagógicas tradicionais, incluindo atividades de leitura em grupo, ditados, exercícios de escrita individual, cópias de palavras e frases, além do uso de filmes infantis e livros de literatura para enriquecer o ambiente de aprendizagem.

Durante as aulas, as professoras proporcionaram momentos de leitura em voz alta, em que os alunos ouviam histórias e seguiam a leitura com o dedo, desenvolvendo a consciência fonológica e a compreensão de textos. Além disso, os filmes infantis foram utilizados como recursos complementares, permitindo que os alunos visualizassem narrativas e personagens, estimulando o interesse pela leitura e a ampliação do vocabulário.

Também foram realizados exercícios de escrita individual, nos quais os alunos praticavam a escrita de letras, sílabas e palavras. A correção dos exercícios era feita em conjunto, destacando as regras ortográficas e oferecendo feedback aos

alunos. As atividades de ditado, cópias de palavras e frases foram utilizadas como estratégias para a prática da escrita e para o reconhecimento de padrões ortográficos.

Essa variedade de recursos, incluindo filmes infantis e livros de literatura, proporcionou um ambiente diversificado e estimulante para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita na Turma B.

Acompanhamento e registro de desempenho:

Durante todo o período de intervenção, as professoras adotaram um método consistente de acompanhamento e registro de desempenho para ambas as turmas. Esse método foi aplicado de forma igualitária e sistemática, permitindo uma comparação adequada entre os resultados obtidos pela Turma A, que utilizou os jogos digitais, e pela Turma B, que seguiu o ensino tradicional.

As professoras conduziram observações sistemáticas para acompanhar o desempenho das crianças em relação às habilidades de leitura e escrita, utilizando os mesmos critérios e instrumentos de registro para ambas as turmas. Essas observações foram realizadas de forma individual e em grupo, tanto durante as aulas convencionais como durante as atividades com os jogos digitais (no caso da Turma A).

Foram utilizados diferentes instrumentos de avaliação, como checklists, registros descritivos, anotações de campo e amostras de trabalhos escritos, garantindo a uniformidade do processo de avaliação para ambas as turmas. Esses registros detalhados permitiram às professoras coletar dados precisos sobre a participação dos alunos, seu progresso individual e a compreensão dos conteúdos abordados.

Além das observações sistemáticas, foram realizadas avaliações formativas ao longo do período de intervenção, com a aplicação de atividades diagnósticas, como exercícios de leitura e escrita. Essas avaliações foram aplicadas em ambas as turmas, proporcionando uma análise comparativa do desenvolvimento das habilidades em cada grupo.

Os dados coletados por meio das observações e avaliações foram registrados e analisados de forma rigorosa e imparcial. Utilizou-se métodos descritivos para organizar as informações e comparar o desempenho das crianças ao longo do tempo, garantindo uma avaliação justa e equitativa entre as turmas.

Portanto, é importante ressaltar que as duas turmas foram avaliadas e acompanhadas com o mesmo método, assegurando a confiabilidade e validade dos resultados obtidos. Essa abordagem consistente permitiu uma análise comparativa

adequada do impacto da utilização dos jogos digitais no processo de aprendizagem, em contraste com o ensino tradicional.

Avaliação final

Após o período de intervenção, que compreendeu um bimestre letivo, foi realizada uma avaliação final detalhada para verificar o progresso das crianças em relação aos diferentes níveis de desenvolvimento em leitura e escrita. Essa avaliação consistiu em uma sondagem cuidadosamente elaborada, semelhante à avaliação inicial, com o intuito de comparar os resultados obtidos antes e após a intervenção.

A sondagem de leitura envolveu a aplicação de atividades específicas que avaliaram a capacidade das crianças em reconhecer palavras, compreender textos simples, identificar letras e sons, e relacionar imagens com palavras escritas. Já a sondagem de escrita avaliou a habilidade das crianças em formar letras, escrever palavras simples e expressar ideias por meio da escrita.

As avaliações foram aplicadas tanto para a Turma A, que utilizou os jogos digitais como recurso pedagógico, quanto para a Turma B, que seguiu o ensino tradicional. Dessa forma, foi possível comparar o progresso das crianças em ambos os grupos e analisar o impacto da intervenção com jogos digitais no processo de aprendizagem em relação ao ensino tradicional.

É importante ressaltar que a avaliação final foi conduzida de maneira imparcial e objetiva, garantindo a confiabilidade dos dados e a validade das conclusões. A utilização de métodos estatísticos permitiu uma análise mais aprofundada dos resultados, auxiliando na interpretação dos efeitos da utilização de jogos digitais no processo de aprendizagem das crianças do 1º ano do ensino fundamental.

Resultados

Após avaliação final, obteve-se os resultados a seguir:

Turma A:

Número de alunos: 27

Distribuição por estágio de desenvolvimento:

Pré-silábico: 6 alunos

Silábico: 16 alunos

Silábico-alfabético: 5 alunos

Turma B:

Número de alunos: 28

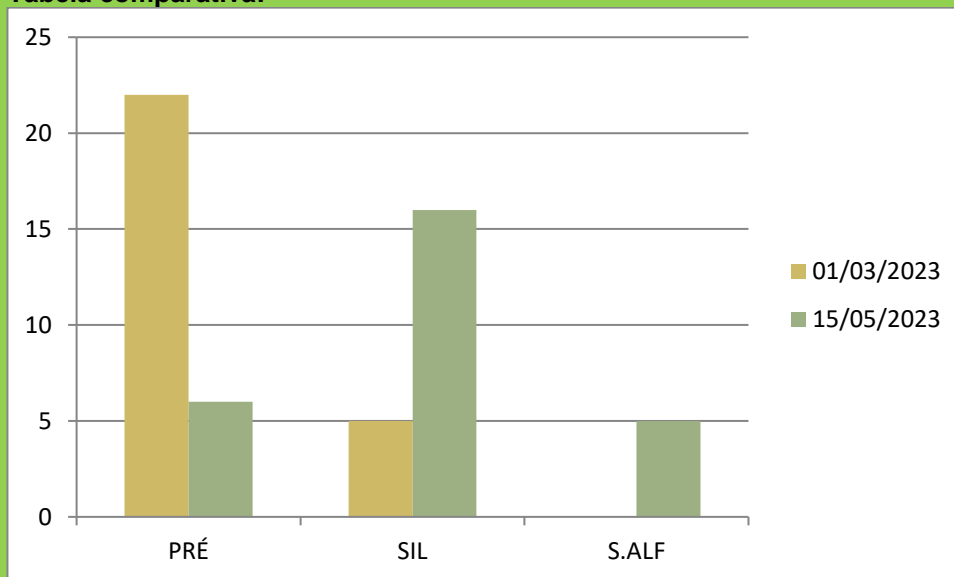
Distribuição por estágio de desenvolvimento:

Pré-silábico: 17 alunos

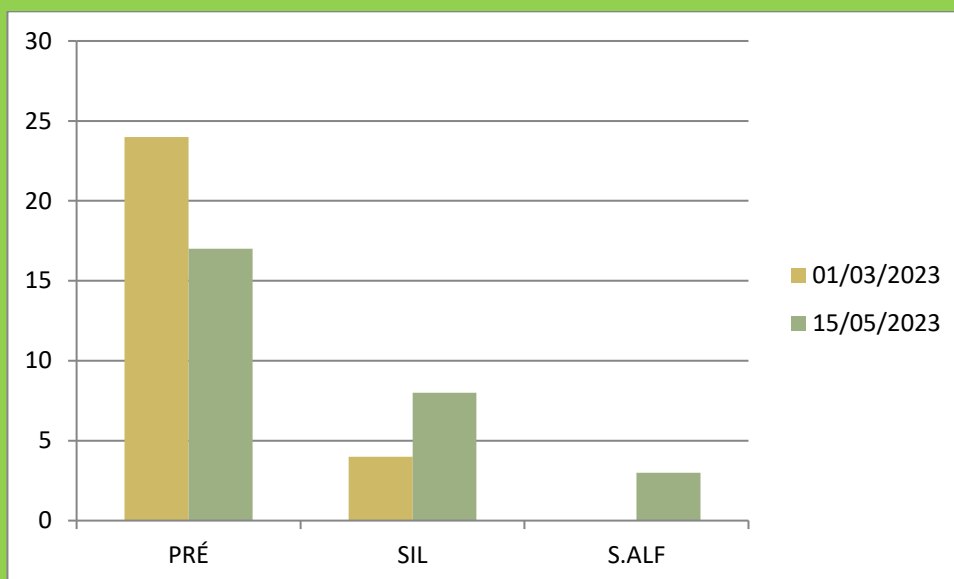
Silábico: 8 alunos

Silábico-alfabético: 3 alunos

Tabela comparativa:



Turma A – Comparativo dos resultados de sondagem pré e pós-experimento.



Turma B – Comparativo dos resultados de sondagem pré e pós-experimento.

Com base nos dados coletados, constatou-se que os alunos da Turma A, que se utilizou de jogos digitais como parte do processo de ensino de alfabetização, apresentaram um bom desenvolvimento em todas as atividades avaliadas. Dos 6 alunos pré-silábicos iniciais, foi observado um avanço significativo em sua progressão na aquisição das habilidades de leitura e escrita.

Esses estudantes demonstraram maior facilidade em reconhecer letras, associar sons e letras, identificar palavras e executar outras atividades relacionadas à alfabetização. Esses resultados sugerem que o uso de jogos digitais como estratégia complementar no processo de ensino pode ter impactado positivamente o desenvolvimento dessas habilidades.

Em contraste, na Turma B, que seguiu os métodos de ensino convencionais, observou-se um número maior de alunos em estágio pré-silábico, indicando um menor progresso no desenvolvimento da leitura e escrita em comparação com a Turma A.

Esses resultados indicam que o uso de jogos digitais como recurso educacional pode ser eficaz no processo de alfabetização, proporcionando um ambiente lúdico e interativo que estimula o interesse e a motivação dos alunos. Além disso, esses jogos podem auxiliar na compreensão dos conceitos e no desenvolvimento das habilidades fundamentais para a alfabetização.

Discussão

Com base nos resultados obtidos, observou-se que o uso de jogos digitais como recurso educacional pode ser eficaz no processo de alfabetização, proporcionando um ambiente lúdico e interativo que estimula o interesse e a motivação dos alunos. Ribeiro e Peres (2016) ressaltam que tais jogos também desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais de forma integrada.

"Ao brincar com jogos digitais, os alunos têm a oportunidade de exercitar suas capacidades cognitivas, como a resolução de problemas, a tomada de decisões e a capacidade de concentração. Além disso, a interação proporcionada pelos jogos digitais favorece a construção de relações sociais e o desenvolvimento emocional dos alunos" (Ribeiro & Peres, 2016, p. 53).

É importante ressaltar que a diversidade de estilos de aprendizagem e as características individuais das crianças devem ser consideradas ao utilizar jogos digitais como recursos educacionais. Cada criança é única e traz consigo suas experiências, cultura e potencialidades. Portanto, é fundamental proporcionar oportunidades de aprendizagem que levem em conta sua participação ativa, suas interações sociais e sua relação com o mundo digital.

Os jogos digitais podem se tornar aliados poderosos na construção de uma educação de qualidade na era digital, oferecendo um vasto leque de possibilidades educativas quando utilizados de forma intencional, planejada e adequada ao contexto educacional. O papel do professor como mediador na relação entre os jogos digitais, as crianças e o processo de aprendizagem se revela fundamental e estratégico para potencializar os benefícios dessas ferramentas. Ao assumir esse papel, o professor

direciona as atividades envolvendo os jogos digitais, promovendo a reflexão, o diálogo e a construção de conhecimentos por meio da interação com o jogo.

Ao utilizar os jogos "Silabando", "ABC do Bitá" e "Lelê Sílabas" em nossa metodologia, enfatizamos a importância de uma seleção criteriosa por parte dos professores em relação aos recursos digitais e jogos disponíveis na internet mas essas são apenas algumas das escolhas existentes naquele momento. É fundamental reconhecer que nem todos os jogos são adequados ou oferecem uma experiência educativa significativa. Assim como qualquer recurso pedagógico, os jogos possuem uma validade temporal e podem se tornar obsoletos ou menos eficazes com o surgimento de novas tecnologias e abordagens educacionais.

Portanto, os educadores devem realizar uma análise cuidadosa dos jogos antes de introduzi-los na sala de aula. Isso envolve considerar aspectos como os objetivos de aprendizagem, a faixa etária dos alunos, a coerência com o currículo e a qualidade pedagógica do jogo. Além disso, é importante estar atento a possíveis atualizações e novas versões, já que o conteúdo e a mecânica dos jogos podem ser aprimorados com o tempo.

Os professores desempenham um papel fundamental na seleção dos recursos digitais, buscando aqueles que proporcionem uma experiência educativa enriquecedora, estimulante e alinhada aos objetivos pedagógicos. Ao fazer uma escolha criteriosa, os educadores garantem que os jogos selecionados estejam em sintonia com as necessidades e características dos alunos, criando um ambiente de aprendizagem dinâmico e engajador.

É relevante ressaltar que, assim como os jogos digitais evoluem, as práticas pedagógicas também devem estar em constante atualização. Os professores devem se manter informados sobre as novas pesquisas e tendências na área de educação e tecnologia, a fim de acompanhar as mudanças e adaptar suas abordagens de acordo com as demandas e possibilidades do contexto atual.

Em síntese, embora os jogos digitais e os recursos disponíveis na internet sejam valiosos para a educação, é necessário ter consciência de que sua relevância pode variar ao longo do tempo. A seleção criteriosa por parte dos professores, embasada em análises pedagógicas e em consonância com as necessidades dos alunos, é essencial para garantir uma utilização eficaz e atualizada desses recursos, proporcionando uma experiência educativa enriquecedora e significativa.

A utilização destes meios como recursos educacionais demanda uma abordagem pedagógica intencional, na qual o professor desempenha um papel ativo na

seleção, adaptação e contextualização dos jogos, alinhando-os aos objetivos de aprendizagem e aos conteúdos curriculares. Dessa forma, cria-se um ambiente propício para que as crianças se engajem de maneira significativa com os jogos, explorando suas funcionalidades e desafios, e estabelecendo conexões entre o conteúdo do jogo e os conhecimentos prévios, promovendo uma aprendizagem mais profunda e significativa.

Durante as atividades com os jogos digitais, o professor assume o papel de mediador, fornecendo orientações, questionamentos e provocando reflexões que levem os alunos a pensar criticamente sobre suas ações no jogo, a tomar decisões fundamentadas e a buscar soluções para os desafios apresentados. Por meio do diálogo estabelecido entre professor e alunos, amplia-se a compreensão dos conteúdos abordados no jogo, exploram-se diferentes perspectivas, discutem-se estratégias utilizadas, compartilham-se experiências e constroem-se conhecimentos de forma colaborativa.

Ao adotar uma abordagem mediada pelo professor, os jogos digitais se transformam em ferramentas educacionais que vão além do entretenimento, impulsionando o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais dos alunos. Através da interação com os jogos, as crianças exercitam habilidades de resolução de problemas, pensamento crítico, tomada de decisões e concentração, ao mesmo tempo em que constroem relações sociais, desenvolvem habilidades de comunicação e colaboração, e expandem sua consciência emocional.

Ao considerar a relevância da tecnologia na educação, reconhece-se o papel do professor como mediador, capaz de potencializar os benefícios dessas ferramentas e promover uma experiência educativa enriquecedora e significativa para os alunos.

Considerando as diferentes abordagens teóricas apresentadas, é possível reconhecer o potencial educativo dos jogos digitais e sua diversidade na educação infantil. Eles podem proporcionar experiências de aprendizagem enriquecedoras, promovendo o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. No entanto, é necessário que os educadores estejam preparados para explorar esses recursos de forma adequada, considerando as características individuais dos alunos e integrando os jogos digitais ao currículo de maneira coerente e significativa.

REFERÊNCIAS

BRUNO, Adriana Rocha; RIBEIRO, Janaína De Oliveira Nunes. **GAMES E APRENDIZAGENS NA PERSPECTIVA HISTÓRICO CULTURAL**. Revista Teias,

v. 21, n. 60, p. 22-36, 27 fev. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/teias.2020.48637>. Acesso em: 30 mai 2023.

RIBEIRO, Georgia Daniella Feitosa de Araújo; ANDRADE E PERES, Flávia Mendes de. **Do Brincar Com Jogos Digitais ao Brincar Para Jogos Digitais em Comunidades de Prática. Educativa**, v. 19, n. 1, p. 53, 27 set. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.18224/educ.v19i1.5015>. Acesso em: 30 mai 2023.

ZOGAIB, Simone Damm; SANTOS, Solange dos. **Jogos digitais e aprendizagem: uma discussão sobre as possibilidades do trabalho pedagógico com crianças na Educação Infantil. Revista EDaPECI**, v. 15, n. 3, p. 562-577, 30 dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.29276/redapeci.2015.15.33783.562-577>. Acesso em: 30 mai 2023.

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NA ALFABETIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS



Helen Cristina de Oliveira Santos

Graduação em Pedagogia com Pós-graduação em LIBRAS; Alfabetização e Letramento; Educação Básica; Metodologia do Ensino da Matemática e Direitos Humanos.



Rejane Lúcia Pereira de Souza

Graduação em Pedagogia com Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento; Psicopedagogia Institucional; Docência no Ensino Superior; Práticas de Letramento; Alfabetização de Surdos e Neuropsicopedagogia.

RESUMO

Leitura, uma estratégia que têm sido muito usadas na alfabetização das crianças do ensino fundamental ciclo I e na Educação de jovens e adultos dentro de uma proposta construtivista onde a leitura é avaliada como um instrumento de aprendizagem. O estudo que se segue busca analisar como se dá a alfabetização através da leitura com as diferentes tipologias textuais no ambiente escolar, mas principalmente pesquisar como se dá o processo ensino aprendizagem da leitura, escrita e linguagem oral e a contribuição da escola na formação de todos os alunos como praticantes da cultura escrita, contextualizando o objeto de ensino e construí-lo tomando como referências as práticas sociais de leitura e escrita. Conforme (MARTINS), a leitura nesse contexto é considerada um método de aprendizagem contínuo, de autoeducação, aperfeiçoamento geral da linguagem, exercício da liberdade, antecipação e ordenamento de experiências emocionais, a formação do espírito crítico, da personalidade, da sensibilidade estética e a capacidade de compartilhar experiências, do domínio de problemas éticos, morais, e sócio-políticos, a resistência a manipulação do subconsciente, fazendo interferências sobre os textos apresentados.

Palavras-chave: Leitura; Alfabetização; Educação de Jovens e Adultos (EJA).

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como finalidade abordar a leitura como um instrumento imprescindível para a alfabetização dos alunos do Ensino Fundamental do ciclo I e da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), debatendo sobre o assunto abordaremos: a importância da leitura nos primeiros anos das séries iniciais e também na Educação de Jovens e Adultos. Com o propósito de trazer subsídios aos educadores, oportunizando o conhecimento e saberes de como trabalhar com as diferentes tipologias textuais na alfabetização em sala de aula. Para que de fato os alunos se tornem leitores e escritores competentes com a construção de uma escola inclusiva que promova a aprendizagem dos alunos das camadas mais pobres da população e a dos jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de concluírem seus estudos no ensino regular.

Sendo assim, para falarmos em Educação, temos que pensar na leitura, como fator primordial à alfabetização do aluno. A leitura como fator educacional, constrói dentro do ser humano, um campo enorme de conhecimento, seja do mundo, como de si mesmo.

A leitura é à base do processo de alfabetização e também da formação da cidadania.

Por isso a leitura se torna uma experiência pessoal, a qual não depende somente da decodificação de símbolos gráficos, mas de todo o contexto ligado à história de vida de cada indivíduo. E a prática da leitura que se faz presente em nossas vidas desde o momento em que começamos a "compreender" o mundo à nossa volta, dentro do constante desejo de decifrar e interpretar o sentido das coisas que nos cercam, de perceber o mundo sob diversas perspectivas, de relacionar a realidade ficcional com a que vivemos, a partir do contato que temos com um livro.

Neste sentido, surgiu então o interesse pelo tema devido à participação do projeto Ler e Escrever que era seguido pela observação em sala de aula, os momentos de leituras feitas pela professora, onde o foco era a alfabetização e estas observações estavam voltadas para a análise e reflexão sobre as hipóteses de leitura e escrita dos alunos nos primeiros ciclos do ensino fundamental. E também seguidas de uma sugestão de nossa orientadora tivemos a ideia de relatar como se dá a alfabetização

dos jovens e adultos, partindo da experiência vivenciada por um trabalho realizado anteriormente com os alunos de uma escola localizada na cidade de Votorantim, onde estivemos com o grupo entrevistando-os a fim de conhecer os perfis destes alunos, para saber por que voltaram a estudar e quais eram os seus sonhos. Na busca de compreendermos a importância do ensino na formação humana, considerando o conjunto das tarefas educativas exigidas pela vida em sociedade.

Na construção do enredo referenciado traremos no primeiro capítulo o conceito de leitura partindo da visão de que a leitura pode ser um processo prazeroso, um desafio a ser conquistado. Sendo algo crucial no processo da aprendizagem do ser humano para o enriquecimento de seus conhecimentos, na dinâmica de seu raciocínio e em sua interação com o mundo.

No segundo capítulo abordaremos os aspectos da alfabetização na visão de sua construção no processo enquanto crianças e também no processo enquanto adulto. As semelhantes e diferentes maneiras do ensino da alfabetização perante a leitura e as dificuldades do aprender a ler e escrever dos indivíduos após o amadurecimento da idade.

No terceiro capítulo apresentaremos a importância de ler diferentes textos, cabendo ao professor incitar nas crianças e nos adultos uma prática reflexiva, na qual não se restringe apenas ao ensino mecânico da leitura e da escrita. Onde o professor necessita saber utilizar-se de um método de alfabetização adequado e complementá-lo, adicionando a esse método técnicas que levem a compreensão, interpretação e a reflexão dos diferentes materiais escritos.

Conforme Solé (1998), as estratégias de leitura em sala de aula contemplam a heterogeneidade do conhecimento dos alunos sobre a leitura e a escrita. Esses saberes sobre o sistema de escrita com a da linguagem escrita devem ser ensinados e sistematizados pelos professores.

É de grande importância que os professores planejem diferentes situações de leitura, para os alunos que já dominam a escrita e para aqueles que ainda não alcançaram o nível desejado. Assim os alunos refletem sobre a escrita correta das palavras e lançam novos desafios para alcançarem os domínios ortográficos de nossa língua.

Conseqüentemente a proposta construtivista poderá ser alcançada através das diferentes tipologias textuais e ao partir dessas propostas, o professor poderá utilizar-se de textos que estejam mais próximos do contexto das crianças, dos jovens e adultos.

O QUE É LEITURA

Buscando aprofundar-nos nas inúmeras concepções sobre leitura, seguiremos através de ideias que os autores nos dispõem de leitura.

“Leitura é um pré-requisito para a aprendizagem é decifrar códigos, está presente no cotidiano da sociedade e nas suas práticas”. (Orlandi, 1988.p, 12).

Conforme Orlandi, a leitura é produzida em condições determinadas, ou seja, em um contexto sócio-histórico que deve ser levado em conta. E numa breve reflexão sobre leitura a autora apresenta basicamente duas finalidades dirigidas a esta. Uma delas é de caráter mais prático, que é fornecer auxílio para o ensino de leitura em uma escola que queira ser crítica. E a outra finalidade de caráter menos prático, ligada ao fato de que a leitura é um processo cuja explicitação envolve mecanismos de muita relevância para a análise de discurso.

“leitura, vista em sua acepção mais ampla, pode ser entendida como “atribuição de sentidos”. Daí ser utilizada indiferentemente tanto para a escrita como para a oralidade. Diante de um exemplar de linguagem, de qualquer natureza, tem-se a possibilidade da leitura. Podendo, então, falar em leitura tanto da fala cotidiana de um balconista como um texto de Aristóteles” (Orlandi, 1988.p, 13).

E em sentido mais restrito, em termos de escolaridade, pode-se vincular leitura à alfabetização (aprender a ler e escrever) e leitura pode adquirir então, o caráter de estrita aprendizagem formal.

Seguindo o pensamento da autora conclui se que leitura é de suma importância para o aprendizado, pois esta é adquirida através de métodos e técnicas bem estruturadas levando o leitor ao conhecimento científico que refletira sobre todos os sentidos atribuídos a que se refere ao significado da leitura. Através da leitura atribuísse o enriquecimento do vocabulário, diversifica as expressões com maiores conhecimentos, dinamizando o raciocínio e interação com mundo.

Portanto leitura é a fonte de todo conhecimento e sabedoria, e ler tornou-se uma das competências mais importantes de um leitor. Pois de um modo geral as ideias adquiridas através da leitura é que dará enfoques abrangentes para ampliar e diversificar as suas novas visões e sobre tudo as interpretações em seu crescimento cultural do qual depende o progresso da vida de cada indivíduo.

Em seguida, no livro “O que é leitura” é apresentada a ideia de que:

“leitura é normalmente restrita ao jornal, a revista e ao livro. Enfatiza a autora que sem dúvida, o ato de ler é usualmente relacionado com a escrita, e o leitor visto como decodificador da letra. Bastará, porém decifrar para acontecer à leitura?” (Martins, 2003, p.7).

A princípio, a autora vem nos mostrar que a leitura não se restringe somente as palavras, mas também como fazer a leitura através das situações das quais estamos inseridos em nosso cotidiano. Destacando que o fato da leitura escapar dos limites do texto escrito, não deixa necessariamente de ser um modo de leitura feita pelo homem. Como por exemplo, um empurrão proposital, uma crítica de um filme assistido, a leitura feita através de um determinado objeto, entre outros. Tudo isso traz ao homem uma compreensão da realidade.

“à leitura do mundo procede sempre a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. A compreensão texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto”. (Freire, 1991, p.11).

A verdade é que ninguém ensina a ninguém a ler. Este processo é desenvolvido conforme o esforço de cada um bem como demonstra Martins:

“aprendemos a ler apesar dos professores; que, para aprender a ler e compreender o processo da leitura, não estamos desamparados, temos condições de fazer algumas coisas sozinhos e necessitamos de alguma orientação, mas uma vez propostas instruções uniformizadas, elas não raro causam mais confusão do que auxiliam” (Martins,2003, p. 12).

De modo geral somos levados a crer que o processo de alfabetização e letramento dura a vida inteira, independente da condição social que o indivíduo se encontra. O que basta para que a leitura esteja ao alcance pessoal de um futuro leitor é o ato de ler e querer ler. E a partir das novas perspectivas de modificações no ambiente em que vive, o leitor precisa construir seu conhecimento pessoal, aumentando sempre a vontade de saber mais curiosidade na busca de sentidos mais construtivos das palavras, respeitando no ato da leitura, a subjetividade interior e a objetividade exterior.

Bem como demonstra Martins, ao conceituar que leitura vai além da decifração da escrita, pois está ligada ao processo de formação global do indivíduo, na capacitação do convívio e atuações sociais, políticas, econômicas e culturais. Acentuando que:

“saber ler e escrever, já entre gregos e romanos, significava possuir as bases de uma educação adequada para a vida, educação essa que visava não só ao desenvolvimento das capacidades intelectuais e espirituais, como das aptidões físicas, possibilitando ao cidadão integrar-se efetivamente à sociedade” (Martins, 2003, p. 22).

Como se nota a leitura é uma atividade extremamente importante para o homem civilizado. Ela pode atribuir-se a diferentes finalidades, sendo um precioso meio de fonte de informações, atendendo as necessidades de uma atividade básica na formação cultural de uma pessoa como também pode ser uma atividade de lazer. Ler pelo puro prazer à leitura.

O ato de ler nos traz benefícios para a saúde mental. Daí então a atividade da leitura fica atribuída ao essencial e estimulante prazer do ler, pois é através da leitura que, testamos os nossos próprios valores e experiências a partir dos conhecimentos dos outros. E a cada leitura de um livro ficamos enriquecidos com as novas experiências, novas ideias, novas pessoas que conheceremos ao adquirirmos o hábito de ler.

É com os livros que partilharemos sentimentos e pensamentos, iremos conhecer melhor o mundo e um pouco de nós mesmos. São eles que nos transportam para outros tempos, outros lugares, outras culturas; fazendo nos sonhar e pensar numa maneira de vida melhor.

Portanto, é de extrema importância desenvolvermos uma cultura de leitura. Vivemos num mundo contemporâneo, e a literatura tornou-se um recurso dos mais ricos no qual faz parte do contexto brasileiro, a escola ser o lugar onde a maioria aprende a ler e escrever. E muitos tenham talvez sua única oportunidade de contato com os livros.

Por isso, a necessidade de uma nova metodologia no ambiente alfabetizador, onde o professor necessita construir uma abordagem que cria condições para o educando realizar sua própria aprendizagem, numa dinâmica de interação a que se cativem novos leitores. Só assim formaremos aprendizes e formadores de opinião em todo ambiente social e democrático por onde passarmos.

“enquanto permanecermos isolados na cultura letrada, não poderemos encarar a leitura senão como instrumento de poder, dominação dos que sabem ler e escrever sobre os analfabetos ou iletrados. Essa realidade precisa ser alterada. Não que se proponha o menosprezo pela escrita – isso seria tolice -, ela, em última instância, nos oportuniza condições de maior abstração, de reflexão” (Martins, 2003, p.34).

Segundo o ponto de vista dos autores, aprender a ler e escrever começa com o desenvolvimento do sentido das funções da linguagem escrita. Ler é buscar significado, e o leitor deve ter um propósito para buscar significado no texto.

Por fim a educação na busca de ser uma ação cultural irá relacionar-se então ao processo de uma consciência crítica que irá atribuir-se ao conhecimento como uma ferramenta social para intervir no mundo.

ALFABETIZAÇÃO

A alfabetização é um processo através do qual as pessoas aprendem a ler e escrever. Estes procedimentos, porém, vão muito além de certas técnicas de translação da linguagem oral para a linguagem escrita.

Alfabetizar é construir um sistema ao qual se pode combinar de diferentes modos, produzindo sílabas, palavras, sentenças ou períodos. Esse sistema é composto por estruturas de relações semânticas, sintáticas, morfológicas, graças as quais pode-se construir um real simbólico socialmente compartilhável, por um jogo de correspondências e transformações no nível de seus significantes e significados. Trata-se de um real porque nele vivem juntos objetos (letras, palavras, frases etc.) dispostos em um espaço (da palavra com relação as letras; da frase com relação às palavras; do período com relação às frases, etc.).

Alfabetizar-se é, também, construir um sistema de impossibilidades de combinações (exclusões) no espaço e no tempo, entre letras, palavras ou frases, e estas impossibilidades geram contradições. Em outros termos, deve-se saber o que precisa ser excluído, o que não pode ser feito por oposição ao que precisa sê-lo. (COLELLO, 1995, p.38).

É preciso considerar que os ingredientes básicos para a construção da língua escrita estão disponíveis (embora em quantidade e qualidade variáveis) no meio ou nas múltiplas experiências dos indivíduos com os outros. Para a criança, o grande desafio é fazer das informações difusas peças significativas na consideração das suas hipóteses.

Cada um aproveita as informações do contexto de acordo com os seus recursos cognitivos. Sendo assim, as necessidades, possibilidades e impossibilidades do sistema convencional não são dados imediatos para aquele que se alfabetiza: durante um longo período, o sujeito terá que enfrentar os seus possíveis e necessários, de acordo com os sistemas criados, particulares e provisórios.

Por um lado, as possibilidades e necessidades do sistema convencional são vividos em diferentes níveis e com diferentes intensidades pelas crianças; por outro, os sistemas por elas inventadas têm as suas próprias necessidades e possibilidades, muitas vezes estranhas ao sistema socialmente compartilhado. No jogo da construção da escrita, os dados convencionais aquilo que os professores consideravam como sendo o correto tornam-se mais ou menos significativos possíveis, relevantes ou indispensáveis necessários, ou até contraditórios impossíveis à medida que se chocam com imposição de caráter puramente pessoal.

Em outras palavras, podemos dizer que na trajetória de aproximação do objeto cognoscível, a criança pode estar o tempo todo enfrentando o mesmo objeto, no caso, a escrita, embora a sua significação seja passível de diferentes interpretações ao longo da evolução. A consideração das possibilidades e necessidades no ato da escrita, isto é, na produção ou na interpretação revela, antes de tudo, o modo como o indivíduo opera com esse objeto de conhecimento.

ALFABETIZAÇÃO: CRIANÇAS

Toda criança tem um repertório de conhecimentos acumulados e organizados no decorrer de sua experiência de vida. E esse acervo de conhecimentos funciona como um esquema de assimilação, como uma teoria explicativa do mundo. É a sua estrutura cognitiva. Diante de um novo objeto a criança se mobiliza, estabelecendo uma relação entre o seu acervo de conhecimentos a estrutura cognitiva e o novo estímulo a ser aprendido.

Os processos pelo qual as crianças constroem seu sistema de escrita e de leitura é universal, no que se referem as nossas escritas alfabéticas. E esse processo de aprendizagem quem ensina e quem aprende têm se caracterizado sem que se leve em conta a relação da natureza do objeto de conhecimento envolvendo a aprendizagem.

Em investigações feitas por Emília Ferreiro, ela nos mostra que o processo da alfabetização para a criança não tem nada mecânico a maneira que esta aprende. A criança desempenha um papel ativo na busca da compreensão desse objeto social, complexo, que é a escrita. Destacando que tradicionalmente a alfabetização é considerada em função da relação entre o método utilizado e o estado de maturidade ou de prontidão da criança.

A capacidade de ler e escrever da criança aborda a compreensão do funcionamento da estrutura da língua e o modo como é usada na sociedade. Ferreiro e

Teberosky (apud Colello, 1995) em suas pesquisas, buscaram descrever e classificar as sucessivas etapas da construção da escrita, tentando compreender como o processo dessa aprendizagem ocorre. Foi constatado, ao analisar como as crianças escrevem que elas consideram letras, símbolos e desenhos como forma de escrita.

Os resultados obtidos dessa análise definiram quatro etapas evolutivas no longo caminho para a aquisição e domínio do sistema alfabético. Isto é, entre a representação inicial, constituída por simples rabiscos, até a final, onde a criança já descobriu que cada letra de uma palavra corresponde a um fonema desenvolvendo desta forma a escrita formal. As quatro etapas evolutivas a serem percorridas até chegar ao domínio da escrita alfabética podem ser representadas, como o processo da construção da escrita segundo Ferreiro (1995, p.20.).

1-Na escrita pré-silábica, a escrita é alheia a qualquer busca de correspondência entre grafia e os sons, ou seja, não apresenta nenhum tipo de correspondência sonora.

Esse processo representa a escrita de um período longo do processo de alfabetização, ainda não é claro para o indivíduo o relacionamento entre a escrita e o pensamento. Ele começa fazer questionamentos sobre os sinais gráficos, riscos sobre o papel representam a escrita, algumas vezes, as letras podem estar associadas a palavras inteiras, uma página inteira de letras pode corresponder a uma só palavra.

As letras do nome próprio geralmente são utilizadas para todas as palavras, variando a quantidade de letras para diferenciar uma escrita da outra. Outro aspecto peculiar a esta fase é a característica do objeto presente nas grafias. Desta forma as crianças associam a palavra ao objeto, por exemplo, para escrever boi utiliza muitas letras por ser um animal grande, para escrever a palavra formiga reduz a quantidade de letras.

2-Na escrita silábica, segundo Ferreiro (1985), a criança descobre que a quantidade de letras de uma palavra faz correspondência com a quantidade de sílabas e isto representa um avanço significativo, iniciando assim, o período silábico. A criança compreende que o sistema é uma representação da fala. Na tentativa de fazer corresponder “partes da fala” com “partes da escrita”, ela atribui uma letra para cada sílaba.

As variações desta hipótese de escrita podem ocorrer pela presença de letras convencionais ou inventadas, podendo ser utilizadas com ou sem valor sonoro convencional.

3-O período silábico-alfabético, a criança vivencia um momento de transição, onde começa a perceber as limitações do sistema silábico, mas ainda não compreende plenamente o sistema alfabético, desta forma a criança percebe que suas escritas não podem ser compreendidas por todos.

Na tentativa de acrescentar letras, ela acaba usando, numa mesma palavra, os dois critérios, podendo aproximar-se mais do silábico ou do alfabético.

4-Quando a criança conquista a escrita alfabética, compreende que cada letra representa um valor sonoro, a criança ainda não escreve convencionalmente, na medida em que não domina as regras ortográficas e gramaticais de nossa língua.

Considerando outras particularidades da escrita, como pontuação, ortografia, acentuação, entre outros; existe ainda mais uma etapa longa a ser percorrida, uma vez que a criança, mesmo estando no nível alfabético, pode estar distante da escrita convencional.

As crianças não aprendem a escrita, complexo sistema de signos, através de atividades mecânicas e externas aprendidas na escola. O seu domínio da escrita resulta de um longo processo de desenvolvimento de funções comportamentais complexas, na qual participa e atua. A criança elabora uma concepção acerca da escrita muito antes de receber instrução formal escolar.

Cada passo desse processo depende das condições em que o indivíduo está inserido para testar suas hipóteses, instigando o desequilíbrio e assim, encontrando motivos para negar a hipótese anterior, substituindo suas concepções por outras mais elaboradas e próximas da convencionalidade da escrita.

ALFABETIZAÇÃO: EJA

Tanto na alfabetização de crianças quanto na alfabetização de jovens e adultos não é possível falar de um método, mas de métodos. E os métodos de alfabetização de jovens e adultos devem considerar antes de tudo, a experiência do aluno. A criança, em geral, está mais aberta às inovações do processo escolar, ao passo que o jovem e o adulto, por conta da experiência de vida ou da pouca vivência escolar, muitas vezes marcada pelo fracasso, já traz várias expectativas sobre a escola e, ao mesmo tempo, muitas resistências.

Durante muito tempo, acreditou-se que, primeiro, os educandos deveriam conhecer as letras, saber juntá-las, relacioná-las com a pauta sonora, saber pontuação, regras gramaticais etc. Só depois conseguiriam lidar com a linguagem escrita, ou seja,

com a elaboração e compreensão dos textos. Por isso, os alunos recebiam cartilhas com sílabas, orientados pelo professor, passavam a tentar juntá-las para formar palavras e frases soltas, que muitas vezes só memorizavam e repetiam. Por essa concepção, não se desenvolvia o pensamento crítico; não importava entender o que era escrito e o que era lido porque o importante era dominar o código.

Por essas novas concepções, educador e educando devem interagir. São criados novos métodos de aprendizagem, por meio dos quais o alfabetizador trabalha o conteúdo a ser ensinado - a língua escrita - com a preocupação de que seus alunos estejam compreendendo o sentido para o sistema da escrita, a partir de temas e palavras geradoras, ligadas às suas experiências de vida.

Nessa nova concepção de alfabetização, a língua escrita vem acompanhada por um processo de construção do conhecimento, que se dá por meio de diálogos de interação entre educador e educando.

A proposta de Paulo Freire baseia-se na realidade do educando, levando-se em conta suas experiências, suas opiniões e sua história de vida. Esses dados devem ser organizados pelo educador, a fim de que as informações fornecidas por ele, o conteúdo preparado para as aulas, a metodologia e o material utilizados sejam compatíveis e adequados às realidades presentes. Educador e educando devem caminhar juntos, interagindo durante todo o processo de alfabetização. É importante que o adulto alfabetizado compreenda o que está sendo ensinado e que saiba aplicar em sua vida o conteúdo aprendido na escola.

Segundo (Freire, 2002, p. 58) a relação professor-aluno deve:

Para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educando, uma relação de autêntico diálogo. Aquela em que os sujeitos do ato de conhecer (educador-educando; educando-educador) se encontram mediados pelo objeto a ser conhecido. Nesta perspectiva, portanto, os alfabetizando assumem, desde o começo mesmo da ação, o papel de sujeitos criadores. Aprender a ler e escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem. (Freire, 2002, p. 58).

A visão ingênua que os indivíduos têm da realidade torna-os escravos, na medida em que, não sabendo que podem transformá-la, sujeitam-se a ela. Essa descrença na possibilidade de intervir na realidade em que vivem é alimentada pelas cartilhas e manuais escolares que colocam homens e mulheres como observadores e não como sujeitos ativos dessa realidade.

O professor da EJA deve compreender a necessidade de respeitar a pluralidade cultural, as identidades, as questões que envolvem classe, raça, saber e linguagem dos seus alunos, caso contrário, o ensino ficará limitado à imposição de um padrão, um modelo pronto e acabado em que se objetiva apenas ensinar a ler e escrever, de forma mecânica. Enfim, o que se pretende com a educação de jovens e adultos é dar oportunidade igual a todos. Educar jovens e adultos, hoje, não é apenas ensiná-los a ler e escrever seu próprio nome. É oferecer-lhes uma escolarização ampla e com mais qualidade. E isso requer atividades contínuas e não projetos isolados que, na primeira dificuldade, são deixados de lado para o início de outro. Além disso, a educação de jovens e adultos não deve se preocupar apenas em reduzir números e índices de analfabetismo.

A educação de adultos é uma necessidade tanto na comunidade como nos locais de trabalho. À medida que a sociedade se desenvolve novas possibilidades de crescimento profissional surgem, mas, por outro lado, exigem maior qualificação e constante atualização de conhecimentos e habilidades.

À medida que a sociedade vai se desenvolvendo, surge a necessidade da escolarização e é bom que isso aconteça, pois a educação dos adultos favorece a educação das crianças e adolescentes porque quanto mais os pais estudam mais conscientes ficam da importância da educação e mais contribuirão para que seus filhos permaneçam na escola. Se por um lado, a educação tem assumido novos contornos em face das mudanças ocorridas na sociedade, por outro, a educação é a responsável pelo crescimento social, pois à medida que as pessoas vão ficando mais escolarizadas, o nível de vida vai melhorando, as pessoas ficam mais conscientes, críticas e exigentes. E, com isso, vão melhorando as condições de higiene, de alimentação, de saúde, de segurança e de satisfação pessoal. Enfim, a educação possibilita o desenvolvimento da sociedade.

Sabe-se que a educação é o instrumento que vai permitir às pessoas buscarem uma melhoria de vida, capacitando-se para competir no mercado de trabalho bem como reconhecer seus direitos.

De acordo com Pinto, 2000, p.37:

Para que aumentem as possibilidades individuais de educação, e para que se tornem universais, é necessário que mude o ponto de vista dominante sobre o valor do homem na sociedade, o que só ocorrerá pela mudança de valoração atribuída ao trabalho. Quando o trabalho manual deixar de ser um estigma e se converter em simples diferenciação do trabalho social geral, a educação institucionalizada perderá o caráter de privilégio e será um direito concretamente igual para todos (Pinto, 2000, p.37).

É muito comum, ainda, a concepção de que a partir de certa idade já é tarde para se estudar. Contudo, há histórias de vida que têm mostrado justamente o contrário: a garantia da educação de qualidade para jovens e adultos tem permitido mudanças nos relacionamentos dos sujeitos envolvidos, abrindo novas possibilidades profissionais.

Esses níveis não representam momentos distintos do trabalho de alfabetização, mas, ao contrário, devem ser trabalhados simultaneamente, atendendo a heterogeneidade dos níveis dos alunos numa mesma sala de aula. Considerando, desta forma, os diferentes níveis de escrita como possibilidades de aprendizagens recíprocas na construção da leitura e da escrita.

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA DE DIVERSOS TEXTOS

A leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir dos seus objetivos e do seu conhecimento sobre o assunto. Deve ser objetivo da escola e das famílias em geral proporcionar as crianças o acesso ao conhecimento e a formação de indivíduos críticos, comprometidos consigo mesmos e com a sociedade, capazes de intervir modificando a realidade, aptos a buscar novos aprendizados e aperfeiçoamento contínuos, tornando-os assim leitores competentes.

Portanto, cabe aos pais e a escola buscar maneiras de estimular sempre mais a capacidade de ler e ler com prazer a leitura que se faz, no intuito de desenvolver desde pequenos o hábito e o prazer pela leitura. Devemos oferecer aos alunos oportunidades de leituras variadas, leituras não apenas de textos escritos, mas a própria leitura e interpretação do mundo em que todos nós estamos inseridos e do qual fazemos parte como atores sociais dos nossos contextos.

A partir de um trabalho que deve se organizar em torno da diversidade de textos que circulam socialmente poderemos envolver todos os alunos, inclusive aqueles que ainda não sabem ler convencionalmente.

O acesso a diferentes tipos de texto, mesmo bem antes da alfabetização, permitirá desenvolver tais capacidades além de apresentar a criança elementos constitutivos do texto como: vocabulário, estrutura, enredo, coerência interna, elenco de personagens. Além disso, estaremos fazendo o uso social da escrita, elemento

fundamental no processo da alfabetização. É através da estratégia didática da prática de leitura de diversos textos contribuiremos para a formação de leitores competentes.

OS TIPOS DE TEXTOS

O texto tem organização e estrutura própria que define o seu sentido. É fundamental que se saiba que um texto é uma ocorrência linguística, que cumpre certo comportamento formal, semântico e sociocomunicativo e que este permite ser objeto de comunicação entre dois sujeitos: destinador e destinatário. Portanto, pode-se dizer que o texto é um todo com significado e com o objetivo de comunicação.

O modo de se estabelecer a interação entre o texto e o leitor é que vai determinar o tipo de texto. O tipo de texto, portanto, é caracterizado pela natureza linguística de sua construção teórica, ou seja, relações entre os elementos que o compõe.

Alguns autores, entre eles ADAM (1985) *apud* SOLE (1998) classificam os textos da seguinte maneira:

1 - Narrativo: texto que pressupõe um desenvolvimento cronológico e que aspira explicar alguns acontecimentos em uma determinada ordem.

2 – Descritivo: sua intenção é descrever um objeto ou fenômeno, mediante comparações e outras técnicas.

3 – Expositivo: relacionado à análise e síntese de representações conceituais ou explicação de determinados fenômenos.

4 – Instrutivo-indutivo: nesta categoria os textos têm como pretensão induzir a ação do leitor com palavras de ordem, instruções de montagem ou de uso, etc.

A diversidade de textos com os quais nos deparamos, vem mostrar o quanto é fundamental que essa diversidade de textos apareça na didática escolar. Considerando que para uma habilidade maior da leitura a escola não se limite a um ou dois tipos de textos.

Por isso, é interessante que os alunos leiam diferentes tipos de textos na escola, que conheçam e se acostumem com diversas superestruturas para uma melhor compreensão da leitura que este faz.

O processo de leitura deve garantir que o leitor compreenda os diversos textos que se propõe a ler. Para que o leitor se torne um leitor ativo ele precisa entender que o processo é interno, porém deve ser mediado pelo professor.

Cabe ao professor organizar um ensino que caracterize cada um destes textos, mostrando as pistas que conduzem a uma melhor compreensão e fazendo com que o

leitor adquira consciência e saiba utilizar as mesmas chaves que o autor usou para formar um significado e além de tudo interpretá-lo.

OS GÊNEROS DE TEXTOS

Os textos se organizam em gêneros. Alguns autores costumam falar em gêneros textuais e gêneros literários. O gênero do texto é determinado pelas características do seu estilo, do canal, de suas funções, pela função sociocomunicativa que exerce e também pelo seu conteúdo.

A par disso traremos uma classificação dos principais modelos de textos existentes na sociedade, a fim de estabelecer com clareza os diferentes procedimentos a serem usados na escrita ou leitura de um texto para o outro.

Alguns tipos de textos são mais fáceis e adequados para as crianças, sendo assim compartilharemos com os termos de classificação segundo Curto (2000, p.188) que propõem estes critérios da seguinte maneira:

Textos enumerativos - recordar, registrar, localizar, manipular, ordenar, etc. Dados concretos, informações específicas.

Textos informativos - informar e nos informar sobre temas gerais, acontecimentos, fatos, etc.

Textos literários - ter prazer, expressar-nos pessoalmente, passar um bom momento, desenvolver a sensibilidade artística, etc.

Textos expositivos - estudar, aprender, ensinar, demonstrar, comunicar conhecimentos, discutir ideias, etc.

Textos prescritivos - para ensinar e aprender a fazer coisas, comunicar instruções, regular o comportamento, etc.

Nesta proposta Curto apresenta algumas vantagens que o professor terá ao trabalhar todo tipo de textos sociais, dando abertura para que todos os conteúdos sejam trabalhados, a partir de textos e não apenas dos textos literários. Onde acabará surgindo estratégias que facilitam o trabalho escolar.

Assim o professor deve apresentar diferentes possibilidades de leituras como: poemas, jornais, livros variados, imagens, receitas, etc. Porém precisa organizar os conteúdos, dar sentido a cada tarefa, pois cada tipo de texto tem características diferentes. Cada texto cumpre sua função modelo sociais, conteúdo e formato para que aconteça uma compreensão melhor.

É necessário que o professor seja conhecedor das características que cada texto e saiba comunicá-los e ensiná-los aos seus alunos. Para que assim o aluno construirá um grande repertório de significados e desenvolverá capacidades de interpretar através das experiências e das novas situações diversificadas do ler e escrever.

TIPOLOGIAS TEXTUAIS

Textos enumerativos – as listas

As listas compõem um tipo de texto muito presente no dia-a-dia das pessoas. Listar significa relacionar nomes de pessoas ou coisas para a organização de uma ação. Por ter uma estrutura simples, a lista de torna um texto que favorece a reflexão sobre o sistema de escrita.

Textos informativos - jornais e revistas

O trabalho com textos informativos permite a formação do hábito de ler para estudar, para buscar informações, competência essencial para toda a vida. Ao trazer esse texto a análise das crianças poderá surgir discussões, troca de opiniões e debates sobre o tópico tratado. Os textos informativos, quando integrados ao trabalho com textos em geral, ampliam as possibilidades de leitura do mundo.

Textos literários - os contos

O conto além de desenvolver o interesse pela leitura amplia o universo vocabular, permite o exercício da fantasia e da criatividade. O interesse e participação nas atividades de leitura dessas histórias são poderosas ferramentas na formação de bons hábitos leitores.

Textos expositivos - divulgação científica

O texto de divulgação científica são essenciais para que os alunos aprendam os mais variados conteúdo das diferentes áreas de conhecimento, tão fundamentais na vida escolar. Os propósitos destes textos são de informar-se, aprender sobre um tema, encontrar respostas para determinadas perguntas.

Textos prescritivos - receitas culinárias

As receitas são um gênero de circulação social bastante corrente, presente em todas as classes sociais. Sua estrutura é composta de uma pequena ficha (tempo de

preparo, rendimento, preparo e alguns casos grau de dificuldade) uma lista e depois um parágrafo, geralmente com os verbos nos modos imperativo ou infinitivo. Facilita as antecipações e permite que se coloque em prática uma série de comportamentos de leitor relacionados a ler para fazer alguma coisa, um dos propósitos sociais de leitura que os alunos precisam aprender.

Quando o aluno toma o caminho um caminho de leitura com o desejo de fazer relações a partir das experiências por ele vividas e tenta relacionar os problemas que surgem decorrentes as leituras que este faz; esses indivíduos buscam habilitar-se a fazer qualquer espécie de leitura

Tudo o que se aprende ou com o que se impressiona jamais é perdido, esquecido. A importância de o saber ler e escrever possibilita a pessoa a se libertar de quem o faz preso. A escrita foi criada, não pela natureza, mas pelo ser humano ansioso a guardar sua história, suas aspirações, suas ideias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os autores aqui apresentados como Helena Maria Martins, Isabel Solé, Maruny Curto, Emília Ferreiro, Paulo Freire, Cláudia Vóvio e Marta Kohl entre outros contribuíram para a elaboração desse trabalho nos direcionando nas questões de práticas de leitura nas primeiras séries do Ensino fundamental e na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Como educadoras percebemos que a leitura tem como finalidade ajudar as pessoas a se capacitarem para a reflexão, a pesquisa, as questões vitais e preparar para uma maior responsabilidade de ação.

Embasadas nos teóricos acima explicitados chegamos à conclusão que ler não é apenas passar os olhos para algo escrito, nem fazer versão oral descritos, mas sim garantir aos indivíduos um espaço na sociedade para a integração sistemática e para a formação de cidadãos críticos na construção e reconstrução de novos conhecimentos, fazendo com que os alunos percebam- se como sujeitos históricos sociais.

Destacamos no trabalho alguns aspectos relevantes como o progresso e o avanço da leitura e o papel da escola e da família nessas práticas, assim como o uso das linguagens orais relacionadas à leitura tanto na alfabetização de crianças como na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e as diferentes tipologias que os professores podem lançar mão para trabalhar em sala de aula.

O papel da escola é fundamental nesse processo, e a responsabilidade dos professores despertarem nos alunos o prazer pela leitura. Pôr em prática ações de práticas vivas e vitais, onde o ler e escrever sejam meios que os alunos possam repensar o mundo através da ação pedagógica.

Nesse contexto concluímos a importância de se trabalhar textos diversificados na perspectiva de que as crianças, os jovens e adultos percebam os diferentes objetivos de cada texto escrito e o seu uso no dia-a-dia de acordo com suas necessidades e oportunidades.

Na educação de jovens e adultos na modalidade (EJA), o trabalho de Paulo Freire contribuiu muito para o desenvolvimento da teoria e da prática de alfabetização de jovens e adultos. Assim como Maruny Curto vem nos orientar o desenvolvimento da aprendizagem das crianças.

O diálogo é de fundamental importância no processo da aprendizagem da criança como também para o aluno da EJA, na qual é necessária a existência de uma troca entre o educador e o educando. Como professores devemos tornar essas trocas de um modo concreto ligada a realidade da vida dessas crianças e desses jovens e adultos. Conforme Paulo Freire essa troca leva o educador e o educadores serem iguais frente ao conhecimento e compreensão.

Na alfabetização quando bem trabalhada a leitura, abre novas perspectivas para o futuro daqueles que procuram o conhecimento e que veem na educação um meio de transformação social.

Concluímos que formar leitores é uma tarefa que começa antes mesmo da alfabetização e que se estende para toda vida escolar.

REFERÊNCIAS

COLELLO, Silvia Mattos Gasparian. **Alfabetização em questão**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 1985.

FERREIRO, Emilia; PALACIO, Margarida Gomes. **Os processos de leitura e escrita - novas perspectivas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez Editora & Autores Associados, 1991.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 10ª ed. São Paulo. Paz e Terra. 2002.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 1997.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MARUNY, Lluís Curto; MORILO, Maribel Ministral. **Escrever e Ler: Como as crianças aprendem e como o professor pode ensiná-las a escrever e a ler**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MOURA, Tânia M. de Melo. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Ferreiro, Freire e Vygotsky**. Maceió. Editora Edufal, 1999.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1988.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Editora Cortez, 1997.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. 6ª edição. Porto Alegre: Artmed, 1998



ORGANIZANDO ESPAÇO E TEMPO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria Nazaré Finoti Paula Melo

Formada em Pedagogia com Pós-graduação em Alfabetização e Letramento; Ludopedagogia; Pedagogia Sistêmica; Gestão e Mediação de Conflitos e Neurociência na Educação.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar alguns argumentos referentes a aspectos relacionados ao espaço e ao tempo no contexto da educação infantil, especialmente considerando que essa etapa da educação vem alcançando cada vez mais notoriedade e sua importância se consolida com o passar do tempo. Na educação infantil, ocorrem os processos de desenvolvimento das crianças, seja no aspecto social, cognitivo ou psicomotor, a aquisição das aprendizagens se estabelece mediante o trabalho conjunto dessas áreas, e, à medida que a criança vai se desenvolvendo ela aprimora estes conceitos tão essenciais para seu crescimento físico e afetivo. Todos estes aspectos são alcançados, em sua plenitude, desde que a escola propicie os mecanismos que promovam a busca de uma formação que valorize a criança, e seja orientada para formar alunos capazes de se engajarem numa sociedade comunitária e justa. Dentre as diversas metodologias a serem planejadas e implementadas na escola, as questões que se relacionam com espaço e tempo são profundamente impactantes, pois dizem respeito a elementos fundamentais para a qualidade do ensino e afetam as experiências e vivências das crianças em seu cotidiano. Neste sentido, é fundamental que a escola privilegie ao máximo o tempo por meio de oportunidades efetivas de aprendizagens e experiências criativas e diversificadas. Portanto, é necessário estabelecer um equilíbrio no tempo empregado na realização das atividades, especialmente as coletivas, aproveitando para aprimorar a variedade, a espontaneidade e a diversidade, para que se tornem atividades atrativas e interessantes para as crianças. Dentro dos espaços da educação infantil, as crianças experimentam um tempo de experiências educativas seguras, envolventes e repletas de estímulos que as tornam aptas a ampliarem sua capacidade de pensar e produzir diferentes linguagens, e tais experiências se consolidam na vida das crianças e as acompanharão no decorrer dos anos. Assim, o ambiente escolar é primordial, visto que

quanto mais elementos positivos ele apresentar, maior será o aproveitamento que a criança alcançará, portanto, o espaço deve ser planejado de maneira totalmente criteriosa, visando oferecer um ambiente acolhedor e seguro, evitando lugares que apresentem perigo ou desafios, mas que, pelo contrário, permita que elas explorem todo o espaço e os materiais oferecidos. E esta regra se aplica a todas as crianças da educação infantil, desde os pequenos do berçário, até os maiores, pois todos precisam de espaços multifuncionais, repletos de acessibilidade e de materiais disponíveis e adequados aos propósitos pedagógicos estabelecidos. Atividades bem planejadas, com aproveitamento máximo de tempo, desenvolvidas numa rotina saudável, sejam individuais ou em grupo, que valorizem as interações sociais e oportunizem um convívio criativo e uma vivência da diversidade, certamente serão de muito valor para as crianças, especialmente utilizando recursos que estimulem o contato com a natureza e valorizem aspectos de higiene e saúde. Dessa forma, organizar espaço e tempo na educação infantil traz inúmeros benefícios e deve ser sempre estar no radar dos gestores e educadores.

Palavras-chave: Espaço; Tempo; Educação Infantil; Escola.

INTRODUÇÃO

O universo da educação infantil envolve, inegavelmente, uma enorme diversidade de experiências e vivências diárias, todas repletas de dinamismo, significados e aprendizagens. Todas estas experiências precisam explorar o tempo e o espaço de uma forma expressiva e importante para as crianças, e, neste sentido, a escola se torna seu lugar e seu ambiente. Dessa forma, tudo que ocorre neste cenário deve ser amplamente planejado para que as atividades propostas alcancem os objetivos pedagógicos propostos para os alunos desta faixa de idade, aplicando, na prática diária, os conteúdos pedagógicos e os conceitos propostos no projeto político-pedagógico. Neste sentido, é fundamental que a escola tenha em mente a quem seu trabalho está sendo direcionado, e para isso, ela precisa organizar e adequar os elementos espaço e tempo de modo que a criança possa desenvolver seu potencial criativo e seu aprimoramento psicomotor num ambiente plenamente compatível com essa proposta. A escola deve explorar as atividades lúdicas como os jogos, as brincadeiras, a contação de histórias, as músicas, o teatro, tudo dentro de um contexto

que estimule sua imaginação, sua criatividade, sua participação coletiva e seu desenvolvimento social e afetivo.

Dessa maneira, torna-se fundamental que o espaço destinado às crianças seja repleto de objetos que possibilitem a elas desenvolverem toda sua criatividade e todas as possibilidades para elas inovarem, idealizarem, produzirem e experimentarem, ou seja, oferecer espaços para ela brincar e vivenciar dentro das propostas pedagógicas planejadas para sua idade. Importante ressaltar que cada criança utilizará seu espaço de maneira distinta e peculiar, apropriando-se dos conceitos de espaço e tempo projetados para ela, segundo os objetivos pedagógicos discutidos e alinhados previamente, para que ela possa exercer as atividades de forma ativa e desafiadora, seja individualmente ou em grupo, mas que trabalhem aspectos que fortaleçam sempre sua criatividade e autonomia.

Vale ressaltar que a compreensão de tempo e de espaço das crianças é totalmente distinta dos adultos. A percepção do educador é a de um adulto, cuja tendência é a de, em geral, não levar em conta que é a criança quem vai desenvolver vivências e experiências nele, e que, neste sentido, deve considerar sempre o fato de que será a criança quem vai oportunizar e construir a apropriação do espaço exclusivamente para suas próprias vivências. Assim, inegavelmente, este espaço precisa se constituir em um lugar de prazer e contentamento, plenamente adequado às crianças da educação infantil, e este ambiente educacional tende a ser um transmissor de sentimentos como paz, segurança, alegria, satisfação, mas pode, em certos momentos, proporcionar sentimentos de inquietação, insegurança, medo, dúvida ou ansiedade.

Assim, é importante que se compreenda que quando se trata do elemento espaço, no contexto da Educação Infantil, nem sempre ela se refere aos aspectos físicos como estrutura, topografia, metragens, muros ou paredes, mas o que se pretende é disponibilizar valor ao ambiente no qual as construções pedagógicas estão se solidificando. Por isso, as crianças da educação infantil dependem de um ambiente que seja acolhedor e seguro, cabendo, portanto, aos educadores atender e intervir sempre que surja alguma demanda a eles dirigida, ou quando a necessidade das propostas pedagógicas demandarem sua orientação ou participação. Neste cenário, o ambiente nem sempre se restringirá ao que se estabelece em sala de aula ou dentro da escola. Muitas vezes o ambiente poderá se estender para o exterior da escola, para as ruas, para a vizinhança, para o bairro, e até mesmo para a cidade. Assim, o elemento espaço ganha um novo olhar, e se constitui em um importante instrumento na elaboração da proposta pedagógica da escola, e deve ser sempre estudado e

discutido, para que o debate e as reflexões produzam aprimoramento e valorização da sua efetiva contribuição para o desenvolvimento das crianças da educação infantil.

Da mesma forma, os aspectos relacionados ao tempo também são motivo de um olhar atento e que necessita estar sempre alinhado ao elemento espaço dentro do ambiente escolar, pois esta relação espaço-tempo é fundamental e indissolúvel dentro do contexto da educação infantil. Para oferecer um tempo de qualidade, aproveitado ao máximo, ele precisa estar sendo trabalhado com bastante organização, levando sempre em conta as necessidades de ordem biológica, social, emocional, familiar ou psicológica da criança. Neste sentido, os educadores devem oferecer uma rotina de trabalho que promova a organização do tempo, mas que considere aspectos relacionados ao cuidado como repouso, alimentação, higiene, entre outros, considerando, ainda, o histórico das crianças, o qual pode demandar o uso de medicamentos, ou alguma outra peculiaridade. Portanto, os conceitos essenciais de espaço e tempo necessitam sempre receber atenção e cuidado por parte dos educadores, os quais devem considerá-los como elementos de vital importância para o desenvolvimento das crianças no contexto da educação infantil.

A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO PRIMEIRA EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica. Ela dispõe atender às crianças de zero a cinco anos de idade, os quais estão, inegavelmente, tendo contato com suas primeiras experiências escolares e, principalmente, tendo suas vivências iniciais fora do ambiente residencial, por isso, ela demanda a integração de cuidados básicos associados ao ensino pedagógico, tudo isso funcionando de maneira integrada e planejada, complementando a educação familiar, mas proporcionando uma nova experiência na vida da criança. Seu principal objetivo consiste em promover, nas crianças desta faixa etária, o desenvolvimento dos aspectos físicos, cognitivo, psicomotor, emocional e social, além de incentivar a exploração da criatividade, das descobertas e das experiências e novidades com que as crianças se deparam nessa fase. Nesse período, as crianças começam a ter relacionamentos e interações com pessoas fora do seu âmbito familiar, e ela tenderá a se desenvolver favoravelmente à medida que participar das atividades coletivas, especialmente as de orientação lúdica, como os jogos, os cânticos e as brincadeiras.

”A Educação Infantil é considerada uma das mais importantes etapas da formação das crianças, pois é onde elas começam a

existir fora do convívio familiar, o que envolve lidar com diferenças, o desenvolvimento da personalidade e da autonomia, a criação de laços de amizade e as descobertas em diferentes áreas do conhecimento. Ela funciona como uma base para as demais etapas da educação formal, e o correto aproveitamento desta etapa permite que os pequenos cresçam com mais autonomia e tenham mais sucesso em sua vida escolar e individual. E como lidar com bebês e crianças exige cuidados especiais e muito tato, a proposta pedagógica da educação infantil prevê a realização de jogos, brincadeiras e atividades prazerosas que além de ensinar, divertem, tornando o processo de construção do conhecimento muito mais assertivo e divertido. Como falamos logo acima, a educação infantil é voltada para crianças de zero a cinco anos de idade. Entretanto, ela só é obrigatória, no Brasil, para crianças de quatro e cinco anos, o que torna os grupos 1, 2 e 3 facultativos. E a depender da idade dos pequenos, eles devem ser matriculados em creches ou escolas (pré-escolas): nas primeiras caso tenham idade até três anos, e nas segundas entre quatro e cinco anos. A educação infantil no Brasil é um direito da criança, sendo o estado obrigado a disponibilizar espaços e profissionais adequados para atendê-la corretamente. Por isso encontramos em todas as regiões do País instituições de ensino públicas que atuam como creches e pré-escolas, mas diversas escolas particulares também oferecem educação infantil, o que dá aos pais e responsáveis a chance de optar por aquela que está de acordo com as suas possibilidades financeiras” (BLOG EDUCA MAIS BRASIL, 2021).

A educação infantil se desenvolve dentro de um período importante conhecido como primeira infância, a qual se divide em duas fases distintas, sendo a primeira denominada “primeiríssima infância”, que corresponde àquela etapa que vai desde a gestação até aos três anos de idade, e o período seguinte, que compreende dos quatro aos seis anos. A dinâmica de crescimento e desenvolvimento é bastante acelerada nestes dois períodos, porém, existem diferenças significativas entre eles: Na primeiríssima infância, que engloba os três primeiros anos de vida, mais o período gestacional, os desenvolvimentos cognitivo e emocional do indivíduo são os mais impactados.

“Durante toda a Primeira Infância, o desenvolvimento é muito acelerado, mas há diferenças significativas entre as duas fases. Os três primeiros anos de vida (incluindo a vida intrauterina) são determinantes para o desenvolvimento emocional e cognitivo de uma pessoa. De acordo com estudos da neurociência, o cérebro das crianças passa por uma intensa fase de amadurecimento entre a gestação e os 2 anos, o que determina uma grande capacidade de absorção do ambiente. Por isso, é preciso muito cuidado com os estímulos nessa fase (especialmente traumas e situações negativas). Nesse período, as sinapses (comunicação entre os neurônios) se desenvolvem por meio das interações que estimulam os sentidos, como o tato, a audição e a visão. Isso possibilita à criança se perceber no mundo e também perceber o outro. Mas não se engane: o desenvolvimento do bebê já está a

todo vapor desde o útero. É possível interagir com ele ainda na barriga da mãe, estabelecendo laços afetivos e ajudando a desenvolver a memória. Ele é capaz de ouvir e interagir com o ambiente externo à barriga da mãe já na 25ª semana de gestação. No período posterior, que vai dos 4 aos 6 anos, por outro lado, a criança possui maior autonomia. Isso quer dizer que, além de conseguir se expressar, ela consegue desenvolver diversas atividades sozinha, como brincadeiras relacionadas às práticas esportivas. Nessa fase, a cognição (ou seja, a busca de conhecimento sobre o mundo) já é mais complexa. Por exemplo, a partir dos 5 anos, a criança já pode ser estimulada a seguir rotinas” (BLOG TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018).

Durante a primeira Infância, não é apenas a aprendizagem que está no centro das atenções, neste período existe uma série de aspectos que precisam ser atendidos como cuidado, acolhimento, atenção e carinho. Estes ingredientes são de suma importância para que as crianças, em seus primeiros anos de vida, estejam totalmente aptas para receberem os conteúdos pedagógicos que a escola planejou. E quanto mais a criança tiver vínculos fortes com seus pais, familiares, educadores e colegas, maiores serão as possibilidades que ela terá de se apropriar dos conteúdos de informação e formação, e maiores serão as chances de sucesso ao longo de sua vida.

“A Educação Infantil é essencial para que a criança tenha um convívio social além do núcleo familiar. Ou seja, é um momento importante para que o indivíduo aprenda a se relacionar e viver em sociedade, desenvolvendo habilidades fundamentais à formação humana, além das capacidades cognitivas e motoras. Logo, as atividades para Educação Infantil de acordo com a BNCC, trabalham, de forma lúdica, as motricidades fina e ampla, a percepção e a capacidade de foco e concentração, bem como proporciona a ampliação das interações sociais, das capacidades linguísticas e do senso moral, além de outras características importantes, como a autoestima. Dessa forma, a Educação Infantil não é apenas uma solução para os pais que trabalham e não conseguem cuidar dos filhos em algum período do dia, afinal, trata-se, na Educação Infantil no Brasil, de um importante meio de desenvolvimento pessoal e social do indivíduo, aprimorando suas habilidades cognitivas, sociais e motoras” (CENTRO EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI, 2022).

ESPAÇOS QUE SÃO VERDADEIROS AMBIENTES

Uma metodologia pedagógica inovadora e eficaz na Educação Infantil requer que os educadores estejam extremamente atentos a todas as necessidades que se apresentam, mesmo que silenciosamente, no cotidiano desta fase tão importante da formação escolar. Cada criança oferece informações, mediante seus históricos e suas experiências, e até mesmo os bebês da chamada primeiríssima infância comunicam

muita informação. Esta visão precisa ser abrangente e democrática, e se estender à comunidade, aos pais, familiares e todos os que possam oferecer uma contribuição significativa para que a experiência educativa, da criança seja repleta de situações que possibilitem que ela explore seu universo infantil em sua totalidade, com liberdade para escolher, imaginar, emocionar e produzir o que ela sentir vontade. Esta jornada de conhecimento, que se inicia na educação infantil se transformará em vivências individuais ou coletivas que passam a fazer parte da vida da criança.

Neste sentido, a escola necessita oferecer as condições propícias para que as crianças possam vivenciar experiências ricas em todos os aspectos, tais condições devem ser planejadas e orientadas no sentido de cumprirem o objetivo principal que é o de qualificar os seus alunos mediante propostas pedagógicas repletas de conteúdos significativos. Dessa forma, um dos elementos de maior importância é o espaço, cujo conceito jamais poderá ser associado ao de um local qualquer no qual as crianças pequenas podem ser acomodadas, sem nenhum objetivo ou planejamento, apenas para passarem o tempo até que seus pais ou responsáveis possam apanhá-la. Na verdade, o espaço precisa ser organizado de acordo com os objetivos que a Educação Infantil estabelece nestes tempos atuais, ou seja, promover o desenvolvimento integral das suas crianças.

“O olhar de um educador atento é sensível a todos os elementos que estão postos em uma sala de aula. O modo como organiza os materiais e móveis, e a forma como crianças e adultos ocupam esse espaço e como interagem com ele são reveladores de uma concepção pedagógica. Aliás, o que sempre chamou a atenção foi a pobreza frequentemente encontrada nas salas de aula, nos materiais, nas cores, nos aromas; enfim, em tudo que pode povoar o espaço onde cotidianamente as crianças estão e como poderiam desenvolver-se nele e por meio dele se fosse mais bem organizado e mais rico em desafios. As escolas de educação infantil tem na organização dos ambientes uma parte importante de sua proposta pedagógica. Ela traduz as concepções de criança, de educação, de ensino e aprendizagem, bem como uma visão de mundo e de ser humano do educador que atua nesse cenário. Portanto, qualquer professor tem, na realidade, uma concepção pedagógica explicitada no modo como planeja suas aulas, na maneira como se relaciona com as crianças, na forma como organiza seus espaços na sala de aula. Por exemplo, se o educador planeja as atividades de acordo com a ideia de que as crianças aprendem através da memorização de conceitos; se mantém uma atitude autoritária sem discutir com as crianças as regras do convívio em grupo; se privilegia a ocupação dos espaços nobres das salas de aula com armários (onde somente ele tem acesso), mesas e cadeiras, a concepção que se revela aí é eminentemente fundamentada em uma prática pedagógica tradicional” (HORN, 2004, p. 15).

Portanto, o espaço físico, muitas vezes, pode estar sendo designado para aulas ou para atividades diversas, e pode ser identificado pelo mobiliário, materiais didáticos ou mesmo por objetos decorativos. O ambiente, porém, se caracteriza por uma associação deste espaço físico com as relações que se constroem dentro dele. Assim, o ambiente pode ser considerado como uma estrutura que demonstra que tipo de atividades são praticadas ali.

“Do ponto de vista educacional, podemos entender o Ambiente como uma estrutura formada por quatro dimensões. **1-Dimensão Física:** Compreende os objetos e materiais que compõem o ambiente. É o espaço físico, como o mobiliário, elementos decorativos etc. **2- Dimensão Funcional:** É caracterizada pela forma de utilização dos espaços. Um tapete pode servir tanto para um encontro e comunicação quanto um canto de construções, por exemplo. Dessa maneira podemos falar em canto das construções, do jogo simbólico, da música, da biblioteca, etc. **3-Dimensão Temporal:** Refere-se à organização do tempo, portanto ao período em que serão utilizados os diferentes espaços. O tempo das atividades está necessariamente ligado ao espaço onde se realiza cada uma delas. **4-Dimensão Relacional:** Refere-se às diferentes relações que se estabelecem dentro da sala de aula, como os modos de se ter acesso aos espaços, às normas e a forma como se estabelecem os grupos para a realização das atividades (grandes ou pequenos grupos, duplas, individual). Portanto, na Educação Infantil, a forma de organização do espaço e a dinâmica que for gerada da relação entre os seus diversos componentes irão definir o cenário das aprendizagens” (BLOG PORTAL EDUCAÇÃO, 2022).

Diferentemente do ambiente mais tradicional da sala de aula que sempre apresentou a figura de um espaço para se armazenar materiais ou amontoar objetos como livros, mesas, cadeiras e outros objetos, o espaço educativo deve se constituir em um lugar limpo e organizado com dedicação, com seus utensílios distribuídos de modo que transmita um desejo de mexer, de brincar, de mover e construir, e que encoraje a criança a se interessar em realizar atividades repletas de experiências prazerosas e significativas, que proporcione a exploração de suas habilidades, expectativas e limites.

Sem dúvida alguma, a aprendizagem acontecerá em condições muito mais favoráveis quando oportunizadas num ambiente que desperte o desejo de aprender e de participar. Cabe destacar que a qualidade das interações e o alcance dos objetivos propostos não são conquistados apenas ajuntando as crianças em mesmo espaço, pelo contrário, as interações precisam ser criativas e interessantes na sua forma e conteúdo, e, para isso, o professor deverá explorar os espaços mediante atividades que o transformem em ambientes repletos de acolhimento e dinamismo.

“Os espaços utilizados pelas crianças são atraentes e contam com materiais que possibilitam à criança explorar o entorno, interagir com diferentes parceiros, dispor de momentos de privacidade? O ambiente é confortável, em especial, para as crianças que passam muitas horas na instituição de educação infantil? As situações que o professor oportuniza são desafiadoras? Todas as crianças estão envolvidas na mesma atividade todo o tempo ou há momentos para atividades diversificadas? A criança pode interagir com companheiros de diferentes idades? São organizadas filas? Para quê? Por quê? Quanto tempo elas duram? São consideradas momentos de organização dos grupos ou de restrição? A partir de que idade as crianças são estimuladas a comerem sozinhas? Elas podem se servir do alimento? As crianças brincam com frequência? De quê? Com quais materiais elas brincam? O pátio ou outro espaço externo é usado com frequência? Para que tipo de atividade?” (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2006 p. 34).

Para uma efetiva ambientação, a sala de aula, espaço no qual se realiza a maior parte das interações, se constitui em um espaço bastante privilegiado no processo de aprendizagem das crianças da educação infantil. Compreendendo que não existe uma forma definida de como se deva organizar o espaço, pode-se sugerir algumas ideias como: afixar os desenhos e os trabalhos executados pelos pequenos nas paredes, afixar cartazes que indiquem os conteúdos que estão sendo desenvolvidos, possibilitando a qualquer um poder se informar sobre quais aprendizagens aquele espaço está promovendo. Mesmo ações simples como estas podem contribuir para a valorização desse ambiente, despertando um sentimento de pertencimento e inclusão, tão importante para as crianças.

Portanto, os espaços oferecidos para a construção de experiências pedagógicas nas etapas da educação infantil precisam sempre ser considerados como ambientes alfabetizadores, que favoreçam a conquista de autonomia e de cidadania. Deve se constituir em um ambiente acolhedor para a promoção de experiências prazerosas, que viabilize interações sadias com outras crianças, que facilite a construção da aprendizagem, que seja aberto ao diálogo e ao debate respeitoso, com total liberdade para emitir opiniões, expressar sentimentos, apresentar dúvidas, e abrir-se para manifestar seus interesses.

OS MATERIAIS NOS ESPAÇOS ESCOLARES

Existem dois aspectos fundamentais e que são considerados de extrema importância para as crianças que ingressam nas instituições de ensino no período da educação infantil, um é o cuidado e o outro é a educação. Até pouco tempo tinha-se como conceito que as creches e berçários eram locais de cuidado, e a pré-escola um local para educação. Atualmente, os educadores se propõem a promover uma

redefinição destes dois conceitos, integrando-os em apenas um propósito: intermediar o desenvolvimento cultural e social das crianças da educação infantil. Assim, as experiências vivenciadas no espaço da educação infantil devem conduzir a criança ao conhecimento daquilo que ocorre à sua volta e consigo mesma, enquanto desenvolve maneiras de sentir, pensar e solucionar problemas. Tudo isso por meio de linguagens que se utilizam de recursos lúdicos, ou seja, as brincadeiras, os jogos, os cânticos entre outros, e, para que estes espaços que exploram o lúdico sejam atrativos, é necessária a utilização de vários tipos de materiais, de diversos tamanhos, cores e formatos. Estes materiais variados e sempre disponíveis às crianças aliados à organização dos ambientes de uma maneira segura e confortável, e que orientem as interações das crianças, oferecem uma enorme contribuição no desenvolvimento da autonomia e estimulam a participação em todas as atividades propostas para as crianças.

“Torna-se necessário compreender que o espaço físico escolar, dependendo de como os elementos estão dispostos, pode contribuir de maneira positiva ou negativa para a interação e também para a aprendizagem. Para que fique mais claro, a seguir, apresentamos alguns elementos importantes a serem destacados na hora de organizar o espaço, a fim de promover as diversas vertentes do aprendizado: **Mobília:** O mobiliário é uma peça muito importante e deve-se levar em consideração na hora de organizar o espaço de aprendizagem. É necessário que a estruturação desse espaço seja bem distribuída, de forma a contribuir enormemente para que a criança construa sua própria noção de espaço. Desse modo, a própria maneira de organizar o espaço constitui, em si mesma, um conteúdo de aprendizagem. **Materiais Didáticos:** Constituem outro indicador muito válido, pois apresenta os tipos de atividades a serem realizadas pelas crianças e a forma com que as educadoras abordam as necessidades delas, sejam elas de cunho emocional ou cognitivo. **Decoração:** A sala de aula é um lugar propício à educação. Dessa forma, a decoração, como as cores, a exposição dos trabalhos feitos, a exposição de numerais ou até mesmo o alfabeto, podem contribuir de forma positiva no ensino-aprendizagem” (BLOG PORTAL EDUCAÇÃO, 2022).

Dessa forma, cada material existente no ambiente escolar deve se constituir em um recurso para que a criança possa explorar e interagir. O tipo, a quantidade e a diversidade dos objetos, sejam brinquedos diferenciados, devem sempre haver em número suficiente, sejam livros, fantasias, vestimentas, ou qualquer outro, devem estar dispostos no ambiente de maneira a contribuir para a autonomia da criança na realização de cada um de seus projetos, ações, ideias e criações. Um livro colocado em uma estante inacessível torna-se inútil para a criança, assim como objetos de difícil manuseio impedem sua exploração. Assim também, mesas, cadeiras, pratos, copos e

talheres inadequados reduzem significativamente o estímulo para uma boa alimentação. Portanto, a escolha e a disposição dos materiais devem ser alvo de um elaborado planejamento.

“O planejamento do trabalho das crianças com diferentes linguagens deve atender aos seguintes critérios em relação aos materiais: **1-** Disponibilidade dos materiais necessários à expressão nas diferentes linguagens: objetos produtores de sons, materiais para desenhar, pintar, moldar, colar; **2-** Acessibilidade e segurança dos materiais necessários ao movimento em suas diversas possibilidades: rolar, arrastar, puxar, empurrar, subir, chutar, equilibrar, acalantar, saltitar, abaixar, utilizar força, curvar, andar na ponta dos pés; **3-** Equilíbrio entre oferta de brinquedos convencionais – tanto para o faz de conta como para os jogos de mesa, e de materiais menos estruturados; **4-** Acessibilidade da criança aos dispositivos de música, aos livros e outros equipamentos de escrita, bem como a outros instrumentos, dispositivos e bens culturais” (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2006 p. 40).

Outro fator bastante importante é oferecer, sempre que possível, um espaço destinado ao envolvimento das crianças com elementos da natureza, isto pode ser no pátio ou no jardim, viabilizando um tempo ao lado delas para que elas se identifiquem com a variedade de elementos da natureza (folhas, galhos, pedras, flores, sementes). Proporcionar um ambiente aprazível, no qual as crianças possam exercitar sua criatividade, aprendendo a conhecer e a diferenciar estes elementos desde os primeiros anos, contribuirá para torná-los cidadãos que tratem a natureza e o meio-ambiente com responsabilidade. Além disso, a escola precisa organizar espaços que possam favorecer o movimento, evitando que ele se torne estressante ou desanimado. Deve assegurar que haja regularidade nas atividades lúdicas, explorando momentos de brincadeiras, jogos, dança e música como experiências marcantes e significativas para as crianças. Os espaços precisam ser trabalhados para a criança e com a criança, sendo plenamente explorados por ela, numa relação sadia com os colegas, com liberdade para se locomover à vontade, para que elas aprendam enquanto se divertem.

A IMPORTÂNCIA DE SE APROVEITAR BEM O TEMPO

É importante reconhecer que os espaços na educação infantil necessitam ser planejados e adaptados de maneira prática e harmoniosa para se tornarem ambientes repletos de oportunidades visando o desenvolvimento psicológico, cognitivo, motor e social das crianças, por isso, é fundamental considerar a inseparável relação entre o espaço e o tempo no cotidiano da escola. Assim, as experiências relacionadas ao

espaço e ao tempo no ambiente escolar oferecem uma diversidade de possibilidades de atividades que demandam equilíbrio na aplicação do tempo aplicado para a realização dos afazeres pedagógicos propostos. Todavia, quando se diz respeito ao tempo na Educação Infantil, se nota, de imediato, a importância da rotina, que passa a ser um instrumento muito útil no contexto das práticas pedagógicas, no intuito de obter sucesso na busca de se potencializar ações organizadas que promovam uma participação autônoma e eficiente das crianças nas brincadeiras e nas interações.

A rotina, num primeiro momento, pode transmitir uma ideia de algo ruim ou negativo, entretanto, ela é uma verdadeira aliada no processo educacional, e não pode ser vista como uma coisa arrastada e entediante, mas entender que ela possui a função de cadenciar uma sequência de atividades distintas e diferenciadas, que passam a ser desenvolvidas considerando seu ritmo próprio. Assim, a rotina diária se torna parte do desenvolvimento prático do planejamento, como uma sequência lógica das diferentes atividades trabalhadas na educação infantil, e é exatamente esta sequência que vai trazer orientação para a criança na relação espaço tempo.

“A rotina é um elemento importante da Educação Infantil, por ofertar à criança sentimentos de estabilidade e segurança. Também favorece à criança, maior facilidade de organização espaço-temporal, e a desprende do sentimento de estresse que uma rotina desorganizada pode causar. Ela não necessita ser rigorosa, sem espaço para invenção (por parte dos professores e das crianças). Pelo contrário, a rotina pode ser rica, alegre e prazerosa, favorecendo um espaço para a construção diária do projeto político-pedagógico da instituição de Educação Infantil. é através da disciplina, que o educador, organiza, delimita, direciona a liberdade para que a construção e a produção do conhecimento possam acontecer. Qualquer ação educativa é regida pela maneira como cada educador estrutura estes limites, ou seja, pela disciplina que ele acredita necessitar para organizar o tempo e o espaço (sua rotina) de liberdade, onde sua prática se desenvolve” (MEYER, 2011 p. 15).

Esta relação entre espaço e tempo vai se consolidando, uma vez que o professor, para viabilizar um tempo proveitoso e com muita qualidade, precisa desenvolver uma rotina de trabalho que aborde os aspectos: tempo, espaço, atividades, participantes e frequência. Cada um destes componentes precisam estar articulados e encaixados no objetivo planejado, para que seja possível legitimar os resultados e confirmar ou não a eficácia das experiências produzidas nestas atividades. Nesta perspectiva, a rotina precisa ser planejada de forma flexível, devendo englobar aspectos como o cuidado, o ensino e as características individuais de cada criança e suas capacidades. Nessa dinâmica, o planejamento do professor adquire maior

importância, visto que ao utilizar o tempo de forma qualificada, por meio de reflexões e avaliações sobre a metodologia empregada, ajustando as rotinas, preparando e disponibilizando materiais, elaborando as brincadeiras e atividades lúdicas de forma organizada, o tempo é melhor aproveitado, atingindo os resultados esperados.

Além de criar uma rotina de trabalho que propicie a maximização do tempo na educação infantil, existem outras maneiras para aproveitar bem este tempo, todavia, dependerá, em grande parte, da diligência, entusiasmo e disposição por parte do professor nas dinâmicas diárias. É necessário que esta disposição ocorra desde os primeiros momentos, no horário de chegada das crianças, ali é o momento em que o tempo já começará a ser trabalhado, pois ao receber um aluno, os demais precisam estar entretidos e cuidados. É importante haver um local e atividades específicas para os que já chegaram, e, após o momento de recepção, o envolvimento do professor e da equipe escolar passará às fases seguintes, como a alimentação e o descanso, as quais requerem um horário pré-estabelecido. As demais atividades podem ser divididas em blocos mais flexíveis, mas que estejam sempre dentro de um planejamento.

A flexibilidade da rotina pode ocorrer na sala de aula, no parquinho, na hora do lanche, um dia se conta história no pátio, no outro dia é a vez de se cantar, enfim, o envolvimento do professor com sua turma permitirá que ele avalie e descubra quais os melhores momentos para se praticar cada atividade, fazendo com que este tempo, bem planejado e muito bem organizado, consiga ser muito bem aproveitado no contexto do espaço, criando um ambiente propício para o desenvolvimento da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância que os elementos espaço e tempo apresentam no âmbito da educação infantil é indiscutível, portanto, ao abordar estas pequenas considerações para reflexão, conclui-se que o tema ainda está sendo construído, e ainda demandará mais pesquisas e mais reflexões. Entretanto, considerar a importância dos elementos espaço e tempo na educação infantil, período importante da caminhada escolar, remete a um conceito importante no momento atual do ensino, pois dimensionar estes elementos de forma planejada e equilibrada, certamente atingirá os objetivos propostos pela instituição de ensino, que é potencializar o desenvolvimento da criança, aprimorando a construção dos aspectos cognitivos, psicológicos e relacionais e dos valores éticos e cidadãos. Na Educação Infantil este conjunto de princípios e

convicções vão sendo introduzidos e tomando corpo, portanto, a responsabilidade da escola é imensa.

Neste sentido, a perspectiva de espaço e tempo tem ganhado evidência e notoriedade, visto que o espaço oferecido pela escola será o local de vivências intensas e significativas para as crianças neste contexto de aprendizagens e formação de valores. O espaço no qual a criança viverá experiências inovadoras e transformadoras é fundamental, pois aquele é o ambiente em que ela se sente acolhida, respeitada e valorizada. Portanto, é fundamental que este espaço seja cuidadosamente preparado, estruturado e planejado, e que cada peça, móvel, brinquedo, livro ou equipamento não esteja ali sem um propósito, mas que esteja ali para cumprir um objetivo definido. Dessa forma, o espaço se converte em um ambiente plenamente favorável ao aprendizado, às experiências de relacionamento com os colegas e com o professor. Portanto, espaços bem definidos, materiais bem escolhidos, e o tempo administrado seguindo uma rotina que crie na criança a segurança de que as atividades realmente vão ser realizadas são alguns pontos que evidenciam que a escola valoriza as crianças e valoriza o espaço e o tempo.

REFERÊNCIAS

BLOG PORTAL EDUCAÇÃO, **O espaço como um ambiente de aprendizagem**. Disponível em: <https://blog.portaleducacao.com.br/o-espaco-como-um-ambiente-de-aprendizagem/>. Acesso em 01 jun 2022.

BLOG EDUCA MAIS BRASIL, **Educação Infantil**. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/etapa-de-formacao-e-series/educacao-infantil>. Acesso em 20 jun 2023.

BLOG TODOS PELA EDUCAÇÃO, **Primeira Infância: O que é e quais os impactos na vida adulta**. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/perguntas-respostas-o-que-voce-precisa-saber-sobre-primeira-infancia>. Acesso em 30 mai 2022.

BRASIL. **Lei de Políticas Públicas para a Primeira Infância** (Lei nº. 13.257, de 08 de Março de 2016. Brasília-DF.

HORN, M. G. S. **Sabores, cores, sons, aromas. A organização dos espaços na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEYER, Ivanise Corrêa Rezende. **Brincar e viver: projetos em educação infantil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011

PREFEITURA DE SÃO PAULO, **Tempos e Espaços para a Infância e suas Linguagens**. Secretaria Municipal de Educação - São Paulo-SP, 2006.

LETRAMENTO MATEMÁTICO ATRAVÉS DE JOGOS E DO COTIDIANO NOS ANOS INICIAIS



Denise Tardelli Taliati

Formada em Pedagogia e em Letras, com Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento; Psicomotricidade; Educação Ambiental; Práticas de Alfabetização e Intervenções; Alfabetização Matemática; Pedagogia Sistemática e Neurociência na Educação.



Ianara Saux Dutra de Souza Siqueira

Formada em Pedagogia, com Pós-Graduação em Atendimento Educacional Especializado; Práticas de Alfabetização e Intervenções; Alfabetização Matemática; Pedagogia Sistemática e Neurociência na Educação.



Viviane Ferraz de Souza Alexandrino

Formada em Pedagogia, com Pós-Graduação em Educação Especial, Inéprete de LIBRAS e Ludopedagogia.

RESUMO

A educação passou a receber mais atenção a partir da Proclamação da República (1889). O período que antecedeu esta data, as crianças recebiam ensinamentos relacionados a crenças, costumes, cultura e religião, dentro de seus lares. O tempo passou e ensinar a ler e escrever, que sempre foi tema de grandes discussões, e pesquisas, evoluiu. Mediante a evolução na área educacional, exigências culturais e novos conceitos ligados à educação surgiram, e fenômenos também, e dentre eles o letramento, que é definido como um processo, que se inicia na vida de todo ser humano, quando passam a conviver com as diversas manifestações de escrita existentes em uma sociedade, um processo que nunca se esgota. Desde o seu

surgimento, o termo letramento, esteve sempre associado às habilidades da escrita e leitura, contudo, no documento da BNCC – Base Nacional Curricular Comum, que trata dos direitos da aprendizagem, o termo letramento, também está associado à área de matemática. Trataremos neste artigo, do Letramento Matemático, nos anos iniciais, buscando compreender, e como desenvolver o Letramento Matemático em sala de aula através de jogos e vivências do cotidiano, fazendo uso de atividades e estratégias que despertem as crianças para novas habilidades e competências, mediante estudos de referenciais teóricos

Palavras-chave: Estímulo; Aprendizagem; Estratégias; Habilidades..

INTRODUÇÃO

O período que se estende do Império a Proclamação da República, não houve uma organização no ensino, o que se praticava era uma aprendizagem da leitura e da escrita que ocorria por meio de transmissões assistemáticas, de modo particular nos lares, ou de modo informal nas poucas escolas de primeiras letras do Império, que mantinham as chamadas aulas régias (A primeira forma de ensino público no Brasil). Essas instituições funcionavam em lugares improvisados e até mesmo na própria residência dos mestres. Essas idéias estavam pautadas nos ideais iluministas, ou seja, acreditam que somente através da instrução é possível atingir níveis mais elevados da civilização.

Sabemos que a evolução é um processo natural, e que essa evolução ocorre em todas as esferas da sociedade. Diante deste processo a escrita também evoluiu.

De acordo com fatos comprovados historicamente, a escrita surgiu do sistema de contagem feito com marcas em cajados ou ossos, e usado provavelmente para contar gado, numa época em que o homem já possuía rebanhos e domesticava animais. Esses registros passaram a ser usados nas trocas e vendas, representando as trocas de animais ou de produtos negociados. Para isso além das marcas, era preciso inventar símbolos para os produtos e para os nomes dos proprietários. (Cagliari, 1999, pg. 14).

Ao longo dos anos, tivemos a oportunidade de conhecer os vários conceitos relacionados à alfabetização, e esses conceitos, foram trabalhos realizado por estudiosos dessa área, que nos trouxeram muitos ensinamentos.

No passado, ser alfabetizado era considerado suficiente, no entanto, hoje em dia, ser alfabetizado é uma condição insuficiente para atender às demandas contemporâneas e experimentar plenamente a cultura escrita.

A alfabetização é definida como um processo específico e indispensável, onde a criança desenvolve a habilidade de ler e escrever, e aprende a decodificar o código escrito, a alfabetização possibilita ao aluno, ler e escrever com autonomia, e esse processo ocorrem nos primeiros anos de escolaridade.

O termo alfabetização não ultrapassa o significado de “levar a aquisição do alfabeto”, ou seja, ensinar o código da língua escrita, ensinar as habilidades de ler e escrever [...] Toma-se, por isso, aqui, alfabetização em seu sentido próprio, específico: processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita. (Soares, 2017, pg.16).

Letramento é o resultado da ação de usar as habilidades de leitura e escrita em práticas sociais. O indivíduo alfabetizado lê, o letrado lê e interpreta: jornais, revistas, livros, tabelas, gráficos, quadro informativo, formulários, carteira de trabalho, as contas de água, de energia, telefone, contratos; escreve e conhece a diferença entre cartas, bilhetes e telegramas sem dificuldades, sabe preencher formulários, redigir um ofício ou um requerimento. Letrado é o estado ou condição do indivíduo que exerce as práticas sociais da leitura e da escrita que circulam na sociedade.

Como podemos perceber o termo letramento está muito ligado as habilidades de leitura e escrita, porém, consta na BNCC - Base Nacional Curricular Comum, documento que trata dos direitos de aprendizagem, o mesmo termo, letramento, associado a matemática, onde cita que o “Ensino Fundamental deve ter compromisso com o desenvolvimento do Letramento Matemático”.

O letramento matemático abrange o ensino e a aprendizagem de conceitos e procedimentos necessários às práticas sociais de leitura e escrita de diversos tipos de textos, estes exigem conhecimento matemático que fazem parte da vida diária das crianças, como a linguagem oral e escrita, a linguagem matemática, também compartilha de uma mesma base cognitiva.

Da mesma forma que a criança começa a ter contato com os mais diversos tipos de escrita presentes numa sociedade, na matemática não é diferente, os calendários, tabelas, gráficos, encartes, contas de água e energia, jogos, relógios, a moeda corrente (cédulas e moedas), tudo que faz parte do cotidiano, e as crianças têm

acesso, contribuem para um melhor desenvolvimento na aprendizagem como um todo, como também na matemática.

Aprender matemática é ir além de aprender e conhecer símbolos e processos operatórios é desenvolver a capacidade de estabelecer padrões, representações, resolver situações problemas, desenvolver o raciocínio lógico, argumentar, produzir, comunicar, investigar e entre outras capacidades, interagir, cooperar com seus colegas.

O Ensino Fundamental deve ter compromisso com o desenvolvimento do Letramento Matemático, definido como as competências e habilidades de raciocinar, representar, comunicar e argumentar matematicamente de modo a favorecer o estabelecimento de conjecturas, a formulação e resolução de problemas em uma variedade de contextos, utilizando conceitos e procedimentos, fatos e ferramentas matemáticas.

Considerando que o Letramento Matemático é definido por competências e habilidades que os alunos devem desenvolver, de que forma os professores podem trabalhar o Letramento Matemático em sala de aula, nos anos iniciais?

COMO DESENVOLVER O LETRAMENTO MATEMÁTICO

De acordo com as pesquisas realizadas, os jogos e as vivências do cotidiano são grandes aliados na busca do conhecimento e desenvolvimento das habilidades e competências na área de matemática, porém, não são as únicas opções para letrar os alunos matematicamente. Atividades bem elaboradas e desafiadoras, como também situações diárias vividas em sala de aula que fazem com que os alunos arrisquem todo seu conhecimento lógico-matemático, façam suas comparações e exerçam sua autonomia, também desenvolvem o letramento matemático.

Na escola tradicional, nem se cogitava a idéia de se ensinar com brincadeiras, com jogos considerados mero passatempo, nem tão pouco considerar o conhecimento prévio do aluno, ou ainda, realizar uma atividade que não envolvesse o caderno e o lápis, todas as atividades eram realizadas em sala de aula e registradas uma a uma no caderno. Os registros continuam sendo muito importantes, mas uma aula realizada extraclasse, seja para leitura, pesquisa de campo, realização de uma receita ou jogos, trazem muitos benefícios que vão além de somente uma aprendizagem significativa.

As atividades extraclasse fazem com que as crianças se sintam mais livres, e consigam expressar-se com maior facilidade e naturalidade com isso elas melhoram a comunicação, enriquecem a socialização, realizam o confronto de informações, que vão além de livros e textos, dando possibilidade de vivenciarem a experiência entre

teoria e prática que é uma experiência muito rica. Embora os jogos tenham forte presença em momentos de brincadeiras, não podemos deixar que esta imagem, se sobreponha a finalidade dos jogos quanto ao desenvolvimento de aprendizagens, e de habilidades matemáticas.

Todo jogo por natureza desafia, encanta, traz movimento, barulho e uma certa alegria para o espaço no qual normalmente entram apenas o livro, o caderno e o lápis. Essa dimensão não pode ser perdida apenas porque os jogos envolvem conceitos de matemática. Ao contrário, ela é determinante para que os alunos sintam-se chamados a participar das atividades com interesse. (Smole, Diniz & Cândido, 2007, pg.12).

A aplicação de jogos na escola além de instigar ao raciocínio lógico é uma oportunidade para a socialização entre os alunos, desenvolve o espírito de cooperação e equipe. Os jogos fazem com que as crianças tenham uma consciência melhor de si, e aprendam a se relacionar melhor com o mundo, se tornando mais confiantes, seguros e autônomos.

Os jogos, num primeiro momento devem ser colocados em prática como diversão, descontração, momento esse de conhecer as regras, jogar, ganhar e perder. Posteriormente, após o entendimento das regras e do jogo, com a orientação do professor, iniciar as jogadas, o professor deve atentar para a maneira como os alunos refletem sobre a resolução das situações problemas.

Nem todos os jogos podem ser utilizados como meio desenvolver habilidades, o professor deve planejar as aulas e selecionar os jogos que se adequem aos objetivos a serem alcançados.

Segundo Stocco “O jogo é uma atividade séria que não tem consequências frustrantes para quem joga, no sentido de ver o erro como algo definitivo e insuperável”.

Os jogos dão a possibilidade de o jogador refletir sobre a jogada, dão a possibilidade de aquisição de novas idéias e conhecimentos, possibilita descobrir que falhou e onde falhou, se teve sucesso ou não e o porquê. Essa tomada de consciência traz a compreensão do próprio processo de aprendizagem, de sua autonomia e responsabilidade em continuar aprendendo.

Fazer com que as crianças participem das tarefas diárias desenvolvidas na sala de aula também faz parte da aprendizagem matemática, como por exemplo; distribuir os livros didáticos para os colegas de classe, atividades complementares, e outros materiais, dessa forma realizam processos matemáticos como, quantos faltam receber, se faltou ou sobrou material para ser entregue, realizar a contagem dos alunos

e verificar quantos estão presentes e quantos ausentes, tudo isso faz com que se tornem mais observadores, e dessa forma desenvolvendo seus processos matemáticos.

Situações problemas que levem os alunos a refletir sobre o desafio do enunciado, também é uma excelente estratégia para o desenvolvimento de habilidades matemáticas.

Existe uma teoria desenvolvida pelo Matemático, Filósofo e Psicólogo Francês Gerard Vergnaud, a Teoria dos Campos Conceituais que ajuda a entender como as crianças constroem os conhecimentos matemáticos. A teoria do campo aditivo envolve soma e subtração e do campo conceitual multiplicativo, multiplicação e divisão. As atividades são apresentadas em forma de situações problemas, e os enunciados são apresentados de uma forma que a adição e subtração se complementam, e a multiplicação e divisão também.

Vergnaud classifica esses campos conceituais em cinco classes - Aditivos: transformação, combinação de medidas, comparação e composição de transformações e estados relativos. E - Multiplicativo: configuração retangular, raciocínio combinatório, comparação entre razões, divisão por distribuição e divisão envolvendo formação de grupos.

Neste tipo de problema, tanto no campo aditivo como multiplicativo, a incógnita pode estar em qualquer parte do enunciado, início, meio ou no final, e o professor pode então observar como seus alunos constroem seu raciocínio.

Trabalhar com esses conceitos, propõe que seja qual for a operação a ser realizada que ela faça sentido para o aluno, que os alunos entrem em conflito e desenvolvam ferramentas, conceitos e habilidades para a resolução das questões apresentadas, que esse aluno não tenha que tão somente que realizar atividades repetitivas com respostas automáticas e previsíveis.

Para a resolução de algumas das atividades as crianças podem fazer uso de material concreto, como tampinhas de plástico, material dourado ou algum outro objeto que os auxilie, a intenção para essas atividades, não é trabalhar o cálculo mental, mas sim o raciocínio lógico.

Não podemos nos esquecer de que nem todos os alunos leem com fluência, neste caso o professor deve realizar a leitura em voz alta, reler o enunciado se for o caso, escrever o enunciado na lousa, grifar palavras-chave, criar possibilidades para que este aluno realize a atividade.

Os professores, tão acostumados a oferecer as mesmas atividades que apresentam sempre o mesmo grau de dificuldade, também terão o desafio de ampliar o conhecimento de seus alunos e seus conhecimentos também.

Para que haja conhecimento e aprendizagem, tem que existir novos desafios, e esses desafios servem tanto para os professores como para os alunos.

A consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser de sua inconclusão num permanente movimento de busca. (Freire, 2001, pg.64).

O ser consciente entende que o aprendizado nunca termina que aprender faz parte da vida do ser humano desde o momento que nasce até seu último suspiro. O ser humano é um ser capaz de aprender, refletir sobre o que aprende criar e recriar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa apresentada, percebe-se que a evolução de uma sociedade acontece diante das necessidades que ela apresenta, e ocorre através do ser humano que em meio ao conflito evolui e transforma o meio que vive. É um ciclo interminável, a evolução é constante e presente em todas as áreas da vida.

A educação está sempre em movimento, sua evolução também é constante e sempre nos traz novos conceitos e fenômenos, a exemplo disso temos o letramento matemático, considerado por definição da BNCC, como forma de desenvolver habilidades criar conceitos e conexões e o raciocínio lógico-matemático.

Uma das maneiras de se trabalhar o letramento matemático expostas na presente pesquisa, foram os jogos, os jogos descontram, faz com que as crianças entrem em conflito e reflitam na busca de soluções, criam espírito de equipe, não frustra a criança, pois elas sempre têm a possibilidade de rever suas ações e buscar melhorar, os jogos também ensinam as crianças a ter autonomia e responsabilidade.

Uma nova forma de se desenvolver a aprendizagem que saia do tradicional, às vezes assusta, mas com um bom planejamento, o objetivo certamente será atingido.

Os jogos são mais uma opção a ser utilizada para o desenvolvimento do letramento matemático, para que as crianças avancem em suas aprendizagens. A intenção é trabalhar a disciplina de matemática de uma forma mais leve e descontraída, fazendo com que os alunos se integrem e se envolvam tanto nos jogos como nas atividades diárias em sala de aula.

Outra estratégia proposta são as atividades envolvendo situações problemas, considerando a teoria de Gérard Vergnaud dos campos aditivo e multiplicativo, desde que, como já mencionado nesta pesquisa, sejam bem elaboradas e tenham significado para o aluno, que a atividade aguçe sua forma de raciocinar, fazendo com que eles cheguem ao resultado utilizando todo conhecimento lógico matemático, sem estar preso em concepções pré-estabelecidas e sem medo de errar. Atividades desafiadoras contribuem para o desenvolvimento das habilidades e construção do conhecimento dos alunos.

O uso de materiais como tampinhas, material dourado, barrinhas de cuisinaire, palitos e outros, para a realização e resolução das atividades também é importante, para muitos alunos é imprescindível, eles constroem seu conhecimento através do contato com o concreto.

Todas as estratégias mencionadas nesta pesquisa servem para lembrar e elucidar os professores que para ensinar não precisamos ficar presos aos cadernos e livros, que ensinar através dos jogos uma excelente alternativa, pois os jogos aproximam as pessoas umas das outras e de si mesmo.

O estímulo à aprendizagem das crianças desde a tenra idade, e sem dúvida imprescindível, e esse estímulo deve perdurar durante todo o processo escolar, e deve ocorrer tanto dentro dos lares como dentro das escolas.

Não pensamos somente em alunos dedicados e comprometidos com sua aprendizagem, almejamos que esses alunos se tornem cidadãos conscientes e capazes de transformarem a si e o mundo a sua volta, cidadãos conscientes de suas possibilidades, cidadãos que entendam que é através do esforço e da persistência que se adquire o conhecimento e a liberdade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base> - Acesso em 21 abr de 2023.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando Sem O Bá-Bé-Bi-Bó-Bu**. 1ª. ed. São Paulo: Scipione Ltda., 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários À Prática Educativa**. 18ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 2001.

KAMII, Constance. **A criança e o número: Implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação com escolares de 4 a 6 anos**. 39^a. ed. Capinas: Papyrus, 2012.

ROONEY, A. **A História da Matemática: desde a criação das pirâmides até a exploração do infinito**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.

SMOLE, Kátia Stocco. **Jogos de Matemática de 1º a 5º ano** [recurso eletrônico]/ Kátia Stocco Smole, Maria Inez Diniz, Patrícia Cândido. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2007. (Série Cadernos Mathema - Ensino Fundamental)

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. 7^a. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

SCIESZKA, Jon. **Monstromática**. Tradução de Freitas Druck. 3^a. ed. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2004.

VERGNAUD, Gérard. **Todos perdem quando a pesquisa não é colocada em prática**. Disponível em – <http://novaescola.org.br> - Acesso em 08 mai de 2023.

VERGNAUD, Gérard. **Somar e Subtrair: operações irmãs – Teoria do campo aditivo considera a adição e a subtração como complementares**. Disponível em <http://novaescola.org.br> - Acesso em 18 mai 23.



A RESPONSABILIDADE DA FAMÍLIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Amanda Fontolan Calamonaci

Formada em Pedagogia com Pós-graduação em Pedagogia Sistêmica; LIBRAS; Gestão Escolar; Educação Especial e Psicomotricidade.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo principal promover uma breve reflexão sobre a responsabilidade da família no ambiente escolar, e não apenas a família, mas a própria comunidade, participando das construções pedagógicas. A influência que a família exerce sobre as crianças é inquestionável, e como primeiro ambiente social que acolhe o indivíduo, a família desempenha um papel determinante na formação dos alicerces do seu caráter. Uma família participativa, que acompanha suas crianças, que as motiva, que participa da sua vida escolar, que transmite bons valores, cujos membros passam bons exemplos, estará contribuindo enormemente para o desenvolvimento cognitivo e para a aprendizagem dessas crianças. Desde que a criança nasce ela recebe estímulos da mãe e é envolvida por diversas formas de informações que já a colocam em contato com o mundo e com o meio no qual está inserida. A família, como grupo social inicial, é essencial para que a criança ganhe confiança, para que se sinta assistida, acolhida e valorizada. Sem estes atributos, a criança terá imensas dificuldades em potencializar sua aprendizagem e evoluir de forma gradativa e proveitosa. À medida que a criança vai se desenvolvendo ela passa a participar de outros grupos sociais. Alguns deles, devido aos contatos serem mais duradouros, resultam em formas mais estáveis de integração social. Nestes meios sociais há normas, hábitos e costumes próprios, divisão de funções e posições sociais definidas. Além da família, a vizinhança, a escola, a Igreja, o clube, o Estado etc. Todos eles influenciam a construção de valores da criança e produzem impacto no seu desenvolvimento escolar e pessoal. A família sempre teve papel inquestionável na formação do indivíduo, entretanto, vivemos numa época onde o modelo de família sofreu uma enorme alteração. Aquele padrão tradicional denominado “família nuclear” ou “família conjugal”, composta basicamente de pai, mãe e filhos, todos habitando o mesmo espaço, não é mais o modelo absoluto. Nossa sociedade promoveu um rearranjo dessa estrutura e hoje, com as separações constantes e novos casamentos,

surtem famílias dentro de famílias, convivendo sob um mesmo teto. A idéia de um pai ou uma mãe cuidadores, dá lugar a diferentes pais e mães “gerenciadores” de filhos que nem sempre são seus. A sensação de abandono e insegurança destas crianças é grande. A ausência dos pais, envolvidos pelas exigências profissionais faz com que grande parte dos filhos fique aos cuidados de parentes (tios e avós), estranhos, ou entregues à TV e à Internet. Assim, pais e mães que trabalham fora o dia todo, geram crianças carentes de atenção e de acompanhamento. A falta de tempo para orientação acaba transferindo para a escola até mesmo ensinamentos rudimentares. A ausência dessa responsabilidade tão elementar tem provocado em muitas famílias um individualismo sem precedentes, e como resultado vemos famílias desestruturadas, sem moral, sem princípios, sem valores, sem respeito às autoridades e ao próximo. Fica evidente que essas famílias pretendem que a escola assuma uma tarefa com a qual elas não estão dispostas a arcar. Cabe à escola encontrar o melhor caminho para a participação dos pais e da comunidade escolar no processo educativo, evitando essa transferência de responsabilidade, onde a escola culpa a família que, por sua vez, culpa os professores e a instituição de ensino pelo mau desempenho e até pelo fracasso escolar. Portanto, este artigo pretende evidenciar a necessidade de buscarmos, enquanto professores e educadores, uma aproximação efetiva com as famílias, conhecendo seu contexto social, para implementar um modelo de participação decisivo delas. Será fundamental que a escola abra as portas para a participação de familiares e da comunidade, isso contribui para a qualidade e aproveitamento dos alunos e colabora para diminuir a evasão, a repetência, a violência e o fracasso escolar. Um trabalho de parceria se constitui em uma estratégia positiva na promoção do diálogo e no envolvimento de todos visando a melhora constante da escola e dos alunos.

INTRODUÇÃO

A família é considerada o fundamento básico e universal das sociedades. Embora variem suas estruturas e funcionamento, a família, sem dúvida, exerce grande responsabilidade no processo de socialização da criança. O ambiente familiar contribui fundamentalmente para tornar a criança mais perspicaz e observadora. Porém, a carência de estímulos cognitivos na família torna seu desenvolvimento retardado, em comparação às crianças que possuem este incentivo. A influência que o meio social estabelece sobre a capacidade de aprendizagem da criança é relevante, sendo que esta influência ocorre tanto positivamente quanto negativamente. O primeiro e mais

importante grupo social do qual a criança participa, a família, pode contribuir de maneira propícia e favorável, ou de forma nociva e prejudicial.

Todavia, a falta de participação dos pais na escola é um problema que traz grandes conseqüências, pois acompanhar de perto as ações da escola e ficar “por dentro” daquilo que lá acontece é de responsabilidade da família. E a função da escola seria promover encontros e espaços de interação, além de apresentar o que está se passando na escola, pois uma gestão democrática deve implicar necessariamente na participação da comunidade nas suas decisões.

“A responsabilidade da família na escola é acompanhar o processo de perto. O que está acontecendo, verificar o rendimento, perguntar sobre as aulas, questionar sobre trabalhos e tarefas, freqüentar as reuniões programadas pela escola e conhecer os membros do corpo docente são requisitos elementares para os pais que querem estar realmente atualizados quanto ao aproveitamento de seus filhos na escola. Estando por dentro de tudo que acontece na escola, fica muito mais fácil para os pais cobrarem da escola a medida necessária para melhorar a condição de seus filhos nos estudos” (PAROLIN, 2007, p.25).

De fato, a responsabilidade da família se apresenta em duas frentes, a influência positiva no caminhar dos filhos, de forma acolhedora, incentivadora e motivadora, e sua participação no cotidiano da escola, contribuindo para que os projetos e decisões sejam democráticos. A escola, por sua vez, proporcionará todas as condições para que essa parceria se estabeleça de forma saudável, na certeza de que a escola, a família e o aluno sairão vitoriosos na batalha de formar cidadãos críticos e participativos numa sociedade degradada.

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA

A família é o primeiro ambiente de socialização que a criança conhece, e tem papel preponderante no seu processo de aprendizagem. Basicamente, as relações familiares que a envolvem são produzidas por uma entidade identificada ao longo dos anos como

“Família nuclear ou Família conjugal moderna que é composta por pai, mãe e filhos, coexistindo por meio de laços de aliança e de consaguinidade. A família nuclear moderna surge como uma categoria interpretativa, como um tipo ideal que num determinado período permitiu a compreensão do real. Nessa concepção, todos os arranjos familiares que se encaixavam dentro deste modelo eram considerados como famílias boas, certas, estruturadas, sendo que todos os outros arranjos que não se enquadravam, constituíam-se em disfunções do sistema ou simplesmente em famílias desorganizadas e/ou desestruturadas” (KALOUSTIAN; FERRARI, 2005, p. 93).

Todavia, é perceptível que o

“modelo de família nuclear vem perdendo espaço para os novos arranjos familiares, os quais trazem consigo um novo conceito de família que, apesar de ter novas configurações, não perde a sua essência. Isso representa produzir cuidados, proteção, aprendizado dos afetos, construção de identidades e vínculos relacionais de pertencimento. Nessa direção, compreende-se que, devido às transformações sociais que ocorrem, a família, hoje, busca, a todo o momento, lidar com as fragilidades existentes, promover melhor qualidade de vida a seus membros e efetiva inclusão social na comunidade e sociedade em que vivem” (CARVALHO 2000, P.14).

Independente do modelo familiar, é imprescindível que esta família invista tempo e atenção às necessidades de aprendizagem de seus filhos. Está claro que crianças que aprendem com mais facilidade são as que tem pelo menos um membro da família que investe nelas. Às vezes nem são os pais, mas um irmão ou outra pessoa que more na casa, e que manifeste interesse pelas atividades. Elas demonstram uma autoconfiança maior e mais desejo de aprender. Com apoio em casa, elas se sentem seguras e motivadas, e como consequência, aprendem com mais facilidade. Porém, entre os alunos que demoram mais para aprender, estão os que tem famílias mais ausentes, onde não existe diálogo, onde não há participação ou interesse pela vida escolar da criança, e raramente aparecem na escola. Famílias que possuem o hábito da leitura, influenciam forte e positivamente a aprendizagem de suas crianças.

“A família tem a responsabilidade de formar o caráter, de educar para os desafios da vida, de perpetuar valores éticos e morais. Por melhor que seja uma escola, por mais bem preparados que sejam seus professores, jamais suprirá a carência deixada por uma família ausente” (CHALITA, 2001, P.17).

As crianças possuem o desejo de sentirem-se amadas, aprovadas e elogiadas, quando recebem elogios da mãe ou do pai, quando recebem atenção, carinho, respeito e confiança, terão um incremento na sua autoestima.

“A ajuda dos pais é decisiva no componente emocional, pois o carinho com que cuidam e o interesse sincero que demonstram com seu progresso escolar, o esforço que fazem para garantir condições de estudo em casa, aumentam a autoestima da criança e faz com que ela se interesse mais em aprender. Já alunos com baixa autoestima tem grandes possibilidades de apresentar problemas como depressão, insucesso nos estudos e outros problemas que ele levará para a vida” (ZAGURY, 2003 p. 12).

A criança amada lida melhor com as dificuldades da vida, na escola ou fora dela. Amar o filho significa apoiá-lo carinhosamente, não deixar que ele se sinta abandonado. E isso é obrigação dos pais, independente do nível cultural, social ou econômico. Alunos incentivados e apoiados pelos pais alcançam melhores resultados

na aprendizagem, e pais que assim procedem são encontrados em todos os níveis sócio-econômicos.

A FUNÇÃO DA ESCOLA

“A escola é uma instituição potencialmente socializadora, ela abre espaço para que os aprendizes construam novos conhecimentos, dividam seus universos pessoais e ampliem seus ângulos de visão. Aprendam a respeitar outras culturas, outras verdades e outros tipos de autoridade. Nessa instituição, o mundo do conhecimento, da informação, ou seja, o mundo objetivo mistura-se ao mundo dos sentimentos, das emoções e da intuição, enfim, ao mundo do subjetivo. Emoção e razão se fundindo em busca de sabedoria” (PAROLIM, 2005 p.17).

A escola é uma instituição social de extrema relevância na sociedade, pois além de possuir o papel de fornecer preparação intelectual e moral dos alunos, promove, também, a inclusão social.

“Ela é um importante meio social. O âmbito familiar é o primeiro meio social de todo indivíduo. É o espaço onde ele passa a exercer papel fundamental no decorrer de sua trajetória. Pois são as experiências vividas no contexto familiar quando criança, que irão contribuir para a formação enquanto adulto. Assim, a escola passa a ser o espaço social depois da família, local onde se institui a cidadania. É o lugar onde as crianças deixam de pertencer exclusivamente à família para integrarem-se numa comunidade mais ampla em que os indivíduos estão reunidos não por vínculos de parentesco ou de afinidade, mas pela obrigação de viver em comum. A escola institui, em outras palavras, a coabitação de seres diferentes sob a autoridade de uma mesma regra” (TOSTA, 2013 p. 8).

Com estas mudanças no contexto das famílias e o papel que as escolas passaram a desempenhar, muitos debates e estudos revelaram alguns aspectos importantes no que se refere ao papel e responsabilidades das referidas instituições no desenvolvimento dos estudantes/filhos. Elas mostram a importância do diálogo entre ambas nos processos de aprendizagem nos espaços da Educação Básica. “*Costuma-se dizer que a família educa e a escola ensina, ou seja, à família cabe oferecer à criança e ao adolescente a pauta ética para a vida em sociedade e a escola instruí-lo, para que possa fazer frente às exigências competitivas do mundo na luta pela sobrevivência*” (OSORIO, 1996, p.82).

A função da escola não está apenas em proporcionar uma simples transmissão do conhecimento, tem um compromisso social para além disso.

“Preocupa-se também em prover a capacidade do aluno de buscar informações segundo as exigências de seu campo profissional ou conforme as necessidades de seu

desenvolvimento individual e social. A escola precisa, a cada momento, fazer o aluno pensar, refletir, analisar, sintetizar, criticar, criar, classificar, tirar conclusões, estabelecer relações, argumentar, avaliar, justificar, etc. Para isto é preciso que os professores trabalhem com metodologias participativas, desafiadoras, problematizando os conteúdos e estimulando o aluno a pensar, a formular hipóteses, a descobrir, a falar, a questionar, a colocar suas opiniões e divergências, a trocar informações com o grupo de colegas, defendendo e argumentando seu ponto de vista” (FREITAS, 2011 p. 35).

A escola possui uma missão institucional explícita:

“o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem dos conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes, e valores) que, aliás, deve acontecer de maneira contextualizada desenvolvendo nos discentes a capacidade de tornarem-se cidadãos participativos na sociedade em que vivem. Para tanto, deve oferecer situações que favoreçam o aprendizado, onde haja sede em aprender e também razão, entendimento da importância desse aprendizado no futuro do aluno. Se ele compreender que, muito mais importante do que possuir bens materiais, é ter uma fonte de segurança que garanta seu espaço no mercado competitivo, ele buscará conhecer e aprender sempre mais” (GALLO, 2008 P.20).

Todas estas referências apenas reiteram o pensamento uniforme de que a família é onde se fundamentam as bases da sociabilidade e do acolhimento. Ela oferece estrutura, suporte e atenção, se responsabilizando por acompanhar o desenvolvimento escolar. Quando ela insere a criança no meio social escola, compromete-se em auxiliá-la, provendo a assistência devida, incentivo, motivação e estímulo na busca do seu desenvolvimento como aluno e cidadão. Como este retrato não corresponde à totalidade das famílias, as escolas estão sendo exigidas a desempenharem funções que vão muito além daquilo que é seu encargo. O resultado tem sido o que comumente é chamado de fracasso escolar, no qual o abandono, as reprovações, a má formação e o desinteresse são protagonistas.

FAMÍLIA E ESCOLA, UMA PARCERIA FUNDAMENTAL

A escola tem procurado ao longo dos anos estabelecer relações com as famílias de seus alunos, visando, principalmente, melhorar o desempenho escolar, o desenvolvimento cognitivo e o respeito às práticas comportamentais que são esperadas dos alunos. Quando escola e família tem uma linguagem comum e adotam procedimentos de forma colaborativa, torna-se viável que os alunos adquiram uma aprendizagem significativa, além de um desenvolvimento intelectual e emocional mais harmonioso. É preciso entender que a criança é uma pessoa, apenas com menor

capacidade física e de defesa do que as demais, e, por isso mesmo, merecedora de tratamento afetuoso.

“Entender que toda criança é uma criança, vê-la como criança, analisar o meio em que ela vive, exercitar a empatia de estar em seu lugar e até mesmo lembrar, buscar em nossas lembranças de infância os momentos que nos marcaram, tanto os agradáveis, quanto os desagradáveis. Essa é uma reflexão que as pessoas adultas precisam se permitir no convívio com uma criança, pois é a história vivida por ela desde o seu nascimento, que pode ajudá-la no seu desenvolvimento, ou seja, na sua forma de integração e vivência na sociedade” (DALLARI, 1986, P.21).

Uma constatação surpreendente que dificulta o fortalecimento dessa parceria é a existência de pais ausentes, os quais são encontrados em todos os níveis sociais. A riqueza econômica de uma família não é garantia de que a criança terá o incentivo dos pais. Aliás, muitas vezes acontece o contrário, parece que quanto mais ricos são os pais, menos tempo eles tem para os filhos.

“A criança que se sente amada lida melhor com as dificuldades da vida, na escola ou fora dela. O toque e o diálogo são mágicos, criam uma esfera de solidariedade, enriquecem a emoção e resgatam o sentido da vida. Não é possível que sejam desenvolvidas as habilidades cognitiva e social sem que a emoção seja trabalhada” (CURY, 2003 P. 11).

A consolidação da relação escola/família é fundamental. A família como espaço de orientação e construção da identidade de um indivíduo deve promover juntamente com a escola uma parceria, a fim de contribuir para o desenvolvimento da criança. A aprendizagem e o desempenho escolar dependem da relação familiar e principalmente da relação professor/aluno, a qual é fortalecida quando a família se compromete com essa ação. Uma reportagem da revista Veja do dia 24 de setembro de 2008, apontou que o desempenho dos alunos da Coréia do Sul se mostrou acima da média de países com desenvolvimento superior. Segundo a pesquisa, tal fato deve-se ao envolvimento da família no processo de aprendizagem. Os pais acompanham os filhos nas lições de casa de forma sistemática, e em alguns casos voltam a estudar pra poderem ajudar os filhos no aprendizado. De acordo com o trabalho, existe uma relação direta entre o engajamento das famílias no processo de aprendizado e os bons resultados alcançados.

“Os melhores exemplos nesse campo vêm de países asiáticos, como Japão e Coréia do Sul, aonde as mães chegam ao extremo de fazer cursos para aprender a lição dos filhos. A experiência oriental, que tem contribuído para colocar tais estudantes entre os melhores do mundo, serve de alerta para as famílias brasileiras”. (Matéria publicada em VEJA no dia 24 de setembro de 2008);

Podemos citar um caso similar:

“...outro exemplo de sucesso que temos é o das escolas de Reggio Emilia, na Itália, que tiveram sucesso em suas ações pedagógicas com o trabalho conjunto entre família e instituição escolar. O trabalho entre pais e professores é cooperativo, levando em conta que todos têm muito a aprender uns com os outros. As crianças são muito beneficiadas por esse modelo, uma vez que o vínculo entre escola e comunidade acaba formando uma grande família” (ABUCHAIM, 2009,p.39).

Quanto maior for a união destes dois meios sociais, maiores serão os resultados potencializados. Apesar dos vários exemplos apresentados, muitas famílias não investem tempo e comprometimento, assim a parceria Família-Escola, lamentavelmente, está longe de ser uma realidade. Para combater este estado de coisas, motivar as famílias, democratizar a gestão escolar, envolver a comunidade e atender às determinações do Conselho Nacional de Educação, as escolas regulamentam estas práticas sociais, oficializando-as através do seu projeto político pedagógico, tornando públicos seus ideais comunitários.

PPP COLETIVO, ESSENCIAL PARA A PARCERIA FAMÍLIA / ESCOLA

O conjunto das aspirações de uma escola, seus objetivos, metas e propósitos que ela pretende alcançar, bem como os meios pelos quais ela buscará concretizá-los, é o que dá forma e vida ao chamado projeto político-pedagógico conhecido como PPP. As próprias palavras que compõem o nome deste documento esclarecem bastante daquilo a que ele se propõe:

Projeto: Consiste em esforço temporário empreendido com um objetivo pré-estabelecido, definido e claro. Tem início, meio e fim definidos, duração e recursos delimitados, em uma seqüência de atividades relacionadas.

Político: Considera a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela deverá seguir.

Pedagógico: Define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

Quando alinhadas estas três colunas, o PPP ganha a força de um guia. Aquele que indica a direção a seguir não apenas para gestores e professores mas também para funcionários, alunos e famílias. Ele precisa ser completo o suficiente para funcionar como uma bússola, apontando a rota a ser seguida, e deve ser flexível o

bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos. O PPP deve contemplar, segundo especialistas, alguns quesitos importantes: Missão, Clientela, Dados sobre a aprendizagem, Relação com as famílias, Recursos, Diretrizes Pedagógicas e Planos de Ação. Assim, por conter tantas informações significativas, o PPP se configura numa ferramenta de planejamento e avaliação que qualquer membro da equipe gestora ou pedagógica pode consultar a cada tomada de decisão.

No quesito que estamos refletindo, Relação com as Famílias, o PPP definirá como atuar para que os pais ou responsáveis estejam por dentro do que acontece na escola, incentivando seus filhos a se desenvolverem e criarem um vínculo cada vez maior e melhor com a escola. Assim, *“o PPP não pode permanecer engavetado, desatualizado ou inacabado. Pelo contrário, o PPP deve ser um documento vivo e eficiente na medida em que serve de parâmetro para discutir referências, experiências e ações de curto, médio e longo prazos”*, (PADILHA, 2008 P. 9). O projeto político-pedagógico é um documento de construção coletiva que une todos os segmentos de uma unidade de ensino. Ele traduz a reflexão e a discussão crítica da sociedade e da educação com o intuito de desenvolver a própria organização do trabalho pedagógico em suas especificidades, níveis e modalidades. Ele pressupõe a união de todos os setores para viabilizar a concretização dos compromissos coletivos.

Na Conferência Nacional de Educação (CONAE 2014), o Projeto Político-Pedagógico foi um dos temas em destaque, explicitando que

“é preciso romper com as práticas autoritárias e centralizadoras ainda arraigadas na cultura política da sociedade e demarcada pelas desigualdades sociais para uma tomada de decisão, especialmente no campo educacional, adotando o princípio da gestão democrática nos sistemas de ensino e proporcionando o efetivo fortalecimento dos diversos segmentos da comunidade escolar, garantindo autonomia aos gestores, à comunidade escolar, aos trabalhadores da educação e afins, compartilhando as decisões de forma democrática, por meio da participação popular” (CONAE, 2014 P. 80).

O texto reforça ainda que

“a relação entre qualidade e participação, no âmbito das instituições educacionais e dos espaços educativos, bem como da organização da educação, vai além da competência técnica. Envolve questões políticas internas e externas aos sistemas de ensino e às instituições educacionais, inclusive na adoção de novos modelos de organização administrativa e de gestão, nos quais sejam garantidos a participação popular e o controle social baseado na concepção de gestão democrática, intersetorial, que se contrapõe a processos de gestão gerencial, burocrático e centralizador, enfatizando o cumprimento do artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), que recomenda a instituição de

O Projeto Político-Pedagógico, elaborado coletivamente e administrado por uma Gestão Escolar Coletiva, onde todos os profissionais envolvidos no processo pedagógico atuam de forma a obter um direcionamento comum e padronizado, produzirá um fortalecimento nas relações entre a escola e a comunidade, mantendo todos focados na qualidade da educação, trazendo cada vez mais famílias para a vida da escola. Está aí uma grande possibilidade de transformar essa realidade nada favorável que enfrentamos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a Família é o primeiro meio social com o qual a criança convive, reconhecemos seu papel primordial de acompanhamento de todos os processos do seu desenvolvimento. A criança toma seus familiares como referência, e estes devem se atentar ao seu comportamento diante dela. O modelo mais comum é o que, por exemplo, que sua figura masculina seja o pai, aquele que oferece referências a respeito de postura, comprometimento com metas e responsabilidade. A mãe, ou figura feminina, na maioria das vezes é para a criança uma referência de cuidado, atenção e respeito. Os Irmãos mais velhos, por exemplo, podem influenciar em suas escolhas culturais e também na postura diante de colegas. Vínculos afetivos, em geral são bem determinantes. Apesar desse modelo ser o mais encontrado, a sociedade livre e democrática encontra outras formas de construção familiar que tem sido exemplos.

Todavia, seja qual for o modelo familiar utilizado, essas influências podem ser negativas, caso não haja afeto, preocupação com seu desenvolvimento e cuidados com sua aprendizagem. Ao ingressar na escola, a criança terá imensas dificuldades, pois se sentirá insegura e fora dos padrões. A escola fará todo o possível para reverter essa situação, porém, será necessário que haja cooperação e participação efetiva da família no processo. A parceria família-escola é essencial para alcançar o objetivo de aprimorar o desenvolvimento cognitivo do aluno. A atenção e o engajamento dos pais e responsáveis em casa, aliados à motivação e comprometimento dos professores na escola, terão como resultado um desenvolvimento constante e sadio da aprendizagem deste aluno. Na prática cotidiana, percebe-se facilmente o quanto é difícil alcançar esta condição, porém é preciso esforço e dedicação.

REFERÊNCIAS

- ABUCHAIM, Beatriz de Oliveira. **Patio - Educação infantil**. São Paulo: Artmed, 2009.
- CARVALHO, M. C. B. de.(Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.
- CHALITA, Gabriel. **Educação, a solução está no afeto**. São Paulo – Editora Gente, 2001.
- CONAE 2014, EIXO V – **Gestão Democrática, Participação Popular e Controle Social** (P. 80).
- CURY, Augusto Jorge. **Filhos brilhantes, alunos fascinantes**. São Paulo, Academia da Inteligência, 2007.
- DALLARI, Dalmo de Abreu, et ali. **O direito da criança ao respeito**. São Paulo: Summus, 1986.
- FREITAS, Ione Campos. **Função social da escola e formação do cidadão**. Disponível em: [http://democracianaescola.blogspot.com.br /](http://democracianaescola.blogspot.com.br/). Acesso em 20 mar 2023.
- GALLO, Silvio; **Transversalidade e educação: pensando uma educação não disciplinar**. In: O sentido da Escola. ALVES, Nilda & Garcia (2008).
- KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. 7.ed. São Paulo: Ed.Unicef : Cortez, 2005.
- OSÓRIO, Luiz Carlos. **Família Hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996..
- PADILHA, Paulo Roberto . Seminario Internacional para la Formación On-line de Actitudes. 2008. (Congresso).
- PAROLIN, Isabel. **Professores formadores: a relação entre a família, a escola e a aprendizagem**. Curitiba: Positivo, 2005.
- TOSTA, M. C. **Síndrome de alienação parental: a criança, a família e a lei**. Disponível em: < <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/> . Acesso em 24 mar 2023.
- ZAGURY, Tânia. **Educar sem culpa: A gênese da ética**. 21ª Edição. Rio de Janeiro. Record, 2005



A QUALIDADE DO ENSINO E DOS DOCENTES NO BRASIL

Fabrícia Valéria de Assis

Formada em Pedagogia e em Engenharia Civil, com Pós-graduação em Gestão Escolar e em Arte, Educação e Terapia.

RESUMO

Esse artigo tem como base minha experiência em campo como estagiária, professora eventual e professora efetiva. Mostra em síntese alguns dos problemas que vi e tenho enfrentado em sala de aula, além das pesquisas para a confecção do mesmo. Alguns aspectos importantes são abordados como a formação profissional, o trabalho do professor in loco, a valorização profissional e os sistemas de avaliação. Teço em cada um deles minhas opiniões e críticas e o que acredito que deve ser feito para a mudança do ensino no país. Claro que tudo exige trabalho e dedicação e é isso que esperamos dos futuros professores para conseguirmos alcançar os objetivos lançados pelas metas do PNE.

INTRODUÇÃO

Não precisamos de muito para verificar como anda a qualidade do ensino no Brasil. Em uma breve pesquisa no Google podemos constatar os diversos problemas levantados por especialistas e afins, na educação do país e alguns desses fatos se referem à formação profissional.

Dentre os pontos apontados os principais são: desvalorização profissional, falta de interesse pela profissão, profissionais sem qualificação necessária, falta de conteúdo nas universidades, dentre outros.

Por esse motivo escolhi este tema que considero de extrema importância porque afinal, é a qualidade que dá embasamento para todos os outros tópicos. Sem qualidade, qualificação e principalmente boa vontade não conseguimos avançar na educação do país.

Portanto convido aos profissionais da educação para juntos refletirmos sobre os tópicos contidos nesse artigo e analisarmos o que precisa ser feito dentro de nossa

sala de aula, de nossa escola e fora dela, para conseguirmos melhorar o ensino no Brasil.

Vamos arregaçar as mangas e trabalhar juntos para ajudar a construir um futuro melhor para o país.

A FORMAÇÃO DOCENTE

Dentro dos aspectos abordados nesse conteúdo é importante analisar como anda a formação dos professores no Brasil que de acordo com especialistas é um dos pontos que influenciam na qualidade do ensino do país. Acredito que muito do que acontece hoje no Brasil foi uma herança dos nossos tempos de colonização onde não havia valorização do professor e os conteúdos eram passados por jesuítas. Logo após esse período aconteciam as aulas régias que eram ministradas por outros profissionais que tinham determinado conhecimento.

Somente a partir das escolas normais é que se começou a valorizar a profissão de professor no sentido de se instaurar uma didática, um curso específico para esse fim. Porém se fizemos uma ponte até a época vemos que essa não era uma profissão deveras valorizada já que na sua maioria destinavam-se as mulheres que tinham muitas vezes como meta educar seus próprios filhos, ou mesmo ter uma profissão, que acredito uma das poucas permitidas a esse gênero. Vejo que dessa maneira a profissão de professor ficou à margem da sociedade não sendo sinônimo de status, como a profissão de médico, advogado, engenheiro e infelizmente isso acontece até os dias de hoje.

Isso se estendeu até o ano de 1971 que com a mácula da ditadura e sua visão tecnicista extinguiu as escolas normais e passa a instituir o curso de formação de professores no antigo segundo grau com quatro anos de duração. Com esse curso formavam-se professores habilitados à educação infantil e curso primário. De acordo com o prof. Dr. Marcos Lorieri (PUC –SP) isso foi um desastre porque os dois primeiros anos do ensino eram iguais aos demais e o restante do curso apesar de voltado para a profissão docente, não oferecia um cuidado especial com o conteúdo já que o professor desse curso não era especializado na formação de professores.

Em 1982 o governo criou os CEFANS para melhorar a precariedade dos anos anteriores, porém esses centros foram descontinuados por políticas posteriores, por esses professores não serem aproveitados na rede pública, sendo que muitos partiram por outros caminhos. Com a LDB de 1996 tornou-se obrigatório o ensino superior para

professores, onde muitos aderiram ao programa do Governo Federal que auxiliou na conclusão do curso.

Levando em conta todos esses aspectos históricos vemos que até 1996 não havia a necessidade de formação superior para o professor sendo considerada uma profissão de nível técnico. Não é à toa que existe tanta desvalorização profissional.

Em 2006 com o fim da escola Normal, o curso de Pedagogia passa a formar os professores polivalentes que são aqueles habilitados para a educação Infantil, os anos Iniciais do ensino fundamental, além de coordenadores pedagógicos, diretores, etc.

Por ai já vemos um quadro preocupante, pois em três anos e meio a cinco anos que é o limite de um curso de pedagogia deve formar profissionais habilitados em especificidades diferentes e esse tempo não é hábil, causando com isso um déficit na aprendizagem.

Alguns teóricos sugerem que esse fato seja resolvido incorporando o ensino de Pedagogia para os anos iniciais do ensino fundamental e que a educação infantil e a gestão ficassem, por exemplo, a nível de pós graduação. Seria uma boa alternativa porque as escolas superiores teriam mais tempo para preparar seus alunos de forma mais específica.

Devido a essa obrigatoriedade entre 2001 e 2006 houve um aumento de 65% dos cursos de Pedagogia e Licenciatura, só que esse aumento não foi acompanhado como deveria pelo MEC, já que muitas dessas universidades/faculdades são particulares e de baixa qualidade.

A pesquisadora da USP Paula Louzano tece muitas críticas a esse respeito, inclusive as faculdades EAD pelo fato de que muitas delas aceitam o financiamento do FIES e para isso a nota que deve ser atingida pelo ENEM é mínima, ou seja, o aluno sabe ler e escrever. Já que esses cursos estão cada vez mais “enxutos”, seria necessário elevar essa nota para o máximo para que tenhamos alunos mais preparados saindo dessas instituições, já que problemas envolvendo conteúdo de ensino fundamental e médio não são abordados nesse local e nem devem ser, uma pessoa que ingressa na faculdade já tem que ter dominado os conteúdos anteriores, pelo menos seria o natural.

Quero deixar claro aqui que não tenho críticas ao Fies, ao ENEM, nem ao ensino EAD, esses vieram para contribuir com a educação do país, o que acho é que se, por exemplo, se você não sabe fazer operações matemáticas como vai ensinar isso a seu aluno? Não vai. Por isso os alunos interessados em docência deveriam ter um padrão muito além do que está sendo requerido pelas instituições, começando por aí podemos melhorar a qualidade docente.

Com relação à prova de conhecimentos gerais do Enade, mais associada ao nível cognitivo dos alunos do que ao conteúdo específico, comparados a alunos de outros cursos, como o de Engenharia, os estudantes de Pedagogia têm resultados inferiores. Dos cursos de Pedagogia que participaram da avaliação em 2021, apenas 4% atingiram a nota máxima.

O estudo aponta também que em nenhuma região do país existe uma política para atrair melhores estudantes para o magistério.

Em países como Finlândia, Coreia do Sul e Polônia, só pode ser educador aquele que foi um excelente aluno, com notas muito acima da média no ensino médio, principalmente em português, matemática e ciências, disciplinas avaliadas nos testes internacionais, especialmente no Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) – nas quais o Brasil tem ficado sempre nos últimos lugares.

Na década de 80-90 quando íamos ingressar na faculdade estudávamos muito para o vestibular e entrar naquele determinado curso era motivo de muita satisfação. Hoje não vemos nem de longe esse brilho, o que interessa é apenas pegar o diploma. Não tem nem um pouco de interesse no que se está sendo “estudado” no curso e isso porque estamos formando PROFESSORES, pode ter a disciplina de ética que de nada adianta porque não se tem responsabilidade, e aí me chamo à razão e eu me pergunto: Esses são os professores do futuro? Que futuro!!

Mas como tudo que envolve o lucro é complicado de ser abordado nesse país, será difícil que o governo controle esse índice porque as instituições estão cada vez mais interessadas em ter alunos e a União bancando esses cursos através do Fies não é de interesse deles aumentar essa nota e ter um número reduzido de discentes com menos lucro. Dessa forma, essas instituições têm certa culpa na qualidade dos alunos que saem delas.

Além dessas considerações penso que outro aspecto que deveria ser discutido seria com relação às aulas práticas. A falta de experiência prática durante a formação é outro ponto de crítica. Hoje, a experiência dos estudantes é cumprida em estágios obrigatórios. "Os estágios nas licenciaturas não são avaliados, não são programados devidamente. Em geral, o estágio fica por conta do aluno que vai encontrar um professor que tenha boa vontade de recebê-lo. Ninguém sabe o que ele fez nesse estágio."

Claro que ninguém vai sair da faculdade sabendo tudo o que vai fazer na prática e acertando em todos os aspectos, isso seria uma ideologia e não acontece em nenhum curso, nem em medicina, que apesar de aulas práticas vemos a quantidade de absurdos que acontecem por aí.

Mas creio que poderia ter uma interação maior dentro dos estágios, com uma vivência mais real, que fossem criados convênios entre as escolas e as instituições onde o aluno pudesse interagir de fato e não ficar assistindo apenas. Com isso acredito que o profissional sairia com uma vivência maior da realidade. Hoje há uma dificuldade para encontrar escolas para estagiar e em muitas delas o estudante não aprende nada. Sendo que o estágio é matéria obrigatória com reprovação caso não se cumpra, penso que a instituição deveria ser mais ativa e procurar saber como funciona na realidade, ser mais presente nesse quesito.

Não posso deixar de citar a formação continuada dos professores que deve ser incentivada. O professor não pode parar e sempre deve ser atualizado para não entrarmos em uma sala de aula e nos sentirmos a algumas décadas atrás. Deve se reciclar sempre, buscar conhecimento não só nas áreas da educação, mas em todas as outras, principalmente nas tecnológicas para conhecer as mídias digitais atuais e não ser considerado um dinossauro, pelos seus alunos.

Vivemos em um novo contexto social, em que o docente tem seu papel profissional reformulado. Atualmente, as novas tecnologias exigem novos papéis para o professor, visto que o educar tem um aspecto cada vez mais amplo. O treinamento do docente deve conter novas pedagogias e novas técnicas. Integrar-se às tecnologias da informação e da comunicação em sala de aula, depende do professor e de sua capacidade de reelaborar o ambiente da sala de aula de modo não tradicional e fazer relações com o cotidiano e com o mercado de trabalho. Também cabe ao professor fazer a relação constante entre a nova tecnologia e o processo de ensino-aprendizagem; incentivar a interação e o aprendizado colaborativo; desenvolver turmas socialmente ativas; e fomentar o trabalho em grupo.

É um trabalho árduo, intenso e contagiante. Para isso, são necessárias diversas habilidades didáticas, que incluem a capacidade de criar maneiras inovadoras de usar a tecnologia em sala de aula para melhorar a relação aluno-professor e, mais do que nunca, incentivar a alfabetização em tecnologia.

Se um grande filósofo como Sócrates disse “Só sei que nada sei” quem somos nós para acharmos que sabemos de tudo. O professor precisa ter a humildade para admitir isso.

Quando se trata da escolaridade entre os que dão aula nos anos iniciais dessa etapa educacional, o Censo Escolar 2020 mostra que 85,3% têm nível superior completo. Cabe ressaltar a relevância da qualificação dos profissionais que atuam neste momento crucial da trajetória do estudante.

Ao longo dos últimos anos, as estatísticas são claras sobre a evolução no grau de escolaridade dos docentes. No comparativo entre 2016 e 2020, o número de pós-graduados foi de 34,6% para 43,4%. O percentual também aumentou no que diz respeito à formação continuada, partindo de 33,3%, em 2016, para 39,9%, em 2020. Essa elevação é parte de uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que visa a aumentar o percentual de professores com pós-graduação para 50%.

O número de graduados também subiu em todas as etapas da educação básica (infantil, fundamental e médio). O ensino médio se destaca por ter o maior percentual de docentes com nível superior completo. Dos 505.782 que atuaram nessa etapa, em 2020, 97,1% têm graduação. Nessa etapa, 89,6% possuem licenciatura e 7,4%, bacharelado. Apenas 2,9% têm formação de nível médio ou inferior.

Todos os tópicos levantados acima são pontos a serem trabalhados e implementados pelo professor, mas não vamos esquecer que esse profissional não pode fazer milagres. Devemos considerar as salas lotadas, alunos com baixo desempenho devido a lacunas deixadas por anos anteriores, falta de incentivo das famílias, baixa frequência, são alguns dos pontos que se não contarmos com uma ajuda, não há muito o que fazer.

Outro aspecto é relacionado as novas tecnologias. Não adianta o professor ser preparado, querer trazer o mundo digital para a sala de aula, se a escola não tem internet ou essa não atende todas as salas de aula. Muitas vezes usamos nossos próprios recursos para tentar trazer algo de novo.

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

No meu modo de pensar a valorização profissional está intimamente relacionada com a formação, porque a instituição deveria fomentar essa ideologia para que o profissional saísse se sentindo especial, valorizado, afinal o professor é o pai de todas as profissões porque todas elas passam por esse profissional. É claro que isso só teria efeito depois de ocorridas algumas mudanças citadas no tópico acima.

Penso que a valorização profissional está em um movimento cíclico e vicioso com a desvalorização. Os próprios professores se desvalorizam quando diminuem a própria profissão, como se fosse a pior coisa do mundo.

É preciso que ele tenha orgulho do que faz, sentir-se importante em sua tarefa, que é educar. Para isso, em primeiro lugar, o professor precisa parar de se sentir o “coitadinho” e ir à luta! Até porque quem trabalha na educação já é um “Herói”. Todos deveriam conhecer a desgastante rotina de quem trabalha com educação, ainda mais

no Brasil. Falar horas seguidas, trabalhar em pé e ter “jogo de cintura” para lidar com alunos problemáticos, são desafios que exigem bastante do físico e do psicológico.

Eu me lembro que quando criança brincava de escolinha e imitava minha professora. Acredito que a maioria das crianças faz isso porque vê na professora um modelo. Ora precisamos fazer com que essa sementinha seja cultivada e os jovens sintam vontade e paixão pela profissão de professor para que um dia sejam um profissional capaz e valorizado. Falando um pouco sobre a meta 15 do PNE que assegura a formação inicial e continuada do professor, devemos resgatar essa criança para profissão docente, esse é o primeiro passo. O segundo passo é garantir uma formação de qualidade como foi levantado acima e um terceiro passo é garantir que o profissional fique na sala de aula. Quando falamos que existe um déficit grande de professores, e sabemos que existe, não é por falta de formação, porque temos muitas faculdades de licenciatura que formam muitos alunos. O que está acontecendo é que muitos desses profissionais decidem partir para outras áreas que não a docência, por inúmeros motivos que já citamos.

Mesmo entre os que decidiram seguir carreira na sala de aula, a evasão da educação básica é cada vez maior. Insatisfação no trabalho e desprestígio profissional são alguns dos motivos apontados por quem prefere abandonar a sala de aula.

Por isso não adianta a lei garantir essa formação e a expansão de universidades com os referidos cursos, é preciso garantir que o profissional se dedique realmente a profissão de professor.

No entanto, valorização não se resume ao salário. As condições de trabalho que impõem aos professores uma jornada dupla ou em várias escolas, a ausência de planos de carreira que valorizem o trabalho do professor e não apenas sua titulação e a dificuldade de lidar com questões do entorno da escola e dentro da sala de aula, falta de material e falta de cooperação da equipe e dos pais, são alguns dos problemas que acabam impactando na motivação dos professores para o trabalho.

O governador de São Paulo com seu projeto de unificação do ensino em ciclos únicos, no meu ponto de vista, iria melhorar esse quadro, mas infelizmente o plano foi mal interpretado e mal executado ficando “na gaveta” embora muitos tenham dito que está sendo feita uma reforma velada.

Em 2020, uma pesquisa internacional mostrou que, entre 35 países, o Brasil é o que tem menor valorização dos seus professores.

Esse quadro precisa ser revertido, ou então ficaremos nas trevas por muito tempo, já que a educação simboliza uma luz no fim do túnel para muita gente que só

tem na escola acesso à cultura, ao lazer e a esperança de conseguir através dela um futuro melhor que de seus pais.

O PROFESSOR DA REDE PÚBLICA

Durante a minha experiência no universo escolar tive contato somente com a rede pública de ensino e com relação às escolas privadas só conheço devido aos depoimentos de pessoas que trabalham nessas instituições, a dificuldade de conseguir estágio obrigatório nas mesmas é grande.

Na rede privada os professores sofrem com a pressão de não saber se no próximo ano continuam trabalhando na mesma instituição ou serão dispensados. Outro dado contrastante é que embora o valor das escolas não seja barato num país como o Brasil, o professor da rede privada ganha menos do que um da rede pública.

Segundo artigo da Folha de São Paulo os professores das escolas da rede pública têm formação teórica melhor do que seus pares das escolas particulares.

Confesso que esse dado me deixou um pouco confusa vendo a atuação de alguns professores em sala de aula, por esse motivo não vou generalizar.

Alguns professores do setor público tratam o seu emprego como um fardo e uma muleta. Um fardo porque intitulam aquele serviço como uma grande dificuldade e na maioria das vezes culpam os alunos, os pais, os gestores, o governo menos a si próprio pelo aprendizado do aluno.

Uma muleta porque muitos fazem corpo mole e acabam fazendo as coisas do jeito que querem sem seguir as orientações dos gestores já que tem estabilidade no emprego e ninguém pode “demiti-lo”. Alguns nem aceitam fazer os cursos de aperfeiçoamento sugeridos pelas Secretarias de Educação mesmo que esses cursos tragam melhoria salarial, por considerarem desnecessários. Alguns têm erros graves de grafia e falam muito mal.

Em entrevista à revista *Época*, a madre educadora do Vaticano, Montserrat Del Pozo, disse que a postura do professor deve ser a mesma do aluno, no sentido de estar sempre disposto a aprender e mudar de acordo com as necessidades dos seus alunos. Segundo ela o maior empecilho que uma escola pode ter para qualquer mudança pedagógica, é a resistência do professor, por isso, em sua opinião, um sistema que não demite professores ruins não pode funcionar.

Eu pessoalmente não acredito que o Brasil deva extinguir os cargos públicos, o que acho que deva ser feito é que o funcionário esteja em um estágio probatório constante, sendo avaliado em sua atuação, desempenho e flexibilidade para a inserção

de novas ideias. Isso não só para professor, mas para todo o sistema, para que não se acomodem e estejam em constante evolução.

A maior parte dos alunos que ingressam na rede pública de ensino são advindos das classes menos favorecidas e muitas vezes de um cenário de violência doméstica, criminalidade, falta de afetividade, dentre outros. As salas são numerosas e heterogêneas, os pais não participam da vida escolar dos filhos. Nesse cenário, o professor ao invés de resgatar esse aluno acaba fomentando a indiferença, taxando o aluno como indisciplinado, folgado, burro...

Nesse contexto, cabe ao professor interagir com seus alunos conhecendo suas dificuldades, problemas sociais, etc. Deve ter um vínculo com eles para que saibam que o professor se importa e acredita no seu potencial. Trabalhar as diversidades em sala de aula mostrando o valor de cada um, para que não tenham nenhum tipo de preconceito, resgatando assim sua cidadania para que sejam futuramente cidadãos do mundo, capazes de enfrentar as adversidades da vida.

Essa valorização é muito importante porque aumenta a autoestima e faz com que essa criança se torne mais confiante e assim possa avançar nos conteúdos de sala de aula que deve ser trabalhado com todos de forma igualitária e também criar soluções para resolver os problemas de aprendizagem de alunos com baixo rendimento. Nesse ponto a participação da família é muito importante para incentivar esse trabalho em casa, já que o professor sozinho não consegue resolver todos os problemas. Usar os horários de HTPC para compartilhar experiências com os colegas de trabalho para que possam se ajudar mutuamente. Essas são algumas ideias para que o trabalho na escola seja desenvolvido de forma mais humana e participativa, superando divergências e rompendo paradigmas.

OS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

Não há como negar que o Brasil, diante de metas estabelecidas junto ao cenário mundial, em conferências sobre educação, avançou muito com a universalização da Educação Básica. Porém não queremos avanços somente quantitativos, é preciso que isso ocorra no qualitativo também.

Em vista disso, foram criados os Sistemas de Avaliação da Educação Básica (SAEB) para verificar o monitoramento das propostas pedagógicas implantadas pelo PNE e quanto isso está sendo positivo para o ensino.

Então foram criadas três gerações de avaliação. As avaliações de primeira geração são aquelas cuja finalidade é acompanhar a evolução da qualidade da

educação. De um modo geral, essas avaliações divulgam seus resultados na Internet, para consulta pública, ou utilizam-se da mídia ou de outras formas de disseminação, sem que os resultados da avaliação sejam devolvidos para as escolas.

Avaliações de segunda geração, por sua vez, contemplam, além da divulgação pública,

a devolução dos resultados para as escolas, sem estabelecer consequências materiais. Nesse caso, as consequências são simbólicas e decorrem da divulgação e da apropriação das informações sobre os resultados da escola pelos pais e pela sociedade. Esse tipo de mecanismo de responsabilização tem como pressuposto que o conhecimento dos resultados favorece a mobilização das equipes escolares para a melhoria da educação, bem como a pressão dos pais e da comunidade sobre a escola (ZAPONI; VALENÇA, 2009).

Avaliações de terceira geração são aquelas que referenciam políticas de responsabilização forte ou high stakes, contemplando sanções ou recompensas em decorrência dos resultados de alunos e escolas. Nesse caso, incluem-se experiências de responsabilização explicitadas em normas e que envolvem mecanismos de remuneração em função de metas estabelecidas (ZAPONI; VALENÇA, 2009).

A primeira geração veio com o Saeb com o intuito de diagnosticar e monitorar a evolução da qualidade da educação básica, mas não permite medir a evolução do desempenho individual de alunos ou escolas. Cada estado foi criando seu sistema de Avaliação e no estado de São Paulo temos o SARESP que avalia 3º, 4º, 5º, 7º e 9º ano do ensino fundamental, sem falar no 3º ano do ensino médio. A prova SARESP 2016 engloba as principais disciplinas, ou seja, matemática, português e ciências da natureza (biologia, física e química. Além das questões de múltipla escolha, a avaliação também tem uma proposta de redação.

Com isso, Estados e municípios partiram para as Avaliações de segunda Geração com a necessidade de avaliar todas as escolas e não somente por amostragem como no primeiro caso com o intuito de melhoria, surge então a Prova Brasil, hoje conhecido como SAEB.

O SAEB, que ocorre a cada dois anos, foi idealizada para produzir informações a respeito do ensino oferecido por município e escola, com o objetivo de auxiliar os governantes nas decisões sobre o direcionamento de recursos técnicos e financeiros e no estabelecimento de metas e implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando à melhoria da qualidade do ensino. De outra parte, considera-se que essa avaliação pode funcionar como um elemento de pressão, para pais e responsáveis, por

melhoria da qualidade da educação de seus filhos, uma vez que, a partir da divulgação dos resultados, eles podem cobrar providências para que a escola melhore.

Porém com o Plano de metas da secretaria de Educação de São Paulo surge a terceira geração de avaliação, sendo mais incisiva e criando Bônus para escola e professores que atingirem as metas e suporte pedagógico para aqueles que não conseguirem.

Esses sistemas estão causando polêmica porque muitas escolas estão trabalhando o currículo das avaliações em detrimento do currículo Nacional por não quererem ter notas baixas nas avaliações de seus alunos. E isso tem ocorrido com frequência.

As escolas que ficam no fim do ranking talvez sejam as que mais precisem de ajuda financeira para garantir a qualidade do ensino. Portanto acredito que a ideia foi boa, mas é preciso rever essas avaliações para que realmente façam seu papel e não apenas criem estigmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse pequeno artigo eu tentei mostrar como está a situação da educação no país e manifestar minhas opiniões.

Espero que sirva de reflexão para todos aqueles que o lerem.

Acredito na melhoria da educação no país, ora se não acreditasse mudaria de profissão. Porém sei que o caminho é longo, árduo e que é preciso muita força de vontade a começar de vontade política.

Como já fiz minhas considerações durante o trabalho não achei relevante repeti-las novamente.

Mas cada professor dentro de sua sala pode começar a construir esse conto de fadas partindo dos “tijolinhos” que tem em sala de aula, fazendo a sua parte, se dedicando ao trabalho docente, fazendo de seu aluno um ser pensante com autonomia intelectual e que possa andar com as próprias pernas.

SIGLAS E ABREVIATURAS:

CEFANS: Centros Específicos de Formação e Aperfeiçoamento para o Magistério.

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96).

FIES: Financiamento Estudantil .

ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio.

PNE: Plano Nacional de Educação.

ENADE: Exame Nacional de Desempenho de Estudantes.

HTPC: Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo.

SARESP: Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo.

PROVA BRASIL: trata-se de uma avaliação censitária envolvendo os alunos da 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas. Participam desta avaliação as escolas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/anos avaliados, sendo os resultados disponibilizados por escola e por ente federativo.

SAEB: Sistema de avaliação da educação Básica.

REFERÊNCIAS

BONAMINO, Alicia; SOUSA Sandra Zákia. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil**. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/aopep633.pdf>. Acesso em 21 abr 2023.

CANAL FUTURA. Entrevista com Paula Louzano. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uASK8hKxHDE>. Acesso em 20 de abr 2023.

DRECHSEL, DENISE. **Qualidade dos novos professores no Brasil é cada vez pior, revela estudo**. 2016. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/qualidade-dos-novos-professores-no-brasil-e-cada-vez-pior-revela-estudo-evksfhq93siys9entwu7uuel4>. Acesso em 22 abr 2023.

FRAGA, ÉRICA. **Professor tem formação melhor na rede pública do que na particular**. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/05/1771352-professor-tem-formacao-melhor-na-rede-publica-do-que-na-particular.shtml>. Acesso em: 15 abr 2023.

FREIRE, ZÉLIA NOLASCO. **A valorização do professor é fator decisivo para uma educação de qualidade**. 2011. Disponível em: <http://www.erasmobraga.com.br/artigos/a-valorizacao-do-professor-e-fator-decisivo-para-uma-educacao-de-qualidade>. Acesso em: 20 de abr 2023.

INEP(Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). **Censo escolar. 2020**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/conheca-o-perfil-dos-professores-brasileiros> Acesso em 16 jun 2023.

OSHIMA, Y. Flávia. **A estabilidade do professor sabota a educação**. Entrevista com a Madre Montserrat Del Pozo. Revista Época, São Paulo, página 68, em 11 abril 2023.

RATIER, Rodrigo. **A fragilidade de cursos de Pedagogia e de licenciaturas no Brasil.** 2010. Disponível em: <http://acervo.novaescola.org.br/formacao/fragilidade-cursos-pedagogia-licenciaturas-brasil-graduacao-formacao-docente-546805.shtml?page=1>. Acesso em: 16 abr 2023.

SARESP. **Saresp permite monitorar avanços da educação básica no Estado.** Disponível em: <http://saresp.fde.sp.gov.br/> Acesso em 03 de julho de 2023.

UNIVESP TV. **Entrevista - Formação de Professores.** 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O6TjwHld4wM>. Acesso em: 01 mai 2023.

A CONTRIBUIÇÃO DOS CONTOS DE FADAS E DAS FÁBULAS PARA DESPERTAR O PRAZER PARA A LEITURA



Gislaine Karin de Moraes Silveira

Formada e em Pedagogia, com Pós-graduação em Psicopedagogia Institucional, Atendimento Escolar Especializado, Neuropsicopedagogia e Psicomotricidade.



Celina de Fátima Santos Moura

Formada em Pedagogia, com Pós-Graduação em Educação Especial, Jogos e Brincadeiras na Educação Básica, Neuroaprendizagem e Práticas Pedagógicas.

RESUMO

O intuito deste trabalho foi o de destacar a importante contribuição dos contos de fadas e das fábulas para as crianças da educação infantil, e que se estenderá para as demais etapas do desenvolvimento escolar, possibilitando que elas venham a construir um desejo significativo pela leitura nos anos seguintes da sua jornada estudantil. Importante salientar que é no início da sua trajetória na escola, ou seja, na educação infantil, que, ao principiar a sua caminhada de aprendizagem, a criança que começa a ouvir histórias, sejam contos de fadas, fábulas ou outras narrativas, começa a se abrir para um universo repleto de possibilidades que permitirão que ela desenvolva uma concepção própria e particular do mundo. Os contos de fadas e as fábulas oferecem este estímulo expressivo do imaginário, despertando a curiosidade da criança, uma vez que eles apresentam uma infinita variedade de probabilidades em contextos e cenários repletos de conflitos, impasses, desdobramentos com resultados que levam os pequenos a se identificarem, de algum modo, e em diversos momentos, com personagens que eles passam a conhecer, e também com algumas experiências pelas quais eles mesmos já se defrontaram. Vale ressaltar que o primeiro contato que a criança tem com a leitura ela obtém por meio da audição, conforme a leitura é

apresentada para ela, ou seja, quando uma pessoa lê para ela é como se ela mergulhasse no universo das fábulas e dos contos de fadas. Ao ouvir as histórias, e quando ela já consegue lê-las, ela começa a refletir sobre seus próprios valores e atitudes e, em especial, nos seus relacionamentos, produzindo um impacto interior que implicará tanto na sua aprendizagem quanto na formação do seu caráter. Assim, os contos de fadas e as fábulas, trabalhados nas classes da educação infantil, se tornam um método formidável para a alfabetização e letramento, uma vez que, mesmo com recursos reduzidos, podem ser desenvolvidos elementos importantes da criança como criatividade, imaginação, senso crítico, aspectos de socialização, formação de caráter, etc. Outro aspecto importante é que a criança tem prazer em ouvir as narrativas e não se cansa de ouvi-las repetidamente, e isso criará nela o prazer e o hábito da leitura, todavia, a participação entusiasmada e dinâmica do professor é essencial, para que a criança se prenda ao enredo, se identifique com os personagens e absorva o conteúdo projetado. Assim, a prática docente, cujo objetivo é a formação da criança, necessita estar atenta aos sentimentos e incentivar que a criança, de fato, demonstre emoção, alegria, diversão, e compreenda a aplicação final, sempre que possível, da moral da história, parte integrante das fábulas, principalmente, esse desejo pela leitura, bem construído nos anos iniciais, inegavelmente acompanhará a criança pela sua infância, adolescência e vida adulta.

Palavras-chave: Fábulas; Contos de Fadas; Histórias; Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

O relacionamento da criança com a leitura se inicia em seus primeiros anos de vida, quando na sua família, seus pais, avós, ou pessoas mais próximas começam a contar histórias para elas por meio da leitura. É exatamente dessa maneira que a leitura vai sendo apresentada e tomando forma na sua vida. Indiscutivelmente, as crianças estão muito atentas neste momento de histórias, e aprendem muito pela observação, e, nesse contexto, ao ouvirem uma história, uma fábula ou um conto de fadas, elas se deparam com uma oportunidade de refletir sobre as circunstâncias vividas pelos personagens, identificando-se com eles, e, mediante sua criatividade natural, vivenciar as experiências dos envolvidos no enredo, e se envolver, também, com os erros e acertos destes personagens.

De uma forma geral, é ao chegar à escola que a criança inicia formalmente sua jornada de aprendizagem, e a leitura é um ingrediente preponderante nesse período de transição, porém, para a construção desse processo na escola, é fundamental que a apresentação da leitura esteja acompanhada de inspiração e entusiasmo por parte do professor, atuando como um intermediador que fará com que a leitura se desenvolva entre os pequenos com toda empolgação.

“Para formar leitores, devemos ter paixão pela leitura. À medida que a leitura de uma história, uma fábula ou um conto de fadas vai sendo comunicada, as crianças, mesmo caladas, participam efetivamente do enredo narrativo. Elas conseguem caracterizar os personagens e absorvem a linguagem em que o relato está sendo feito. Assim, a prática docente deve ter como objetivo atingir a formação da criança. Fazer com que ela se emocione, se alegre, se divirta e ponha em prática, ela própria, sempre que possível, a moral da história, que ocorre, principalmente, nas fábulas. Isso ajudará no seu desenvolvimento e na sua capacidade de reflexão e análise crítica” (KLEIMAN, 2007, p.15).

A literatura infantil tem se destacado como um excelente recurso para a alfabetização infantil, uma vez que engloba uma variedade de temas, e se utiliza de materiais relativamente simples, baratos e de fácil manuseio, suas atividades desenvolvem aspectos interiores como criatividade, imaginação, raciocínio, senso crítico e formação de caráter. Assim, os contos de fadas e as fábulas produzem um forte estímulo na aquisição do hábito da leitura, pois os enredos apresentados transportam as crianças para um universo de experiências e situações repletas de desafios, os quais as fazem raciocinar, brincar, desenhar, criar e descobrir o real significado dos símbolos gráficos e sua relação com as palavras proferidas. Nesse contexto, o professor facilmente perceberá o quanto a criança desenvolve seu lado criativo e imaginativo, e constatará o crescimento do interesse da criança pela leitura.

Leitura e literatura são elementos diretamente relacionados, e muitos autores entendem que a literatura nada mais é do que a arte expressa por meio da escrita, sendo que o seu formato mais conhecido e difundido é o livro. A literatura infantil, com seus trabalhos totalmente direcionados às crianças, torna-se um componente fundamental não somente para a alfabetização, mas para se transmitir valores significativos que impactarão fortemente sua formação.

“A formação de leitores das primeiras letras pode resultar acréscimo significativo de valores humanos, sociais, econômicos, científicos, filosóficos, sociológicos, psíquicos, artísticos e tantos outros. A iniciação da criança nas habilidades de leitura impacta na sua forma de pensar, de criar e de agir. A força dessa

aprendizagem construirá uma consciência e atitudes eficazes ao longo da sua vida” (COSTA, 2009 p. 23).

Portanto, produzir nas crianças um expressivo interesse pelos livros é algo que deve ser incentivado desde cedo, tanto no contexto familiar quanto no ambiente escolar. É fato que as crianças logo se encantam pela literatura que lhes é apresentada, se identificando com as histórias e com os personagens. Estimular práticas de leitura em casa, por meio dos pais ou familiares, é algo que deve ser priorizado, especialmente utilizando as fábulas e os contos de fadas, os quais trazem enredos repletos de significados, os quais as crianças assimilam com prazer e contentamento.

FÁBULAS E CONTOS

Durante a infância, as crianças apreciam muito as brincadeiras de faz de conta, essa etapa se constitui num período em que elas fantasiam muito, brincam, criam, inventam, tudo isso dentro do seu universo infantil, nas suas vivências. Assim, transformar um determinado contexto real em algo lúdico e fantasioso, produzindo soluções criativas para as mais diversas situações é algo muito comum para as crianças. Este é, sem dúvida, um período bastante fértil, no qual as crianças jamais se cansam de ouvir histórias que geralmente se iniciam com: “Era uma vez”, e, invariavelmente, terminando com o: “..e viveram felizes para sempre”. Sempre que ouvem histórias, sejam contos de fadas, fábulas ou outra narrativa, as crianças adquirem um sentimento de esperança, o qual elas trazem para sua experiência, pois passam a compreender que, mesmo nas mais dolorosas circunstâncias, a situação pode mudar e o final pode ser feliz.

Importante destacar que a contação de histórias é uma atividade praticada desde muitos séculos atrás, e século após século continua encantando as crianças em todos os lugares e em todas as épocas, seja qual for a condição social, a raça, o credo ou a cultura do povo, as fábulas e os contos são sempre estruturados para potencializar o desenvolvimento infantil no decorrer das etapas do seu crescimento. Fábulas e contos de fadas possuem uma narrativa geralmente simples e de fácil compreensão, os personagens são logo identificados pelas crianças que enxergam os heróis, os vilões, os demais coadjuvantes e, dessa forma, podem se identificar, fantasiar possibilidades, imaginando que elas estão vivendo situações semelhantes, e, assim, poderão produzir reflexões importantes sobre os aspectos e valores transmitidos na história.

“Os contos falam ao inconsciente e através de imaginação é que vão conversar com bruxas, com monstros, enfrentar os medos que as estão assustando com auxílio das fadas, da espada mágica, as crianças adquirem forças para vencer. E enquanto o problema inconsciente não é solucionado, elas ouvem ou leem a história até que resolva a situação. É exatamente esse um dos motivos que levam as crianças a pedirem que lhe contem várias vezes a mesma história” (PAVONI, 1989, p. 19).

É preciso considerar que a literatura infantil possui a capacidade incrível de despertar diferentes emoções nas crianças, expandindo a concepção que ela tem do mundo. O mundo da fantasia leva, realmente, a criança a uma reflexão e a uma descoberta do seu mundo interior. A partir deste momento, a criança começa um diálogo com seus próprios sentimentos e passa a viver de forma mais intensa os medos, os dramas, as frustrações, as alegrias, as decepções, os atos de coragem, enfim, cada aspecto que as fábulas ou contos de fadas apresentam, visto que cada personagem deixa bem clara suas qualidades, defeitos e intenções. As crianças logo reconhecem o bem e o mal, entendem as lutas e dificuldades e torcem muito para que haja um final feliz, e passam a adotar um conceito de que o bem sempre vencerá o mal.

“A literatura infantil é também ludicidade, é fantasia, é questionamento, e dessa forma consegue ajudar a encontrar respostas para as inúmeras indagações do mundo infantil, enriquecendo no leitor a capacidade de percepção das coisas. A imaginação permite-nos desenvolver o pensamento criativo, fundamental para nossa inserção no mundo. Contudo, a escola pouco valoriza e trabalha a imaginação, como se ela fosse apenas resultado de uma racionalidade pouco desenvolvida na criança, como se, ao longo do processo de desenvolvimento, a imaginação fosse substituída pela razão, característica do pensamento adulto” (FRANTZ, 2001, p.16).

É necessário refletir que a contação de histórias é parte integrante do universo infantil há bastante tempo, e as histórias precisam ser expressivas e com uma ampla capacidade de entreter, mas também de despertar valores, ensinando conceitos e estimulando a imaginação. Transmitir boas narrativas no dia a dia da criança tem sido uma maneira eficaz e prática de contribuir para a construção de um desenvolvimento saudável, além de proporcionar uma notável oportunidade de experimentar a magia do faz de conta e das fantasias.

“A contação de histórias traz muitos benefícios para as crianças, dentre eles destacamos. **Associar vivências:** As histórias ativam a memória, levando as crianças a se identificarem com situações vivenciadas. É uma forma de internalizar experiências e consolidar aprendizados. Histórias ensinam a compreender melhor sobre si e as pessoas. Elas entendem sobre sentimentos e aprendem a se

expressar. As narrativas também ajudam a atravessar problemas e dificuldades, como perdas importantes ou mudanças na vida. E isso é ótimo, não é? **Incentiva a leitura:** Instigantes, engraçadas, interessantes ou reflexivas. Histórias aguçam o gosto pela leitura, por conhecimento e pela literatura. Elas são, ainda, formas de estimular a concentração infantil, o que ajuda no aprendizado escolar. **Estimula a liberdade de expressão:** Crianças nascem com grande tendência à imaginação. Mas é preciso que ela seja estimulada, para que a criatividade infantil se desenvolva. As narrativas são um entretenimento saudável, ensinam noção de tempo e espaço, contribuindo para um pensamento inventivo e estruturado. A meninada se sente mais livre para se expressar. **Ensina valores:** Quer uma forma mais prática e lúdica de transmitir valores? A contação de histórias ensina princípios e faz a criança refletir sobre as próprias atitudes. Combate, por exemplo, o bullying, tornando-a mais receptiva com os coleguinhas, sabendo respeitar e aceitar qualquer tipo de diferença. **Ajuda a criar uma rotina:** Histórias são ótimas antes de dormir, pois relaxam e proporcionam uma boa noite de sono. Também ajudam a criar uma rotina: a criança entende que existe momento certo para tudo e logo associa a hora da historinha com o sono” (BLOG MODO BRINCAR HIHAPPY, 2021).

Os contos de fada e as fábulas são elementos antigos e que apresentam personagens míticos como animais que falam, duendes, bruxas, príncipes e princesas, alguns possuem poderes extraordinários e sobrenaturais, vivendo suas aventuras num lugar distante e repleto de magia. Sua finalidade é expor lições que possam servir de inspiração para seus leitores, e, para as crianças, seu significado é muito maior, visto que elas estão na fase das descobertas, questionamentos e dúvidas, e desejam uma maior compreensão a respeito daquilo que estão observando ao seu redor. Nessas histórias um universo inteiro de possibilidades se abre, e o leitor pode dar asas à sua imaginação e vivenciar todas as sensações possíveis. É incontestável que os contos de fadas e as fábulas são agentes de incentivo à leitura e a uma viagem imaginária repleta de aventuras, e contribuem para estimular a alfabetização da criança.

FÁBULAS E CONTOS DE FADAS: ORIGEM E ESTRUTURA

As fábulas, de uma maneira geral, se constituem de pequenas narrativas que transmitem algum tipo de ensinamento ou lição. Essas histórias retratam temas bastante comuns e rotineiros no cotidiano das crianças, e apresentam sempre personagens que são animais, plantas ou até mesmo objetos que possuem características essencialmente humanas. Eles falam, pensam, sentem, conversam e manifestam sentimentos assim como os seres humanos. Neste sentido, eles cometem erros, acertos, e evidenciam suas qualidades e seus defeitos. Assim, as fábulas

remetem os leitores para um mundo mágico e repleto de imaginação, ao mesmo tempo em que contam uma história que apresenta um significado real.

“Nesse sentido, as fábulas podem ser consideradas como narrativas moralistas, pois essas histórias passam valores que resistem ao tempo. Apresentam como personagens, geralmente, animais, objetos ou criaturas imaginárias (criaturas fabulosas) que representam, de forma alegórica, os traços de caráter negativos ou positivos do ser humano. A fábula apresenta duas partes substanciais: uma narrativa breve e uma lição ou ensinamento. La Fontaine chamou essas duas partes de corpo e alma da fábula. O corpo estaria representado pela narrativa que trabalha as imagens e dá forma às ideias. A alma seria a verdade materializada na narrativa” (BAGNO, 2006 p.21).

Importante ressaltar que as fábulas, assim como outros tipos de narrativas, apresentam um propósito de deixar registradas as diversas experiências e maneiras de convívio social dos povos. Todas as histórias são elaboradas com a noção de relatar aquilo que as pessoas de uma determinada época e ou localidade pensam a respeito de sua sociedade, sobre seus relacionamentos, seus valores, e sua visão de mundo.

“A fábula é um desses tipos de história de que estamos falando e são contadas há mais ou menos 2.800 anos. Geralmente, elas representam uma cena, vivida por animais, plantas ou objetos que falam e agem como se fossem gente. Elas são contadas ou escritas para dar um conselho, para alertar sobre algo que pode acontecer na vida real, para transmitir algum ensinamento, para fazer alguma crítica, uma ironia etc. por isso, muitas vezes, no finalzinho das fábulas, isto é, quando a história acaba, aparece uma frase destacada, que costumamos chamar de moral da história. A maioria dessas histórias trata de certas atitudes humanas, como a disputa, a ganância, a gratidão, ser bondoso, não ser tolo etc” (FERNANDES, 2001 p.19).

Certamente, um dos principais objetivos das fábulas é o de fornecer, no seu final, um desfecho que proponha um ensinamento, ou seja, uma moral e, através desse conceito, a criança construa um olhar a respeito das suas próprias atitudes e comportamentos, imaginando como ela se comportaria naquela situação. Portanto, o intuito primordial da fábula é advertir, aconselhar, criticar, ensinar, apontar atitudes contraditórias ou duvidosas das pessoas individualmente, ou mesmo as praticadas coletivamente.

“A fábula é uma narração alegórica em que, seus personagens, quase sempre animais, mas também objetos ou plantas, os quais ministram uma lição através de estilos como romance ou drama, geralmente. Eles contem afirmações de fatos imaginários sem que haja uma intenção deliberada de enganar, mas sim de promover que seja firmada uma crença na realidade dos acontecimentos narrados” (COELHO, 2000 p. 44).

Já os contos de fadas, historicamente, remetem suas origens entre os povos celtas, por volta do século II A.C, aproximadamente, e a tradição aponta que eram histórias contadas por mulheres idosas ou mais velhas. Essas histórias tinham como elemento característico proporcionarem uma espécie de simbologia especial na educação das crianças. A princípio, apesar de serem emblemáticos na educação, não eram, surpreendentemente, oferecidas às crianças, uma vez que suas histórias traziam conteúdos pesados e que continham canibalismo, incesto e adultério, entre outros. Tratavam-se de contos que narravam o destino dos homens, e eram contados por relatores de forma hereditária, herdando essa função de seus antepassados, sendo uma tradição de seu povo. Em tempos mais recentes, quando a escola se consagrou, de uma forma mais robusta, a promover os ensinamentos e a formação de futuros cidadãos, os contos foram sendo adequados para o aproveitamento e desenvolvimento das crianças.

“Com o tempo e a valorização da vida infantil, esses contos foram modificados para amparar a vida imaginária das crianças. Foram criadas histórias populares baseadas na cultura que as cercavam. Esses contos, com essa abordagem, tiveram origem na Europa no final do século XVII e tinham como característica principal personagens que enfrentavam grandes batalhas e desafios com o intuito de vencer o mal. Essa é exatamente a mensagem que os contos de fadas transmitem à criança de forma variada: que uma luta contra dificuldades graves na vida é inevitável, é uma parte inevitável e incontrolável da existência humana. Mas que, se a pessoa não se intimida e se defronta resolutamente contra as provocações inesperadas, e muitas vezes injustas, ela enfrentará estes obstáculos e, ao fim, ela surgirá vitoriosa deste combate” (BETHELHEIM, 2008 p. 29).

Além disso, os contos de fadas oferecem uma simbologia estruturada, apresentando personagens simples, bem definidos, e que as crianças conseguem compreender e assimilar muito facilmente. Entretanto, o sucesso garantido dos contos de fadas se deve à utilização frequente de problemas reais durante o seu enredo, além de manter o final sempre feliz. Isto possibilita à criança se identificar mais facilmente com a história, motivando-a a se envolver na esperança de que, no final, o bem sempre vencerá o mal, e isso impactará fortemente na formação de seus próprios valores.

“Os personagens são de fácil compreensão. São seres que apresentam qualidades ou defeitos exageradamente destacados. Entre os tipos figuram os pais, a madrasta, a avó, as cortes do rei, os trabalhadores que entram em alguns contos como povo que sofre e luta, as bruxas, os monstros, os príncipes, as princesas e as fadas. O ambiente onde a história acontece é distante e confuso, nunca detalhado, sempre caracterizado por expressões como: Num certo reino, para indicar o espaço, ou Era uma vez, para referir o tempo, o que deixa transparecer imagens de um

universo maravilhoso e traz a ideia cronológica das histórias. A estrutura dos contos é fácil, o que contribui para seu sucesso junto às crianças. A narrativa inicia com uma situação de equilíbrio, que é alterada pelo conflito. A seguir, o personagem principal, com a ajuda dos seres ou objetos mágicos, vence os obstáculos saindo-se vitorioso e garantindo um final feliz” (CORSO, 2006 p. 37).

Os objetivos pretendidos ao se realizar a leitura de fábulas e contos de fadas para as crianças é, primeiramente, cultivar nelas a esperança de que mesmo que as circunstâncias da vida sejam difíceis, com coragem, luta e determinação o final pode ser diferente. Além disso, os contos de fadas e as fábulas, com o imenso fascínio que eles exercem sobre as crianças, além dos valores morais, também devem ser trabalhados para estimular as crianças para a alfabetização, para o letramento e fomentar nelas o desejo de se tornarem leitores ávidos em toda a sua jornada estudantil e para sua vida adulta.

O PROFESSOR NO PROCESSO DAS PRÁTICAS DE LEITURA

É inegável que o professor, sendo um importante agente formador de opinião, poderá, a partir dos primeiros anos da jornada escolar da criança, desenvolver a prática da leitura diária em sala de aula, fazendo com que ela se torne um local plenamente apropriado para que a criança se conscientize sobre a real importância de ler. Caberá ao educador disponibilizar momentos de prazer com atividades lúdicas criativas, capazes de encorajar os alunos ao interesse pela leitura. Todavia, para que haja um despertar para a leitura, é absolutamente necessário que este professor consiga fomentar em seus alunos o interesse pela leitura, compreendendo que esta prática, além de prazerosa, é essencial ao desenvolvimento da jornada estudantil da criança.

“É preciso dar condições ao aluno para que ele desenvolva hábitos de leitura. O processo da alfabetização tem, no alfabetizando, o seu sujeito. O fato de ele necessitar da ajuda do educador, como ocorre em qualquer relação pedagógica, não significa que a ajuda do educador anule a sua criatividade e a sua responsabilidade na construção de sua linguagem escrita e na leitura desta linguagem” (FREIRE, 1989 p. 45).

Neste sentido, é fundamental que o professor se torne um agente motivador e incentivador no processo de ensino. Seu papel é ser um mediador que tem a exata noção de que sua atuação mediadora começa a acontecer muito antes de o aluno aprender a decodificar os textos. Na medida em que a criança passa a assimilar o processo de alfabetização, ela começa, também, a se familiarizar e a se identificar com a leitura, numa relação de troca muito dinâmica. Nessa relação, o professor deve ser

um mediador repleto de entusiasmo, contagiando, estimulando e envolvendo este novo leitor para que desenvolva suas atividades e aprimore gradativamente seus conhecimentos.

“Algumas práticas pedagógicas podem ser desmotivadoras, e provém de uma concepção na qual o professor atua como mero instrumento de alfabetismo. Todavia, o professor que se posiciona como agente letrador compreende que seu papel não é somente alfabetizar seus alunos. Alfabetizar é apenas a primeira parte necessária para o trabalho de letramento. No processo de letramento, o aluno vai construindo também um conhecimento sobre a sua língua materna, fazendo uso dela” (FREITAS COSTA, 2002, p.21).

É importante considerar o fato de que o professor precisa, sempre que for realizar a leitura de um conto de fadas ou de uma fábula, estar atento para que ele não faça a atividade de forma superficial e relaxada, pegando o primeiro livro que encontrar na biblioteca. É bastante negativo e desagradável quando, no decorrer da leitura, o professor demonstra que não está familiarizado com alguma palavra, ou mesmo quando ele apresenta desconhecimento ou engasga e gagueja ao pronunciar o nome de algum personagem ou lugar. É bastante frustrante quando o professor denota que não compreendeu a maneira como o autor construiu suas frases e realiza pausas e ênfases indevidamente.

“o educador não pode ficar escandalizado com uma determinada fala, ou gaguejar por que não esperava encontrar um palavrão, uma palavra desconhecida uma gíria nova, ou ate mesmo uma expressão que o adulto leitor não usa normalmente, porque se isso acontecer vai se criar uma sensação de mal estar e os alunos, e podem não se sentir à vontade para escutar o resto da história, portanto, antes de ser lido para as crianças o conto de fadas precisa ser lido atentamente antes pelo professor” (ABRAMOVICH, 1991, p 27).

É aconselhável que a instituição de ensino esteja muito atenta em selecionar textos literários apropriados às respectivas faixas etárias, e promover uma constante atualização literária para que o professor permaneça motivado, descobrindo novos textos que possam ser trabalhados. É muito importante que o professor saiba investir na sua condição de “professor leitor”, se aprimorando no que se refere a conhecer novos livros, se informar a respeito de seus autores, dos objetivos que estes livros trazem para avaliar se são compatíveis com os objetivos pretendidos para seus alunos. Estas ações produzirão um trabalho eficaz e seguro, capaz de formar alunos que sejam leitores entusiasmados, para isso, é fundamental que o professor também tenha este mesmo prazer e desejo pela leitura. Se a dinâmica do professor reflete desânimo pela

leitura, rapidamente isso é percebido pelo alunos e poderá influenciá-los negativamente.

“Uma questão a ser trabalhada, é a que diz respeito à figura do professor que não gosta de ler, por causa de lacunas na sua própria formação escolar. Em função disso, as metodologias utilizadas nas aulas de leitura com as crianças acabam sendo a repetição do que ele conheceu como “aula de leitura”, pois não havendo conhecimento das teorias de leitura, nem poderá haver a intenção de se formar leitores críticos e maduros” (BETENCOURT, 2000 p. 71).

ALGUMAS METODOLOGIAS PEDAGÓGICAS IMPORTANTES

A criança deve ser Introduzida no universo da leitura e da escrita visto que os conceitos de alfabetização e letramento apresentam uma compreensão da linguagem escrita como produção cultural, sendo necessário que cada pessoa tenha o direito de acesso a ela e dela se apropriar. Neste sentido, sempre que a criança experimenta e escrita e a leitura de forma prática no seu dia a dia, ou seja quando ela escreve um bilhete, por exemplo, uma lista de materiais ou outra situação do cotidiano da escola, ela passa a atribuir a estes elementos escritos uma função social.

“Compreender que a leitura e escrita possuem uma importância social cria, também, motivos pessoais para sua apropriação por parte da criança, ou seja, uma necessidade. Nesse sentido, as práticas em que o professor desempenha o papel de escriba e os autores são as crianças tornam-se importantes no cotidiano da Educação Infantil” (MÉLLO, 2010 p. 12).

Incentivando e fortalecendo a relação da criança com a linguagem evidencia-se o fato de que falar e ouvir se constituem em atividades primárias, enquanto leitura e escrita são atividades básicas. Falar e ouvir são ações que se processam de maneira espontânea, enquanto que ler e escrever são ações que necessitam de uma formalização. Assim, se apropriar da linguagem escrita e o manter contato com o livro ou textos não é espontâneo na criança, pois ela terá de aprender gradativamente a manusear, ler, interpretar, e isso é uma experiência pessoal e única de cada criança. É, portanto, papel do professor viabilizar essa experiência de maneira que a criança tenha condições de explorar e absorver os conteúdos.

“ao explorar o mundo da leitura brincando, a criança adquire, de modo próprio e gradativo, de acordo com seu próprio ritmo, familiaridade com a estrutura da língua, vivendo experiências de linguagem. E que isso seja feito ludicamente. Que seja divertido descobrir as possibilidades combinatórias da língua, o seu

potencial a ser explorado e os seus recursos fundamentais de expressão” (BAPTISTA, 2014 p. 19).

É inegável que a leitura é uma experiência que oferece inúmeros benefícios, pois ativa o cérebro, intensifica a criatividade, desenvolve a capacidade de interpretação, exercita a memória e fortalece a concentração. Todos estes fatores são fundamentais para o desenvolvimento infantil, proporcionando, ainda, um incremento no vocabulário da criança. É importante considerar que a leitura aprimora a comunicação e facilita a obtenção de outros aprendizados, portanto, a leitura em sala de aula reforçará este processo de aprendizagem, e a frequência na atividade da leitura fortalecerá a criação do gosto e do hábito da leitura. Mesmo levando em conta que os livros didáticos precisam ser consumidos, é importante incentivar a leitura nas horas vagas da criança, especialmente em assuntos do seu interesse e que lhe traga prazer.

Talvez um dos grandes desafios de um professor seja saber como incentivar a leitura na sala de aula e fazer uma criança se apaixonar por esse hábito. Não é incomum ouvir que, nessa fase, eles preferem brincar, praticar algum esporte, jogar videogame ou se dedicar a outras atividades. A leitura em sala de aula pode ser o ponto de partida para adquirir esse hábito, principalmente se dentro de casa não há muitos estímulos. Estar atento aos pequenos costumes faz toda a diferença no resultado final, confira algumas dicas de como incentivar a leitura na sala de aula. Algumas sugestões são: **Sinalize a importância da leitura** - O passo primordial é demonstrar sempre a importância da leitura como fonte de informação, imaginação, cultura, vocabulário, valores. Incentive o contato e o respeito pelo livro e faça com que este não seja um objeto distante, mas sim parte do seu cotidiano. Essas são boas atividades para incentivar a leitura. **Facilite o acesso às obras** - A criação de um espaço lúdico e propício para a leitura, onde os estudantes tenham acesso às unidades literárias, também deve ser uma preocupação da instituição e é também um ponto fundamental de como incentivar a leitura na sala de aula. **Promova eventos** - O teatro, a música, a dança e até a culinária podem ser bons aliados em como incentivar a leitura na sala de aula. Declamar poesias, representar romances ou comédias, testar receitas e diversos outros tipos de apresentações, ajudam a movimentar o ambiente escolar utilizando bases literárias e os talentos de cada um. Você ainda pode sugerir a criação de um jornal ou revista da turma. Para isso, divida produção do conteúdo entre os alunos e programe um evento para o lançamento. **Dê espaço para o digital** - O ambiente digital já faz parte da rotina de muitas crianças e jovens em idade escolar. Assim, apostar na leitura digital e no universo midiático para incentivar a leitura nos alunos pode ser um ótimo caminho. O formato dos livros digitais irá dialogar com a realidade dos alunos, além de promover muitas trocas a mais, como o manejo de plataformas digitais, a interação com colegas e o manuseio do livro. Tudo isso ajuda ainda a promover a educação midiática na escola. (BLOG ÁRVORE, 2022).

Incentivar os alunos às práticas e ao hábito da leitura não é tarefa simples, sendo muito comum que o professor ouça que seus alunos preferem brincar, jogar bola, jogar videogame, ou conversar com os amigos. Estimular a leitura em sala de aula é sempre um bom início para se construir o hábito e o interesse pela leitura, especialmente quando este estímulo não acontece dentro de casa. E fato é que com a popularização dos dispositivos como celulares e tablets, as crianças, em especial os adolescentes, passem muito tempo nas redes sociais e a leitura acaba não despertando tanto interesse, mas ela é demasiadamente importante e precisa ser incentivada.

“No caso dos adolescentes, essas dicas podem ser adaptadas para instigar o interesse pela literatura. **1-Aceitar os interesses do adolescente** - Muitos pais podem pensar que essa faixa etária precisa ter o hábito de ler livros mais “sérios”, mas essa cobrança pode afastá-los da leitura. A dica é estar atento aos temas e gêneros que interessam a cada jovem e incentivar essa preferência dando livros de presente, por exemplo. A consistência de qualquer tipo de leitura fortalece o hábito, e o interesse pode mudar para assuntos mais complexos de forma natural. **2-Aproveitar a tecnologia** - Principalmente no Instagram e no TikTok, influencers fazem sucesso falando sobre livros, resenhando, analisando e indicando obras literárias; são os Bookstagrammers e BookTokers. Compartilhar postagens de alguns desses influenciadores com os jovens ou comentar sobre alguns perfis pode ajudá-los a se interessarem por um gênero ou autor. **3- Clube do livro** É muito mais fácil para os filhos desenvolverem o hábito e o gosto pela leitura quando existe esse exemplo na família e em outros ambientes que eles frequentam. Organizar um clube do livro entre os moradores da casa é uma ideia que pode tornar a leitura divertida e facilitar que os adolescentes criem vínculos afetivos com os livros, além de memórias agradáveis em família. Para a atividade, é só escolher um livro que todos tenham interesse em ler e combinar uma periodicidade. Por exemplo: a cada mês, o encontro do clube do livro tratará de três capítulos. No dia do encontro, a família se senta junta e discute a história. A ideia também pode ser realizada entre o grupo de amigos do adolescente; nesse caso, é possível sugerir a atividade. **4- Trabalho coletivo** - O planejamento articulado e coletivo com os professores da área de linguagens possibilita a elaboração de atividades que incentivem o gosto pela literatura e formação de leitores. A partir de temáticas de interesse dos jovens é possível pensar estratégias pedagógicas e projetos que fomentem a leitura” (JORNAL DE BRASÍLIA, 2022).

As crianças se familiarizam desde pequenas com a leitura, especialmente quando ouvem e leem histórias, sendo que os contos de fadas e as fábulas são ricos de significados, despertam o interesse pela leitura e incentivam a criatividade. A influência que este gênero literário exerce é incontestável, assim, é importante que a criança seja submetida às práticas da leitura nos anos iniciais, para que ela crie o

hábito da leitura e este componente a acompanhe por todos os anos da sua caminhada estudantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É indiscutível a importância dos contos de fadas e das fábulas no processo inicial de alfabetização e letramento. Elas possuem a capacidade de encantar as crianças de todos os lugares, épocas ou condições sociais, pois são repletas de significados e conservam uma estrutura bastante simples, sendo facilmente absorvidas e compreendidas. Seus personagens são marcantes e possuem características muito peculiares, e capazes de envolver a mente das crianças, entretendo-as e dando asas à sua imaginação. As fábulas e os contos de fadas orientam as formas de comportamento que se esperam das crianças, produzindo uma vida em sociedade plena de respeito, e indicando que para todas as situações difíceis e desfavoráveis haverá sempre uma solução no final. Assim, enquanto diverte, a fábula e o conto de fadas desperta na criança uma busca pelo seu autoconhecimento e sua personalidade vai se formando a partir desses valores.

O papel do professor é fundamental, pois ele deve se familiarizar com a psicologia infantil e trabalhar com conceitos como a afetividade, a ludicidade, a psicomotricidade, reconhecendo o contexto em que a criança está inserida. O professor deve ser dedicado e realizar a leitura e a contação de histórias com entusiasmo, criatividade, empenho e abnegação. Ele precisa ter plena consciência de que o primeiro contato do seu aluno com a leitura necessita ser um momento de prazer, entretenimento e valorização da leitura.

Por isso, é fundamental que todas as atividades sejam bem planejadas e com objetivos bem definidos, para que as crianças sejam introduzidas no universo fantástico da leitura, ampliando seu imaginário e possibilitando avaliações de comportamento. Os contos de fadas e as fábulas, seguramente influenciarão de forma marcante as crianças em sua alfabetização, fortalecerão seu desejo pela leitura, e este hábito as acompanhará por toda sua jornada escolar e por toda sua vida.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura Infantil Gostosuras e Bobices**. 2^o edição. São Paulo, Scipione, 1991.

BAGNO, Marcos. Fábulas Fabulosas. In: Angélica Freire de; MENDONÇA, Rosa Helena (Orgs.). **Práticas de Leitura e Escrita**. Brasília: MEC 2006.

- BAPTISTA, Mônica et al. (Orgs). **Literatura na educação infantil: acervos, espaços e mediações**. Brasília: MEC, 2014.
- BETENCOURT, M. F. A. **A Leitura na Vida do Professor**. Passo Fundo-RS. Universidade de Passo Fundo, 2000.
- BETTELHEIM, B. **A Psicanálise dos Contos de Fadas**.- Paz e Terra, Rio de Janeiro 2002.
- BLOG MODO BRINCAR HIHAPPY, **Contaçon de Histórias**. Disponível em: <https://modobrinicar.rihappy.com.br/contacao-de-historias/>. Acesso em 11 Mar 2023.
- BLOG ÁRVORE, **Como incentivar a leitura em sala de aula**. Disponível em <https://www.arvore.com.br/blog/como-incentivar-leitura-sala-aula>. Acesso em 13 Jun 2023.
- COELHO, B. **Literatura infantil: teoria, análise didática**. São Paulo: Moderna, 2000.
- CORSO, D. L. **Fadas no Divã: psicanálise nas Histórias infantis**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- COSTA, Maria Morais da, **Literatura Infantil**. Curitiba-PR. Iesde, 2009.
- FERNANDES, M. T. O. S. **Trabalhando com gêneros do discurso: Narrar fábula**. São Paulo: FTD, 2001.
- FRANTZ, M. H. Z. **O ensino da literatura nas séries iniciais**. -3ª Ed. Ijuí -RS, Ed. UNIJUI, 2001.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. 23ª Ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- FREITAS, Maria Teresa de Assunção; COSTA, Sérgio Roberto. **Leitura e Escrita na Formação de Professores**. Juiz de Fora: UFJF; São Paulo: Ed. Musa, 2002.
- JORNAL DE BRASÍLIA, **Quatro dicas para incentivar a leitura entre os adolescentes**. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/blogs-e-colunas/analice-nicolau/4-dicas-para-incentivar-o-gosto-da-leitura-entre-os-adolescentes/>. Acesso em 15 jun 2023.
- KLEIMAN, Ângela B, **OS significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995. São Paulo, Contexto, 2007.
- PAVONI, A. **Os contos e os mitos no ensino: uma abordagem junguiana**. São Paulo: E. P. U, 1989.

ALUNOS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: A IMPORTÂNCIA DO MATERIAL CONCRETO COMO FERRAMENTA PARA O PSICOPEDAGOGO CONTRIBUIR COM O DESENVOLVIMENTO DELES



Rafael Felipe de Paula Oliveira Alves

Formado em Pedagogia, História e Direito, com Pós-Graduação em Direito Financeiro e Tributário, em Gestão Escolar e Mestrado em Teoria do Estado e Direito Constitucional.



Gabriel Hengstemberg Bonifácio

Formado em Pedagogia e em Letras, com Pós-Graduação em Educação Especial e Inclusiva, Psicopedagogia Institucional, Ludopedagogia, Gestão e Mediação de Conflitos, Neurociência na Educação, Inteligência Emocional no Ambiente Escolar, e Mestrado em Educação.



Juliana Machado

Formada em Pedagogia e em Letras, com Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento, em Direito Aplicado à Educação, Neurociência na Educação, em Educação Especial e Inclusiva e em Ludopedagogia.

RESUMO

O presente artigo busca fazer um levantamento sobre o processo de aprendizagem, bem como sobre as fases pelo qual todas as crianças passam ao longo de seu desenvolvimento, e ainda sobre as dificuldades que podem se apresentar no decorrer da vida escolar, especialmente no período de alfabetização. Diante das dificuldades de aprendizagem, na perspectiva da pluricausalidade, ou seja, em decorrência de fatores social, pedagógico, psicoafetiva, psicocognitiva e orgânico, analisar e compreender a importância de profissionais habilitados e do uso de materiais e metodologias

diferenciadas, em especial o psicopedagogo, os materiais concretos e a aprendizagem ativa, respectivamente. A metodologia adotada baseou-se na revisão da literatura a respeito dos profissionais que atuam na área da educação, utilizando-se de materiais concretos e da importância do acompanhamento de profissionais habilitados junto às crianças que frequentam as instituições de ensino. Finalmente, é de suma importância a participação ativa do profissional psicopedagogo no ambiente escolar, de modo a intervir e propiciar meios para que a escola e seus profissionais, bem como a família tenham condições apropriadas de oferecer o desenvolvimento adequado a suas crianças.

Palavras-Chave: Dificuldade de aprendizagem; Material concreto; Psicopedagogia.

INTRODUÇÃO

A formação do cidadão é algo imprescindível para o desenvolvimento da humanidade e uma das fases mais significativas em termos a adquirir e desenvolver saberes está na escola. A escola tem papel essencial ao direcionar os caminhos que a criança irá percorrer ao longo de sua formação, não apenas transmitindo os conhecimentos produzidos pela humanidade, mas fazendo com que o aluno se torne agente de sua aprendizagem, incentivando-o, mediando e promovendo os debates necessários à formação cidadã, além da acadêmica. Dentre a heterogeneidade que se apresenta em sala de aula, que torna o ambiente rico em experiências, manifestam-se as crianças que por algum motivo apresentam dificuldades de aprendizagem.

Nesta perspectiva, de salas heterogêneas, o uso de metodologias apropriadas são recursos fundamentais para a efetivação dos objetivos previstos pela escola em função do seu corpo discente. Isso sugere que apenas o debate oral, a aula expositiva é insuficiente para promover o conhecimento e suprir as necessidades dos alunos em geral, e, em especial daqueles que apresentam alguma dificuldade de aprendizagem.

Dessa forma, a seleção de materiais concretos, manipuláveis, de mídias eletrônicas e resolução de exercícios, a aplicação de jogos, investigações reais entre outros, aliados a metodologia que contemplem a atender a necessidade do aluno com dificuldade de aprendizagem é de suma importância para a promoção do conhecimento e desenvolvimento.

Cruz (2014) afirma que os alunos que não acompanham as expectativas de aprendizagem de seu ano de escolarização são motivo de muita preocupação por parte das escolas, dos professores e das famílias. Ela acredita que os três eixos precisam estar integrados para oferecer ao aluno condições que atendam às suas particularidades, e que cabe a escola oferecer materiais diferenciados e estratégias metodológicas que atendam e possibilitem o desenvolvimento desse aluno em seu processo acadêmico e cidadão, não apenas por meio da repetição dos conteúdos não aprendidos, mas que o conteúdo tenha significado para o estudante.

O profissional psicopedagogo é um importante aliado na identificação e na promoção de conteúdos e metodologias apropriadas aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, atuando no diagnóstico da dificuldade, bem como na atuação junto ao professor que acompanha esse aluno.

Para este estudo será discutido a respeito do uso de materiais concretos a fim de entender como esse tipo de material contribui com o processo de aprendizagem de alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, bem como da contribuição do profissional psicopedagogo perante os alunos e aos profissionais da educação.

METODOLOGIA

O presente estudo está pautado na revisão bibliográfica da literatura a respeito das dificuldades de aprendizagem, bem como do papel da escola, dos profissionais da educação e das contribuições do psicopedagogo em relação ao diagnóstico, ação preventiva e terapêutica, planejamento e desenvolvimento de materiais concretos, acompanhamento das atividades e avaliação dos resultados junto aos aprendizes que apresentam problemas em decorrência de doenças que afetam a aprendizagem. Para tanto, a revisão está amparada por artigos, revistas, livros, dissertações de mestrado, teses de doutorado e conferências nas áreas da saúde e educação.

REFERENCIAL TEÓRICO

O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A metodologia de ensino abordada pelo professor/educador é livre e deve ser implantada seguindo critérios da Base Nacional Comum previsto na matriz curricular de cada série, com o objetivo de trazer um ensino envolvente, criativo e de qualidade. Os

conteúdos devem ser compartilhados com eficiência, o que ensinar e como ensinar está intimamente ligado para se conseguir os resultados esperados. O processo de ensino adotado influencia infinitamente a aprendizagem que será tomada pelo aluno. O filósofo Rubem Alves, em *Conversas com quem gosta de ensinar* traz uma reflexão sobre o que seria um professor/educador?

Talvez que um professor seja um funcionário das instituições que gerenciam lagoas e charcos, especialista em reprodução, peça num aparelho ideológico de Estado. Um educador, ao contrário, é um fundador de mundos, mediador de esperanças, pastor de projetos (RUBEM ALVES, 1993, p.29).

A Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no artigo 4º, inciso IX diz a respeito *padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem*. Ou seja, a legislação, inclusive a Constituição Federal do Brasil de 1988 garante o direito à Educação em todos os níveis visando à formação plena da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e para o mercado de trabalho. A expressão *por aluno* entende-se como a atenção necessária por meio de recursos didáticos, profissionais habilitados e metodologia que atenda a peculiaridade de cada um.

Assim, a colaboração de outros profissionais no processo educativo é de fundamental importância para que o desenvolvimento humano se efetive apropriadamente. Exemplo disso está na psicopedagogia, descrito pela Associação Brasileira de Psicopedagogia.

A Psicopedagogia é a área do conhecimento, atuação e pesquisa que lida com o processo de aprendizagem humana, visando apoio aos indivíduos e aos grupos envolvidos neste processo, na perspectiva da diversidade e da inclusão (ABPp).

Neste sentido, espera-se que as instituições de ensino tenham como funcionários professores-educadores, como diria Rubem Alves, bem como profissionais habilitados para participar do processo de desenvolvimento daqueles que apresentam maiores dificuldades. Nessa perspectiva, o professor-educador é mais que profissão, é vocação, em especial os docentes da Educação Básica, anos iniciais da formação escolar que trabalham diversas disciplinas durante todo o ano letivo, razão pela qual criam vínculos mais profundos, enraizando-se muitas vezes, se levar em conta o período de contato permanente entre as partes. Entre o grupo de alunos que esse profissional atende, encontram-se alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. Aranão acredita que o ensino deve ser construído com estruturas sólidas, materiais bases adequados e relações interpessoais, senão vejamos:

Quando a criança participa de uma ação educativa que propicie a construção de estruturas, ela demonstra ser ativa na construção de seu conhecimento através de sua interação com o meio e na relação que estabelece com os objetos e pessoas a sua volta (ARANÃO, 1996, p. 11).

Ou seja, Aranhã já falava na promoção da aprendizagem ativa, em que o aluno é levado a tornar-se agente do seu conhecimento e o professor torna-se um mentor por meio de assistência, da oferta de materiais adequados, das intervenções necessárias, sempre levando em consideração os objetivos da escola como instituição formativa.

Piaget realizou um estudo e classificação a respeito do desenvolvimento da criança ao longo de sua formação, na medida em que ela manipula variados materiais correspondentes à faixa etária que se encontra. Para facilitar a compreensão da classificação realizada por Piaget, vejamos o quadro a seguir:

Quadro 1- Classificação das Estruturas Cognitivas, segundo Piaget apud Rosa Neto, 2001, p. 35 (adaptado).

CLASSIFICAÇÃO DAS ESTRUTURAS COGNITIVAS				
Estágio	Características	Idade (Meses)	Noções	
SENSÓRIO- MOTOR	Atividades reflexas;	0-1	Maior/Menor	
	Primeiros hábitos;	1-4		
	Coordenação entre visão e apreensão;	4-8		
	Permanência dos objetos, intencionalidade dos atos;	8-11		
	Diferenciação de esquemas, de ação;	11-18		Noções de espaços e
PRÉ- OPERATÓRIO	Solução de problemas.	18-24	formas	
	Função simbólica – linguagem;	Anos	Desenhos, ordem, contagem, figuras geométricas.	
		Organizações representativas,		2-4
		pensamento intuitivo;		4-5
		5-7		

	Regulação, representatividade articulada.		Correspondência termo a termo, classificação simples, fase dos “por quês”.
OPERAÇÕES CONCRETAS	Operações simples, regras, pensamentos estruturados, fundamentado na manipulação de objetos;	7-8	Reversibilidade, classificação, seriação, transitividade, conservação do tamanho, distância, área, quantidade e massa.
OPERAÇÕES CONCRETAS	Multiplicação lógica.	8-11	Classe-inclusão, conservação do peso e do volume, tempo, cálculo de frações.
OPERAÇÕES FORMAIS	Lógico-hipotético, dedutivo, raciocínio abstrato; Estruturas formais	11-13 13-15	Proporções, combinações, álgebra. Pensamento lógico, formulação de hipóteses, busca de soluções, compreensão da abstração.

Segundo Piaget, o desenvolvimento cognitivo é um processo de sucessivas mudanças qualitativas e quantitativas das estruturas cognitivas derivando cada estrutura de estrutura precedentes. Ou seja, o indivíduo constrói e reconstrói

continuamente as estruturas que o tornam cada vez mais apto ao equilíbrio. O processo de formação escolar deve ser contínuo e permanente, e contemplar os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.

As peculiaridades de cada ser humano fazem com que cada um aprenda de forma diferente em tempo próprio. Alguns aprendem apenas olhando, outros através da escrita, outros ainda através da observação e da escrita, segundo Spinello (2014). Assim, o professor deve esforçar-se em apresentar o conteúdo de formas diferentes.

Em geral, as crianças aprendem com mais facilidade aquilo que ela consegue manipular por meio de materiais concretos, uma vez que o abstrato não lhe chama a atenção. Nesta fase a emoção do conhecimento novo lhe transmite novas habilidades.

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

As dificuldades de aprendizagem se apresentam como aspectos secundários, trata-se de alterações estruturais, mentais, emocionais ou neurológicas, que interferem no desenvolvimento cognitivo do sujeito.

A escola pode trabalhar com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem em duas vertentes, sendo uma identificando seus pontos fortes e fortalecê-los ainda mais e outra identificando os pontos que apresentam maior dificuldade e desenvolver estratégias para recuperá-lo, fortalecendo inclusive a autoestima do aluno.

Segundo Cruz, as dificuldades de aprendizagem apresentam-se em diferentes dimensões, e estas são: social, pedagógica, psicoafetiva, psicocognitiva e orgânica, e para Weiss e Cruz (2011), a dimensão social perpassa todas as demais, assim a dificuldade de aprendizagem precisa ser vista na perspectiva da pluricausalidade (Weiss,2009).

As dificuldades de aprendizagem mais conhecidas são: a dislexia, a discalculia e a disortografia.

A dislexia caracteriza-se pelas dificuldades que se apresentam na fala e na leitura, é uma doença hereditária, mas que surpreende muitos de seus portadores. Frequentemente é diagnosticado durante a fase de alfabetização e com o uso de metodologias adequadas é possível superar essa dificuldade.

A dificuldade de aprendizagem resultante da dislexia apresenta-se por desvios que acontecem no cérebro em virtude de sua alta complexidade em relação aos cérebros que não apresentam essa dificuldade. Assim, *“no cérebro de uma criança que não possui a dificuldade, a informação consegue percorrer caminhos corretos no ato de*

ouvir, ler, ver e escrever, uma criança com a doença tem seu cérebro muito mais complexo pelo fato de sofrer desvios” (Spinello, 2014).

Dentre o grupo de alunos, aquela que é portadora de dislexia pode por si só afastar-se do grupo em decorrência de sua baixa autoestima que acaba prejudicando ainda mais a sua concentração, atenção e comportamento. A doença não tem cura, mas que pode ser amenizada através dos tratamentos adequados e de acompanhamento médico, pedagogo, psicólogo e fonoaudiólogo.

Estudos mostram que com os acompanhamentos adequados, a criança consegue melhorar sua autoestima, assim como a concentração, atenção e comportamento, além do mais observa-se que os disléxicos possuem grandes habilidades e destacam-se em posições relevantes da sociedade mundial, como por exemplo Albert Einstein na ciência, Henry Ford nos negócios, Leonardo da Vinci nas artes entre outros.

A discalculia caracteriza-se pela má formação dos neurônios, manifestando-se pelas dificuldades na aprendizagem dos números, porém a doença não apresenta nenhuma relação com os níveis de inteligência, deficiência mental, déficits auditivos ou visuais. Crianças que apresentam essa dificuldade não conseguem discernir os sinais matemáticos, resolver operações, classificar números, seguir sequências, entender conceitos matemáticos, identificar valores de moedas entre outros.

O tratamento mais eficaz para o tratamento da discalculia é o diagnóstico precoce e o profissional habilitado para tal atividade é o psicopedagogo que em parceria com a escola desenvolve materiais específicos de acordo com a necessidade da criança, em meio aos demais colegas de turma, elevando a autoestima da criança e evitando manifestações de antipatia, agressividade e repulsa pelo ambiente escolar.

A disortografia apresenta-se junto com a dislexia, e a criança que apresenta esta dificuldade tem problemas com a escrita. Os sintomas da disortografia se manifestam pelo traçado incorreto da letra, alteração no espaço, falta de clareza na escrita que se apresenta pela dificuldade no uso das orações, na escrita textual, no uso de pontuações e na desavença pelo hábito da escrita.

As crianças em fase da alfabetização, até o segundo ano considera-se normal a escrita incorreta, pois a escrita está relacionada à fala, e, neste caso o uso de caderno de ortografia consegue resolver o problema, pois contribui com a coordenação motora.

O tratamento mais eficaz para a disortografia está na identificação precoce da doença e no acompanhamento de profissionais habilitados, por meio de atividades específicas e eficazes.

Em se tratando de doenças que afetam o desenvolvimento escolar da criança, o melhor tratamento está no diagnóstico precoce, na ação efetiva dos profissionais habilitados e na participação ativa da família para que o tratamento alcance os resultados esperados.

O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO FRENTE À CRIANÇA COM DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

A atuação de profissionais habilitados é de extrema importância no ambiente escolar, pois é o local onde mais se manifestam as dificuldades como a dislexia, discalculia e disortografia entre outras dificuldades decorrentes da vida cotidiana e que necessitam de intervenção da escola como um todo.

Portanto, os transtornos de atenção não podem ser confundidos com o desinteresse do aluno, assim como o desinteresse não pode ser confundido com o transtorno de atenção. Os motivos para o desinteresse do aluno nas atividades podem se apresentar em virtude da utilização de metodologia que não leve os alunos a incitação, a experimentação, a forma de apresentar o conteúdo a ser ensinado pode não atender a necessidade do aluno em aprender.

O papel do psicopedagogo na escola apresenta-se em duas naturezas (Santos, 2011), uma é a psicopedagogia voltada para o aluno ou grupo de alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e outra voltada à assessoria de pedagogos, orientadores e professores.

A escola cumpre um papel importantíssimo na socialização, seja por meio das relações interpessoais, seja por meio dos conhecimentos produzidos, seja promovendo o desenvolvimento cognitivo e emocional. Em outras palavras, por meio da formação cidadã que a escola proporciona, o sujeito é inserido na vida em sociedade.

O meio escolar deve ser um lugar que propicie determinadas condições que facilitem o crescimento, sem prejuízo dos contatos com o meio social externo. Há dois pressupostos de partida: primeiro, é que a escola tem como finalidade inerente a transmissão do saber e, portanto, requer-se a sala de aula, o professor, o material de ensino, enfim, o conjunto das condições que garantam o acesso aos conteúdos; segundo, que a aprendizagem deve ser ativa e, para tanto, supõe-se um meio estimulante (LANE E CODO, 1993, p. 174).

Neste sentido, a escola deve estabelecer prioridades, dentre elas o diagnóstico e a busca da identidade da escola, a definição de papéis na dinâmica relacional entre ensinar e aprender, a construção e a reconstrução dos conceitos, o diálogo com as famílias entre outros. Assim Nascimento, 2013 define o papel do psicopedagogo na abordagem preventiva e terapêutica no contexto escolar:

“Na abordagem preventiva, o psicopedagogo pesquisa as condições para que se produza a aprendizagem do conteúdo escolar, identificando os obstáculos e os elementos facilitadores, sendo isso uma atitude de investigação e intervenção”.

“O psicopedagogo, na abordagem terapêutica trata das dificuldades de aprendizagem, diagnosticando, desenvolvendo técnicas remediativas, orientando pais e professores, estabelecendo contatos com outros profissionais das áreas psicológicas e psicomotora, da fonoaudiologia e da educação (Nascimento, 2013)”.

Bossa esclarece o papel do profissional psicopedagogo em relação a sua postura frente a prevenção, manifestação e tratamento de indivíduos que apresentam dificuldades de aprendizagem.

Cabe ao psicopedagogo perceber eventuais perturbações no processo de aprendizagem, participar da dinâmica da comunidade educativa, favorecendo a integração, promovendo orientações metodológicas de acordo com as características e particularidades dos indivíduos do grupo, realizando processo de orientação. Já que no caráter assistencial, o psicopedagogo participa de equipes responsáveis pela colaboração de planos e projetos no contexto teórico/prático das políticas educacionais, fazendo com que os professores, diretores e coordenadores possam repensar o papel da escola frente a sua docência e às necessidades individuais de aprendizagem da criança ou, da própria “ensinagem” (BOSSA, 1994, p 23).

O profissional psicopedagogo atua, portanto como um mediador em todo o processo de desenvolvimento do aluno que apresenta dificuldades de aprendizagem, seja diretamente com o portador da doença, seja na coordenação e orientação aos pais e junto aos outros profissionais de educação que atuam diretamente com o aluno, na elaboração, implantação e acompanhamento de metodologias de ensino, no desenvolvimento e acompanhamento de projetos. Planejar é inerente à função do psicopedagogo em prol a quebra de paradigmas e a promoção de uma educação escolar de qualidade que torne a aprendizagem do aluno com dificuldade tão eficiente quanto aos demais alunos da turma.

A atuação do psicopedagogo, portanto, contribui com a qualidade de vida do portador de dificuldades de aprendizagem e para tanto ele necessita da parceria da escola, família e sociedade em que o aluno está inserido para que as metas estabelecidas sejam alcançadas e que o aluno consiga se desenvolver plenamente, como preconizado nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

O USO DE ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS DIFERENCIADAS

Para Cruz (2014), o uso de estratégias pedagógicas diferenciadas pode favorecer o desenvolvimento dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. A autora cita o uso das seguintes estratégias: desenvolvimento de

pequenos projetos, uso de materiais didáticos em linguagem acessível, uso de materiais concretos, diversificação na apresentação dos conteúdos, uso de jogos ou materiais lúdicos.

O desenvolvimento de pequenos projetos, segundo a autora possibilita a dramatização de situações fazendo com que a criança participe ativamente das situações vivenciadas. Neste sentido, pode-se utilizar das metodologias ativas de aprendizagem, as quais consistem em fazer do aluno agente do seu próprio conhecimento, mediado pelo professor.

O uso de materiais em linguagem acessível consiste na modificação da forma escrita, tornando o texto mais atraente, fazendo uso de figuras, ilustrações, letras maiores ou diferentes, que envolva e que faça com que o aluno que apresenta dificuldade localize e identifique situações chave da proposta apresentada.

O uso de materiais concretos é uma ferramenta que permite ao estudante o manuseio dos objetos, tornando o conhecimento abstrato palpável, fazendo com que o aluno consiga enxergar as razões pela qual a ciência é tão importante. Os materiais podem ser elaborados conforme a necessidade dos alunos ou utilizados os materiais que a rede de ensino já fornece.

A diversificação na apresentação dos conteúdos trata-se de apresentar o mesmo conteúdo de maneiras diferentes, a depender da necessidade do alunado.

O uso de jogos ou materiais lúdicos são ferramentas que permitem ao aluno interagir entre o grupo por meio de propostas que trazem significado e contextualização dos conteúdos que se pretende trabalhar.

A APRENDIZAGEM POR MEIO DOS MATERIAIS CONCRETOS

Spinello (2014) define a aprendizagem e o processo que ocorre para ela se concretize nas pessoas:

Cada ser humano aprende de uma forma diferente. Alguns aprendem apenas olhando, outros precisam da fala, e outros ainda da escrita e do manual. É preciso que o professor se esforce e repita o conteúdo de formas diferentes. As pessoas associam fatos do seu dia a dia outros já estudados por ela, sendo esta mais uma etapa da aprendizagem. Se aprendermos a todo o momento, as dificuldades também acontecem a todo o momento (Spinello, 2014).

Aprendizagem e dificuldades são manifestações próprias da vivência de experiências novas, no entanto em sala de aula as dificuldades que se apresentam precisam receber atenção especial dos professores a fim de propiciar a todos os

aprendizes oportunidades que prevaleçam e tornem a experiência prazerosa e satisfatória do ponto de vista da Instituição de Ensino.

Nesta perspectiva, Spinello (2014) também se manifesta a respeito dos materiais concretos ao relatar que a criança aprende com mais facilidade aquilo que lhe é concreto, pois o abstrato não lhe chama muita atenção, nessa fase a emoção do conhecimento novo lhe transmite novas habilidades. Ou seja, a dinâmica que envolve a aprendizagem está no fato de que o “novo” seja estimulante, e que esteja atrelado a experiências que tenham significado para o aprendiz, conforme Lane e Codo (1993).

“O meio escolar deve ser um lugar que propicie determinadas condições que facilitem o crescimento, sem prejuízo dos contatos com o meio social externo. Há dois pressupostos de partida: primeiro, é que a escola tem como finalidade inerente a transmissão do saber e, portanto, requer-se a sala de aula, o professor, o material de ensino, enfim, o conjunto das condições que garantam o acesso aos conteúdos; segundo, que a aprendizagem deve ser ativa e, para tanto, supõe-se um meio estimulante (LANE E CODO, 1993, p. 174)”.

A aprendizagem se efetiva quando a criança interioriza o saber, quando aquilo tem significado e valor para sua experiência de vida, para a formação da sua identidade pessoal. Nesse sentido que a escola, os profissionais da educação são responsáveis e coadjuvantes ao propiciar que uma criança com dificuldades de aprendizagem se torne agente de seu conhecimento.

Dante (2005) afirma que os professores devem criar oportunidades para as crianças utilizarem materiais manipulativos, e que a abstração de ideias tem sua origem na manipulação e atividades mentais a ela associadas.

Considerando a afirmação do autor podemos concluir que o uso de materiais manipulativos, reais ou simplesmente concretos faz com que o aprendiz se aproprie de um saber que pode ser visto, tocado e posteriormente levado para a abstração, em condições que o educando consiga visualizar mentalmente a situação apresentada. Existe ainda a aprendizagem simplesmente pelo fato de que os objetos transmitem pela sua existência, por exemplo, quando pegamos um “dado”, não aprendemos apenas o jogar ou o formato do dado, mas também o material de que é feito, as situações em que utilizamos, os números que estão gravados nele, o peso entre outras características que podem ser observadas.

Os professores devem utilizar-se dos materiais como recursos de ensino e facilitadores da aprendizagem, promovendo um saber significativo no qual o aluno é levado a raciocinar, incorporar soluções alternativas acerca dos conceitos envolvidos nas situações, e por consequência, aprender, segundo Fiorentini e Miorim (1990).

No entanto, o uso puro e simples do material concreto não é suficiente para que o aprendiz se aproprie do conhecimento que se deseja transmitir, pelo contrário, o papel do professor na forma, momento e na avaliação crítica e reflexiva é de suma importância para que de fato o objetivo seja atingido não apenas na educação escolar, mas na vida do sujeito.

Lorenzato (2006) afirma que o professor deve saber utilizar corretamente os materiais didáticos, pois estes exigem conhecimentos específicos de quem os utiliza. Não se pode deixar que o material se torne apenas um brinquedo para o aluno.

Santos, Oliveira e Oliveira (2013) faz uma análise crítica-reflexiva sobre o uso do material concreto no ensino-aprendizagem da Matemática nas séries iniciais do Ensino Fundamental e cita ainda teóricos e estudiosos das áreas de psicologia e psicopedagogia.

Alguns teóricos da psicologia moderna, que tratam dos estudos da aprendizagem e estudiosos do campo da psicopedagogia clínica e institucional têm fornecido elementos em uma análise racional para o uso de materiais concretos no desenvolvimento da criança. Para Piaget (1998), o conhecimento se dá através de um processo de interação. A partir do momento em que o sujeito interage em contato com o objeto, um modifica o outro, assim ocorre à construção do conhecimento pelo sujeito. Através desta interação o sujeito vai modificando suas estruturas e aprendendo pelos processos de assimilação e acomodação, ou seja, quando o sujeito encontra com algo novo ele inicia o processo de adaptação que inclui estas duas formas: a assimilação e a acomodação. Na assimilação o indivíduo utiliza os conhecimentos que já possui, já na acomodação, se estes conhecimentos não forem suficientes, é preciso construir novas estruturas. Este processo de formação de estruturas envolvendo assimilação e acomodação é contínuo na construção do conhecimento durante a vida do indivíduo (Santos, Oliveira e Oliveira, p. 7).

A aprendizagem se processa do concreto para o abstrato. Toda atividade feita com material pode ser repetida quantas vezes forem necessárias, de diversas formas, segundo Rosa Neto (1992).

É necessário que toda atividade a ser realizada com material seja planejado e definido seus objetivos, de modo a levar o estudante do concreto para o abstrato, desenvolvendo sua capacidade mental, ou seja, toda atividade deve ter bem definido quais são as habilidades e competências a serem alcançadas.

Conforme Freitas (2004), o uso de materiais concretos favorece a aprendizagem por meio de suporte através da manipulação. No entanto, a potencialização do aprendizado depende da capacidade de criação, do planejamento e do desenvolvimento das atividades por meio dos profissionais envolvidos no ensino, em especial do professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As deficiências de aprendizagem manifestam-se geralmente na fase de alfabetização, no entanto pode ser identificado precocemente em crianças que frequentam a escola de educação infantil juntamente com a família. A adoção de medidas, estratégias e metodologias que torne a criança confiante, ativa, motivada e que permita seu desenvolvimento de forma adequada contribui com uma vida próspera e de mínimo impacto no seu desenvolvimento.

A participação de profissionais habilitados é relevante para que esse processo seja eficiente, e dentre os profissionais está o psicopedagogo, que através de sua intervenção junto à criança e ao corpo docente escolar tem a missão de intervir a bem da comunidade escolar, familiar e individual.

O uso de materiais apropriados é de fundamental importância para que os objetivos sejam atingidos, e dentre eles destaca-se o uso de materiais concretos. As relações profissionais possibilitam a criação de materiais específicos para atender casos de dificuldades particulares e a participação de sujeitos que estão em busca de uma educação de qualidade, por meio de aprendizagens ativas permite o desenvolvimento de materiais e metodologias que atendam a necessidade de cada aluno.

Dessa forma a união de profissionais em prol do diagnóstico, da elaboração de materiais, do desenvolvimento de metodologias adequadas, dos tratamentos necessários contribui com a formação e o desenvolvimento das crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem, independentemente de sua origem, uma vez que a orientação é que as dificuldades devem ser abordadas na perspectiva da pluricausalidade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA-ABPp. Disponível em: <http://www.abpp.com.br>. Acesso em 24 jun 2023.

CRUZ, M. L. R. M. da. **Estratégias pedagógicas para alunos com dificuldades de aprendizagem.** Disponível em: <http://www.cap.uerj.br/site/images/stories/noticias/5-cruz.pdf>. Acesso em 11 de maio 2023.

DANTE, L. R. **Didática da Resolução de Problemas de Matemática.** 12ª edição. São Paulo, 2005.

FERREIRA, A. P. de O. *et al.* **Os recursos didáticos como mediadores dos processos de ensinar e aprender Matemática.** Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2164-8.pdf>. Acesso em 18 mai 2023.

FREITAS, R. C. de O. **Um ambiente para operações virtuais com o material dourado** / - Vitória - ES – 2004. Disponível em: - Acesso em 03 de abril de 2023.

LANE, S. T. M., CODO, W. **Psicologia social: o homem em movimento.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

LORENZATO, S. **Laboratório de Ensino de Matemática na Formação de Professores.** Campinas: Autores Associados, 2006.

NASCIMENTO, F. D. do. **O papel do psicopedagogo na instituição escolar.** Disponível em: <https://psicologado.com/atuacao/psicologia-escolar/o-papel-do-psicopedagogo-na-instituicao-escolar>. Acesso em 15 jun 2023.

PERES, M. R. O.; M. H. M. A. **Psicopedagogia: limites e possibilidades a partir de relatos de profissionais.** Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212007000300012. Acesso em 11 mar 2023.

SPINELLO, N. C. Revista de Educação do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai. **As dificuldades de Aprendizagem encontradas na Educação Infantil.** Vol. 9 – Nº 20 – Julho a Dezembro de 2014. ISSN: 1809-6220. Disponível em: https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/224_1.pdf. Acesso em 20 fev 2023.

SANTOS, A. O; OLIVEIRA, C. O; OLIVEIRA, G. S. de. Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus Jataí – UFG Itinerário Reflectionis. **Material concreto: uma estratégia pedagógica para trabalhar conceitos matemáticos nas séries iniciais do ensino fundamental.** Volume 1. Número 14. Primeiro semestre de 2013. ISSN: 1807- 9342. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/24344/19269>. Acesso em 03 jun 2023.

ROSA NETO, E. **Didática da Matemática.** 4ª ed. São Paulo: Ática, 1992.



EDUCAÇÃO EMOCIONAL: UMA FERRAMENTA PARA O EMPREENDEDORISMO

Ana Lúcia Domingos Kanô

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Psicopedagogia, Pedagogia Empreendedora, Neuropsicopedagogia. Pedagogia Sistêmica, Trabalho Social com Famílias e Neurociência na Educação.

RESUMO

Esse estudo teve como tema a relevância das emoções diante do empreendedorismo, pois é de conhecimento que as emoções interferem diretamente na aprendizagem e conseqüentemente na formação do indivíduo empreendedor. As respostas emocionais estão diretamente condicionadas à percepção que os indivíduos têm de si e do outro e para que essas respostas sejam positivas faz-se necessário desenvolver habilidades que permitam aprender novas formas de agir e reagir frente as diversas situações. Deve-se considerar a educação emocional como o processo de desenvolvimento de habilidades de relacionamentos, sendo esta uma das características essenciais ao empreendedorismo. Para maior entendimento do assunto abordado, esse estudo traz à tona a importância dos pais e educadores no desenvolvimento dessa educação emocional e como podem criar condições e desenvolver estratégias para auxiliar as crianças a desenvolverem as habilidades inerentes às emoções, criando assim indivíduos competentes para exercer o empreendedorismo.

Palavras- Chave: Educação emocional, Empreendedorismo, Habilidades, Competências.

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema surgiu com a necessidade de entender a formação emocional do aluno e como as emoções servem como ferramentas ao empreendedorismo.

Dentro desse tema surge o seguinte questionamento: “Qual a importância de desenvolver o emocional e usá-lo como uma ferramenta para despertar o empreendedorismo?”

Nas últimas décadas, a Ciência fez muitas descobertas sobre as influências das emoções em nossas vidas. Diversas pesquisas trouxeram à tona o fato de que a percepção emocional e a capacidade de lidar com os sentimentos determinam o sucesso e a felicidade da pessoa em todos os setores da vida.

Saber reconhecer em si mesmo as emoções e entender de que forma essas se comportam no outro pode contribuir para que o indivíduo empreendedor administre melhor reações comuns, como lidar com situações desfavoráveis, negativas e imprevistas que acontecem no dia a dia corporativo.

Quando a pessoa não se conhece e não conta com domínio próprio, tende a ficar desesperado, desorientado, e sem saber qual o rumo tomar num momento de impasse ou na tomada de uma decisão, assim, não ter controle das emoções, agindo impulsivamente, é uma das razões principais que diminuem as oportunidades de ascensão de empreendedor. As qualidades técnicas são essenciais ao empreendedor, mas quando acompanhadas de um bom domínio emocional, o valor do profissional aumenta muito no mundo corporativo.

Sabe-se que a família tem papel essencial para o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional, podendo tanto favorecer ou desfavorecer a criança, preparando-a ou não emocionalmente para lidar com as frustrações cotidianas ou proporcionando-lhe um ambiente hostil e angustiante no qual pode estar presente a agressão ou a falta de diálogo e comprometimento dos familiares.

Ao envolverem-se com os sentimentos dos filhos, os pais podem ensiná-los estratégias para lidarem melhor com os altos e baixos da vida, aproveitando os momentos frustrantes e de emoções negativas, para desde a primeira infância ensinar aos filhos importantes lições de vida e construir um relacionamento mais próximo com eles com base no afeto e na preparação emocional.

A ação da escola deve complementar a ação da família no que diz respeito às emoções, cabendo a esta contribuir para a formação emocional da criança, tendo os educadores nesse caso uma função extremamente relevante.

É evidente que se essas crianças forem preparadas hoje, para se expressarem, entenderem seus sentimentos, aumentando sua autoestima, amanhã tomará o empreendedorismo no sentido amplo, ou seja, mais como uma forma de ser do que uma atividade.

A Pedagogia Empreendedora (DOLABELA, 2003) aborda a importância da educação emocional no âmbito escolar quando afirma que novos elementos devem ser introduzidos na sala de aula pelos educadores, como a estimulação e valorização das atitudes, emoções, sonhos, comportamentos.

Para o autor conhecer a si mesmo é um dos fatores fundamentais para a construção do sujeito empreendedor, pois o conhecimento de si mesmo permite ao sujeito lidar com as próprias emoções, especialmente se considerarmos que vivenciamos um contexto marcado por instabilidades econômicas e sociais, como também de criar recursos para se sobressair em meio às adversidades. Neste sentido enfatiza a necessidade eminente de se trabalhar com o domínio emocional e com a aquisição de características emocionais que contribuam para a consolidação do sujeito empreendedor. Com base nesse levantamento, será relatada a importância do emocional como ferramenta ao empreendedorismo e a reflexão sobre como os educadores poderão criar possibilidades de automotivação e desenvolvimento da autoestima.

Espera-se refletir a prática educativa, auxiliar no preparo emocional nas escolas, despertar práticas empreendedoras e conscientizar a importância do empreendedorismo na atualidade.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO EMOCIONAL

Antes de abordar a Educação Emocional, devemos compreender o que é emoção. As emoções geralmente são geradas como resposta a eventos externos e internos, de forma que Bisquerra (2000) aponta algumas coisas que auxiliam na compreensão de quando uma emoção ocorre:

Uma pessoa, consciente ou inconscientemente, avalia um evento tão relevante em relação a um objetivo pessoal que é valorizado como importante. A emoção é positiva quando o evento é um avanço em direção à meta e é negativo quando um obstáculo. Portanto, emoção e motivação estão relacionadas. A experiência de uma emoção tende a ser acompanhada por reações involuntárias (mudanças corporais de caráter fisiológico) e (expressões faciais e verbais, comportamentos, ações) voluntárias. Em suma, o processo de experiência emocional pode ser resumido da seguinte forma: Evento – avaliação – As alterações fisiológicas – predisposição para a ação (BISQUERRA, 2000, p. 61).

O corpo humano está naturalmente capacitado para vivenciar essas emoções, a partir de processos que ocorrem no cérebro e no nosso corpo, como também, estímulos externos.

As emoções podem ser compreendidas inicialmente como fenômenos cerebrais amplamente diferenciados do pensamento, que contêm as suas próprias bases e que preparam o organismo para ação em resposta a um determinado estímulo interno ou desafio ambiental (GONSALVES, 2015, p. 29).

Segundo Gonsalves (2015), vivenciar a educação emocional é um ato de amor e é como vemos nesse trabalho o papel da emoção, onde devemos vivenciá-la, mas dentro de um processo educacional. Pensar em educação desvinculada das emoções é repartir algo inseparável; não há coerência nessa atitude, pois, como já vimos, a emoção é natural do nosso organismo; e como somos seres sociais, também as emoções estão presentes nesse âmbito social; por isso, se faz necessário a Educação Emocional para trabalhar as emoções sem essa dicotomia.

Não há dúvida de que as manifestações de afeto transformam as práticas de ensino. As emoções e o afeto passaram a assumir um lugar de destaque na área, chamando a atenção de pesquisadores e educadores. As emoções estão presentes na sala de aula e podem ser vistas desde expressões de carinho e admiração até em expressões de violência (GONSALVES, 2015, p. 13).

No livro Educação Emocional, Gonsalves (2015), apresenta uma concepção de educação emocional onde aborda a importância das emoções como promotoras do bem estar; assim afirma a autora: “Acreditamos que a emoção é uma grande aliada na promoção da saúde e da aprendizagem e que uma aproximação teórica a esse universo pode colaborar efetivamente no sentido de desenvolver novas práticas educativas” (GONSALVES, 2015, p. 17).

A concepção que Bisquerra (2000), traz sobre Educação Emocional é de fundamental importância, pois justifica a partir de alguns pontos, a importância dessa educação com relação à prática, nos diversos campos, inclusive em relação ao empreendedorismo.

A finalidade da educação é o pleno desenvolvimento de toda a personalidade dos alunos. Neste desenvolvimento podem ser distinguidos pelo menos dois aspectos principais: o desenvolvimento cognitivo e desenvolvimento emocional. O primeiro tem tradicionalmente dado uma ênfase especial em detrimento do segundo, que foi praticamente esquecido da prática educativa. Educação emocional é uma proposta para colocar uma ênfase especial a este aspecto, a fim de dar-lhe a importância que merece. A partir do processo educacional: A educação é um processo caracterizado pela relação interpessoal. Qualquer relacionamento interpessoal é permeado por fenômenos emocionais. No processo de aprendizagem individual e autônomo também está presente a dimensão emocional. Tudo isto exige que seja dado uma atenção especial pelas múltiplas influências que as emoções têm no processo educacional. A partir da autoconsciência: "Conhece a ti mesmo" foi inscrita na entrada do templo de Delfos e foi adotado como um lema por Sócrates. Desde então, este tem sido um dos objetivos do ser humano e está presente no ensino. Dentro deste autoconhecimento, um dos aspectos mais importantes do processo educacional. A partir do fracasso escolar: Altas taxas de insucesso escolar, dificuldades de

aprendizagem, o stress antes dos exames, abandono da faculdade e outros fenômenos relacionados são observados. Estes eventos causam estados emocionais negativos, como apatia e em alguns casos, vir a tentativas de suicídio. Tudo isto está relacionado com déficits na maturidade e equilíbrio emocional. A partir das relações sociais: Sabe-se que os relacionamentos podem ser um conflito forte, tanto na profissão como na família, comunidade, lazer e qualquer contexto em que a vida de uma pessoa desenvolve. Estes conflitos afetam os sentimentos, de modo que às vezes podem tornar-se respostas violentas e descontroladas (BISQUERRA, 2000, p. 22.)

A conhecida e divulgada, no meio acadêmico, teoria de Delors (2001), sobre as quatro aprendizagens fundamentais que precisam ser desenvolvidas ao longo da vida: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser, acrescenta também que estes quatro pilares do saber englobam a realização da pessoa na sua totalidade. O autor destaca que o aprender a conhecer seria o mais desenvolvido na educação formal, e em segundo plano fica o aprender a fazer. Já o aprender a viver junto e o aprender a ser ficam relegados às situações 'aleatórias' no dia-a-dia das escolas, não sendo incluídas, de forma equivocada nos planejamentos, pois as aprendizagens de convivência também precisam estar nas práticas da Educação formal, tanto quanto as outras.

Bisquerra (2010) define alguns dos objetivos gerais da Educação Emocional:

Conhecer melhor as próprias emoções; identificar as emoções dos outros; desenvolver habilidade para regular as próprias emoções; desenvolver habilidade de gerar emoções positivas; desenvolver a habilidade de auto motivar-se; buscar regular os efeitos das emoções negativas; assumir uma atitude positiva perante a vida, entre outros. Coloca alguns possíveis efeitos da Educação Emocional, como: o aumento das habilidades sociais; relações interpessoais mais harmônicas; o aumento da autoestima; menores índices de agressões e violência; a melhora no rendimento escolar; a redução da iniciação do consumo de drogas (lícitas ou ilícitas); a redução de sintomas de depressão, tristeza, ansiedade e estresse, etc. (BISQUERRA, 2010, p. 243).

O autor ainda complementa que existem alguns conteúdos importantes a serem abordados por uma proposta de Educação Emocional e que estes devem estar adaptados nível de ensino com o qual se destinam.

OS PAIS COMO PREPARADORES EMOCIONAIS

Visto que as relações sociais interferem diretamente na formação de indivíduos sadios ou na propulsão de distúrbios do comportamento é de relevância analisar agora, a importância da primeira relação social da criança, a família, na educação emocional.

É a família quem primeiro proporciona experiências educacionais à criança no sentido de orientá-la e dirigi-la. Tais experiências ocorrem à maioria das vezes de forma consciente de estarem influenciando no comportamento dos filhos.

Como afirma Lindgren citado por Gottman (1997): "O que é ensinado e aprendido inconscientemente em mais probabilidade de permanecer". No exemplo citado por ele, a criança pode esquecer muitas das noções que aprendeu com os professores, mas lembram do tipo de pessoas que eram e as atitudes que tinham em relação à eles.

Na família ocorre o mesmo. A criança absorve definitivamente os sentimentos que seus pais têm em relação a ela e a vida em geral. Esses sentimentos serão a base para os conceitos que tem de si própria (autoconceito) e do mundo. Uma criança que é desprezada aprende a desprezar-se; uma criança que é amada e aceita tenderá a formar um autoconceito positivo. Isto significa que, os autoconceitos vividos pela criança em sua casa, como em vários ambientes sociais, determinarão o que ele vai aprender e também em grande parte, a espécie de pessoa que se tornará.

Trabalhe junto com seu filho para achar uma solução para o problema. As idéias dos pais podem ser uma benção, sobretudo para uma criança pequena que costuma pensar para imaginar soluções alternativas. Mas é importante se controlar para não assumir o comando. Se você realmente quer que seu filho seja o dono da solução, deve pensar por ele para que apresente idéias (GOTTMAN, 1997, p. 110).

Retornando ao tema autoconceito, vale ressaltar a importância deste aspecto no desempenho da criança escola em todos os setores de sua vida. A criança que acha que é capaz de fazer uma coisa bem feita, certamente terá confiança em seu desempenho e realizará isto melhor. A criança que se acha inteligente e capaz terá vontade de fazer coisas para mostrar aos outros ou a si mesmo que tem valor. Por isso, pode-se dizer que o autoconceito, isto é, a maneira como a criança se vê influirá direto em sua motivação.

Quando a criança não acredita em suas potencialidades e que pode ter sucesso no que pretende fazer, não consegue interessar-se e dedicar-se a contento, pois acredita de antemão que irá fracassar. Com o medo do fracasso a criança nem tenta um novo comportamento ou então toma atitudes inadequadas, num esforço de mostrar aos outros que é alguém. Isto retrata que a criança como o adulto deseja ser admirado e aceito pelos outros. Todas as vezes que o indivíduo percebe que sua imagem está em jogo, esforça-se ao máximo para sair-se bem mobilizando todos os seus recursos.

A esse esforço dá-se o nome de motivação e a imagem conseguida denomina-se autoimagem positiva ou autoestima. De acordo com Gottman (1997) "O desenvolvimento do autoconceito ou auto-estima está diretamente ligado ao domínio de tarefas ao sentimento de competência". (GOTTMAN, 1997, p. 128). Associam-se então, motivação, autoconceito e autoestima como fatores que demonstram significativa importância no processo do desenvolvimento do indivíduo. À medida que a criança cresce vai adquirindo conhecimento de si mesmo e construindo um autoconceito, adquirindo motivação e autoestima, toda sua capacidade de empreender passa a ser influenciada.

Na última década, a ciência descobriu muita coisa sobre o papel da emoção em nossa vida. Os pesquisadores verificaram que até mais do que o QI, a percepção emocional e a capacidade de lidar com os sentimentos determinam o sucesso e a felicidade da pessoa em todos os setores da vida. (GOTTMAN, 1997, p. 20).

Visto que a família é primeira escola de aprendizado emocional cabe aqui apresentar como os problemas familiares podem influenciar no processo de desenvolvimento do indivíduo e como essas influências vão se apresentar diante de todas as situações da vida. Necessário neste momento ressaltar que as dinâmicas familiares, são distintas e se caracterizam pelas interações surgidas a partir da personalidade de cada membro, além do fato de atualmente não existir mais o somente um modelo de família, pai – mãe - filhos, e um único casamento, deve-se atentar a cada realidade para entender como se dá a educação emocional de determinada criança.

Dentro das famílias existem problemas que afetam direta ou indiretamente a criança, refletindo em sua formação emocional. "Assim como uma árvore é afetada pela qualidade do ar, da água e do solo em seu meio ambiente, a saúde emocional da criança e sua Inteligência Emocional serão afetadas pela qualidade dos relacionamentos íntimos que o cercam". (GOTTMAN, 1997, p. 143). Dentre várias questões familiares que interferem na Educação Emocional das crianças, serão aqui expostas as duas mais comuns atualmente.

A separação dos pais, por exemplo, pode trazer um desajustamento social para a criança trazendo como consequência agressividade, angústia, sentimento de abandono e dúvidas, sem saber se continua ou não a ser amado. Porém deve ressaltar que o que se está enfocando é o modelo de relação social que está ensinando, a busca de soluções em conjunto, a empatia para a escuta ou atitudes hostis e ofensivas. E mais prejudicial do que a consumação da separação dos pais é a vivência a situações conflitantes no dia-a-dia.

A superproteção dos pais é outro fator extremamente prejudicial ao desenvolvimento da criança, o que prejudica diretamente suas relações em todas as situações, pois impede a criança de tomar iniciativas, tornando-os passivos e dependentes. Quando os pais exageram em seu amor e passam a uma superproteção trazem a tona diversas situações que não permitem o total desenvolvimento dos filhos, pois, por exemplo, os pais super protegem, forçam a criança a agir sob os padrões no intuito de evitar riscos e com isso não permitem que utilizem de sua criatividade de forma livre. A habilidade de arriscar-se faz parte do processo criativo, crianças superprotegidas evitam de se arriscar, a criatividade estimula a romper regras entrar em contato com novas formas de expressão.

A construção da autoestima também é extremamente prejudicada quando pais são super protetores, pois esta é construída a partir das mensagens verbais e não verbais que a criança recebe de seus pais e o que acontece é que a criança tem misturada sua noção de realidade à fantasia, confunde opiniões com fatos, e dá exagerada atenção as expectativas dos outros (pais). O problema se concretiza quando a criança não consegue responder as expectativas dos pais super protetores, que costumam super valorizar suas crianças, criando um sentimento de frustração de si mesmo, levando a uma conseqüente a baixa autoestima.

As crianças que crescem em lares que pais dedicados e bem intencionados "super cuidam" delas por amarem-nas em demasia, tornam-se adultos conscientes do fato de serem amados, mas vivem também com uma carga de ansiedade, culpa e dependência que pode ser emocionalmente mutilante (ASHNER, 2000, p.11).

O PAPEL DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO EMOCIONAL

Quando o ambiente familiar, em alguma ocasião, não está apresentando à criança as condições mais adequadas ao desenvolvimento e aprendizagens, a escola pode transformar-se numa fonte importante de cuidado do educando. Crianças com grandes dificuldades no plano interpessoal familiar buscarão, na maioria das vezes, um olhar afetivo do professor, do colega de classe, de um funcionário da escola ou mesmo de outros educadores que nela habitam.

As escolas, em sua maioria, preocupam-se em transmitir conhecimento aos seus alunos, porém deixa de lado o emocional, fator que interfere no diretamente no aprendizado e também na vida social desses alunos.

As crianças e jovens aprendem a lidar com fatos lógicos, mas não sabem lidar com fracassos e falhas. Aprendem a resolver problemas matemáticos, mas não sabem resolver conflitos. São treinados para fazer cálculos e acertá-los, mas a vida é cheia de

contradições, as questões emocionais não podem ser calculadas, não tem conta exata. (CURY, 2003, p.15).

O homem passa boa parte de sua vida na escola. A escolarização, mais que ocupar-se com a construção de conhecimentos, com a mera transmissão dos conteúdos obrigatórios, deveria proporcionar ao homem o domínio dos instrumentos do conhecimento para entender o mundo que lhe rodeia e traçar um projeto de vida pessoal/profissional. Neste sentido, a escola desempenharia um papel imprescindível para toda a pessoa.

O relatório Delors (2001) traz como um dos pilares da Educação “aprender a ser”. A educação voltada para o desenvolvimento integral, assim como é entendida pela comissão que redigiu o relatório, compreende: “espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade (p.99)”.

Podemos observar quatro áreas no desenvolvimento de uma criança, as quais são: a física, a cognitiva, a emocional e a social. Essas áreas necessitam estar sintonizadas e precisam se desenvolver na mesma proporção. Uma criança que no dia a dia tem contato com livros, com a internet, com jogos de construção, mas que, ao mesmo tempo, não tem o hábito de frequentar playgrounds, praticar esportes e ter pequenas responsabilidades, como tomar banho ou vestir-se sozinha, indiscutivelmente terá uma área cognitiva prevalecendo sobre as outras (FERNANDES, on line).

Para Goleman (2007), o aprendizado não pode ocorrer de forma distante dos sentimentos das crianças. E essa tarefa exige uma mudança também nos professores, pois estes devem ir além da sua missão tradicional.

No processo da educação emocional, a função do professor é absolutamente fundamental, usando sua sensibilidade para transpor as barreiras do seu próprio conhecimento e da sua prática em sala de aula para abrir espaço para o debate e para a educação emocional. Isso pressupõe que o profissional seja mais do que um vetor de conhecimentos, passando a atuar com a intenção de realmente preparar os alunos a serem conscientes e responsáveis em sua forma de sentir, de pensar e de agir.

Reconhecendo as emoções das pessoas ao seu redor, o professor pode criar um canal extremamente fértil e acessível para uma interação equilibrada a partir de sentimentos como alegria, tristeza, medo, raiva ou até vergonha. Fazer isso inclusive potencializa a capacidade de aprendizado de conteúdos mais tradicionais, pois permite que cada um entenda e desafie os limites de seus estudos e os obstáculos que encontra tanto para aprender o conteúdo quanto para se relacionar com a família e os professores que fazem parte desse processo de aprendizado.

Casassus (2009), ao tratar sobre as emoções e a escola, apresenta dois modelos antagônicos: a escola anti emocional e a escola emocional. Como característica da escola anti emocional, a ênfase da educação é fundamentada na racionalidade e não no emocional. Tal escola padroniza o professor e aluno, controlando “[...] o tempo, a mente, o corpo e, certamente, tenta – se controlar as emoções” (p.201).

Diante deste padrão estabelecido e desse controle que dita normas, o aluno que não se adapta é considerado problemático, não dotado de inteligência e incapaz, e o professor como aquele que apenas investe naqueles que mostram resultados de acordo com as leis do sistema educacional racional.

Esta escola também trabalha com métodos avaliativos baseados em prêmios e castigos, como forma de condicionar as respostas ao certo/errado, numa ótica predeterminada. Mesmo que a escola anti emocional sufoque a expressividade das emoções, as emoções sempre acompanham o ser humano, pois é um componente da essencialidade, portanto, o que a escola antiemocional faz é controlar as emoções, sendo este controle maléfico, porque em resposta são geradas emoções negativas, como o medo, raiva, vergonha, culpa ou estigmatização (CASASSUS, 2009, p. 201).

Neste cenário, a relação do professor e aluno é fragilizada, ocorrendo insegurança da parte dos alunos em se expressarem, sendo os professores autoridades e afetando diretamente a aprendizagem do aluno, que tem suas capacidades e necessidades inibidas, ocorrendo uma relação vertical entre ambos, mas nunca horizontal.

O professor também tem papel limitado, moldando seu ensino em parâmetros pré – estabelecidos, podendo gerar frustração.

Já a escola emocional é aquela que reconhece a necessidade das emoções na aprendizagem, considerando os potenciais individuais e as competências emocionais, tanto do aluno como do professor. Neste modelo escolar há o reconhecimento das necessidades presentes nas pessoas e as emoções são valorizadas, pois “as emoções vêm ‘antes’ e ‘depois’ do conhecimento cognitivo” (CASASSUS, 2009, p.205), conseqüentemente, a escola é constituída por uma organização que preza pelas competências emocionais.

Na escola emocional, professor e aluno possuem proximidade, sendo a flexibilidade uma das características dessa relação, que não limita o professor a enquadrar o aluno no perfil moldado pela pedagogia tradicional, mas que ensina respeitando suas emoções e potencializando-as a favor da educação. Nela, o saber não é centralizado na figura do professor, mas disseminado e estruturado nas relações.

Portanto, é notável observar que o processo educacional é baseado em relacionamentos e é justamente neles que as emoções se manifestam, porque “as relações e os vínculos são essencialmente conexões emocionais” (CASASSUS, p. 206).

Bisquerra (2010) afirma que existem três princípios básicos baseado na educação das emoções, que contribuem para um bom desempenho acadêmico: Todo aprendizado tem uma base emocional, ou seja, para se aprender é necessário suporte emocional no percurso da construção do conhecimento; As emoções positivas são benéficas para a aprendizagem, logo em respostas a essas emoções haverá maior estímulo e interesse e A interação social é de suma importância, pois somos seres sociais e interacionistas, portanto, conclui-se que a interação também leva ao aprendizado.

O EMOCIONAL COMO FERRAMENTA ESSENCIAL AO EMPREENDEDORISMO

Como visto até o presente momento, as emoções e o conhecimento destas é determinante para o sucesso em todas as áreas da vida. Desenvolvendo o autoconhecimento, autoestima, motivação desde a infância, o indivíduo tem maiores chances de ser bem sucedido na área profissional escolhida.

O autoconhecimento e a autoestima são elementos fundamentais na aprendizagem e na construção da pulsão empreendedora, influenciando tanto o processo cognitivo quanto as relações do indivíduo com o outro e com o mundo. Ao se reconhecer fortalecido em sua individualidade e perceber que, pela construção e realização do seu sonho, poderá simultaneamente protagonizar ações para o desenvolvimento da comunidade à qual pertence, o indivíduo se constitui como ser autônomo capaz de cooperar e liberar a sua força criadora (OLIVEIRA, 2010, p. 58).

Desde a década de 90, a partir dos estudos de Goleman (1995) sobre a Inteligência Emocional, esse fator passou a apresentar maior relevância no mundo corporativo do que fatores técnicos e operacionais. A partir de então, aprender a lidar com as emoções tem sido fundamental para o sucesso do empreendedor, pois iniciar um empreendimento requer competências, habilidades e capacidades, que auxiliarão no trabalho diante dos mais variados tipos de situações que podem surgir ao longo da jornada.

É imprescindível a um bom líder empreendedor que consiga conduzir e motivar os colaboradores a lhe apoiarem na conquista dos bons resultados, sabendo se comunicar com maestria, para minimizar os possíveis imprevistos que possam surgir.

Ser criativo, inovador, resiliente, responsável, comprometido e persistente também vai contribuir bastante para que você mantenha suas emoções sob controle, caso a sua empresa tenha que enfrentar crises ou dificuldades com o passar do tempo. É nesse sentido que a inteligência emocional também vai lhe auxiliar, pois ela lhe ajudará a encontrar os recursos necessários em você mesmo para não sucumbir diante das adversidades e para que a sua organização e você desenvolvam um diferencial competitivo diante da concorrência (MARQUES, 2016, *on line*).

Goleman (1995) divide a Inteligência Emocional em cinco habilidades que tornam o empreendedor mais preparado emocionalmente para lidar com os desafios encontrados, pois para o autor saber identificar e controlar as emoções, de onde, como e porque elas surgem, será um diferenciador do indivíduo empreendedor diante das relações. A primeira habilidade emocional que Goleman (1995) cita em sua obra é o autoconhecimento emocional. A importância dessa habilidade para o empreendedor é que este passa a ter menos sofrimento ao tomar decisões importantes e urgentes, pois se conhece melhor, se aceita mais e se pune menos.

Conhecer as próprias emoções. Autoconsciência — reconhecer um sentimento quando ele ocorre — é a pedra de toque da inteligência emocional. A capacidade de controlar sentimentos a cada momento é fundamental para o discernimento emocional e para a autocompreensão. A incapacidade de observar nossos verdadeiros sentimentos nos deixa à mercê deles. As pessoas mais seguras acerca de seus próprios sentimentos são melhores pilotos de suas vidas, tendo uma consciência maior de como se sentem em relação a decisões pessoais, desde com quem se casar a que emprego aceitar. (GOLEMAN, 1995, p. 73)

A próxima habilidade que deve ser desenvolvida pelo indivíduo empreendedor, citada pelo autor é o **controle emocional**.

Lidar com emoções. Lidar com os sentimentos para que sejam apropriados é uma aptidão que se desenvolve na autoconsciência. É a capacidade de confortar-se, de livrar-se da ansiedade, tristeza ou irritabilidade que incapacitam — e as conseqüências resultantes do fracasso nessa aptidão emocional básica. As pessoas que são fracas nessa aptidão vivem constantemente lutando contra sentimentos de desespero, enquanto outras se recuperam mais rapidamente dos reveses e perturbações da vida. (GOLEMAN, 1995, p. 73).

Quando o empreendedor aprende desde cedo lidar com suas emoções, controlá-las, evita que haja perda de tempo com algo ou alguém que desperdem

emoções negativas. A partir do momento que o indivíduo entende como deve se comportar e quais sentimentos acionar ao longo do dia, passa a viver trabalhar e conduzir seus negócios de forma ainda mais efetiva evitando descontroles.

A terceira habilidade emocional citada por Goleman (1995) e extremamente importante ao empreendedor é a automotivação, pois está diretamente ligada a eficácia das ações, fator importantíssimo àquele que deseja empreender. A automotivação faz o indivíduo lembrar constantemente que as suas conquistas, enquanto empreendedor depende mais dele do que de fatores externos.

Por as emoções a serviço de uma meta é essencial para centrar a atenção, para a automotivação e o controle, e para a criatividade. E a capacidade de entrar em estado de “fluxo” possibilita excepcionais desempenhos. As pessoas que têm essa capacidade tendem a ser mais produtivas e eficazes em qualquer atividade que exerça (GOLEMAN, 1995, p. 73)

A próxima habilidade é o **reconhecimento das emoções nos outros – empatia**. Desenvolvendo essa habilidade emocional fundamental ao empreendedor o indivíduo passa a entender os motivos de determinadas ações dos outros e desenvolve assim, formas e mecanismos para lidar com ela, aumentando também a empatia necessária para compreender seu universo. Além disso, passa a aceitá-la, sem julgamentos, o que melhora ainda mais os relacionamentos interpessoais que necessita desenvolver para ter um empreendimento bem-sucedido.

Reconhecer emoções nos outros. A empatia, outra capacidade que se desenvolve na autoconsciência emocional, é a “aptidão pessoal” fundamental. As pessoas empáticas estão mais sintonizadas com os sutis sinais do mundo externo que indicam o que os outros precisam ou o que querem. Isso as torna bons profissionais no campo assistencial, no ensino, vendas e administração (GOLEMAN, 1995, p. 74).

A quinta e última habilidade abordada é **saber lidar com os relacionamentos**. Essa é uma das habilidades mais importantes para o empresário e empreendedor de sucesso. Mais do que técnica e conhecimento, o empreendedor precisa compreender como cada um que cruza o seu caminho trabalha e funciona, para que, juntos, alcancem os resultados positivos para a organização.

Lidar com relacionamentos. A arte de se relacionar é, em grande parte, a aptidão de lidar com as emoções dos outros. São as aptidões que determinam a popularidade, a liderança e a eficiência interpessoal. As pessoas excelentes nessas aptidões se dão bem em qualquer coisa que dependa de interagir tranquilamente com os outros; são estrelas sociais (GOLEMAN, 1995, p. 74).

Outro autor que abrange as emoções ao falar de empreendedorismo é Fernando Dolabela, em sua obra *Pedagogia Empreendedora* (2003).

A *Pedagogia Empreendedora* apresenta uma abordagem totalmente humanista do empreendedorismo, assim sendo, as emoções fazem total parte desta. Essa metodologia prepara o indivíduo para participar ativamente da construção do desenvolvimento social, com vistas à melhoria de vida da população e eliminação da exclusão social.

Não se trata de uma estratégia pedagógica destinada exclusivamente a preparar os alunos para criar uma empresa. Ela desenvolve o potencial dos alunos para serem empreendedores em qualquer atividade que escolherem: empregados do governo, do terceiro setor, de grandes empresas, pesquisadores, artistas, etc.. E também, evidentemente, para serem proprietários de uma empresa, se esta for a sua escolha. Cabe ao aluno, e somente a ele, fazer opções profissionais e decidir que tipo de empreendedor irá ser (DOLABELA, 2005, on line).

Dolabela traz em sua metodologia a importância dos sonhos nas vidas das pessoas e como esses sonhos podem tornar-se realidade e quais ferramentas técnicas e emocionais são necessárias para a realização destes.

É empreendedor, em qualquer área, alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade. O sonho a que refere o conceito é o sonho estruturante, assim chamado porque pode dar origem e organização a um projeto de vida, articulando sinergicamente desejos, visão de mundo. Tal concepção abrange todos os tipos de empreendedores — o que atua na empresa, no governo, no terceiro setor, seja na posição de empregado, seja na de dirigente, autônomo ou proprietário —, pois o toma como uma forma de ser, independentemente da área em que possa atuar, valores, competências, preferências, auto-estima. Sonho estruturante é o sonho que se sonha acordado, capaz de conduzir à auto-realização. Ele responde à seguinte pergunta, formulada pelo senso comum: “Qual é o seu sonho na vida?”. É aquele desejo que faz brilhar os olhos quando se fala nele (DOLABELA, 2003, p. 43).

RESULTADOS

A história do empreendedorismo mostra que a humanidade busca constantemente meios para melhor interagir com o mundo de forma a favorecer suas ações e conquistas.

Acredita-se que nessas conquistas esteja implícita a idéia de empreendedorismo se considerado como o resultado do trabalho daqueles que criam

mudanças, e para tal ação, há de ter o indivíduo, além da capacidade intelectual, domínio de suas emoções.

Nessa perspectiva, Cooper e Sawaf (1997, p. 19) acreditam ser eficaz “a aplicação da Inteligência Emocional na vida profissional e pessoal daqueles que se propõem a uma atitude empreendedora”. Pois, como complementam Soloman apud Cooper e Sawaf (1997, 19) “sem emoções para nos orientar, o raciocínio não tem princípios nem poder”.

Para Goleman apud Engehart (1998, p. 8), “A capacidade de ler os próprios sentimentos, controlar os impulsos, organizar o raciocínio, ficar calmos e otimistas diante das provas com que nos defrontamos e, sobretudo, escutar o outro” são algumas das características de pessoas que têm conhecimento de suas emoções.

Infere-se daí que o Quociente de Inteligência - QI, por si só não é suficiente para o sucesso dos empreendedores visto que “somente 20% dos fatores determinam o sucesso. Os 80% restantes estão ligados a outros fatores que incluem o que podemos chamar de inteligência emocional”. (ENGELHART: 1998, p. 8)

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados apresentados mostram total relação entre a Educação Emocional e o sucesso do empreendedorismo.

O conhecimento e controle das emoções figura como fatores essenciais para que o indivíduo consiga se destacar e manter sua posição no mundo corporativo.

É necessária uma reflexão por parte de pais e educadores da necessidade de auxiliar as crianças a desenvolverem habilidades de lidar com suas emoções desde a primeira infância.

Os pais como primeiros preparadores emocionais tem grande responsabilidade de fomentar nos filhos a necessidade e importância do diálogo, da empatia e da necessidade de fazer e manter amigos.

O envolvimento dos educadores nessa tarefa é também essencial porque, em geral, as escolas são o primeiro espaço de socialização e uma criança que seja bem-aceita e valorizada certamente estará mais desperta para o aprendizado, pois entenderá que errar faz parte da vida e aprenderá como agir diante de uma dificuldade, persistindo e se esforçando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após conhecer os conceitos descritos nesse estudo e refletir sobre eles, pode-se concluir que todo ser humano pode ser empreendedor e que a educação é o processo que faz aflorar essa condição através de educação emocional.

Durante a realização deste estudo surge em pauta nas reuniões acadêmicas o conhecimento da Base Nacional Comum Curricular, que traz em suas competências e habilidades o desenvolvimento completo do educando, inclusive o emocional.

A educação emocional deve ser tratada de forma bastante contundente pelas famílias e escolas. Sendo a família o lugar de primeiro aprendizado, cabe a esta preparar emocionalmente as crianças para a vida, porém, nos dias de hoje, com muitas famílias desestruturadas, essa missão passou também a ser da escola. A educação deve ser capaz de estimular e desenvolver a capacidade de fazer os alunos despertarem para o mundo que o cerca.

Não se trata de buscar novos conteúdos ou novas disciplinas, mas sim de dar as crianças habilidades e competências emocionais para que se tornem empreendedoras e busquem um mundo melhor. Para tanto é necessário que os educadores desempenhem um novo papel, não o de somente transmitir conteúdos, mas o de auxiliar os alunos na realização de seus sonhos, ajudando-os a descobrir suas forças e potencialidades.

Ser empreendedor é algo acessível a qualquer pessoa e a separação entre o sonho (vontade, desejo, objetivo) e a sua realização pode estar na base da construção de suas percepções afetivas e emocionais. Uma pessoa bem educada emocionalmente tende a ser um indivíduo capaz de empreender de forma mais eficaz, consegue desenvolver habilidades necessárias para lidar com suas emoções e as do outro também, sendo essas características essenciais ao empreendedor.

Segundo Dolabela (2003) “Empreender é um ato essencialmente humano” e com isso toda a carga que representa: ações dominadas por emoção, desejos, sonhos, valores; ousadia de enfrentar as incertezas e de construir a partir da ambiguidade e no indefinido, consciência da inevitabilidade do erro em caminhos não percorridos; rebeldia e inconformismo; crença na capacidade de mudar o mundo, indignação diante de iniquidades sociais.

REFERÊNCIAS

ASHNER, L., 2000, “**Problemas de Aprendizagem**”, Rio de Janeiro, Ática, p. 11.

BISQUERRA, R. A., 2000, “**Educación emocional y bienestar**”. Barcelona, Praxis, pp. 22-66.

_____, 2010, “**Atividades para o desenvolvimento da inteligência emocional nas crianças**”, Barcelona, Arteplural, p. 243.

CASASSUS, J. , 2009, “**Fundamentos da educação emocional**”, Brasília: UNESCO, Liber Livro Editora, pp. 201-206.

COOPER, R. Sawaf, A., 1997, “**Inteligência Emocional na Empresa**”, Rio de Janeiro, Campus, p. 19.

CURY, A, 2003 “**Pais brilhantes, professores fascinantes**”, Rio de Janeiro, Sextante, p. 15.

DELORS, J. , 2001, “**Educação um tesouro a descobrir**”. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI. 6. ed. Tradução José Carlos Eufrázio, São Paulo, Cortez. 240 p.

DOLABELA, F., 2003, “**Pedagogia Empreendedora**”, São Paulo, Editora de Cultura, p. 43.

_____, 2005, “**Pedagogia Empreendedora: ensino de empreendedorismo na educação básica**”, Disponível em: <https://fernandodolabela.wordpress.com/servicos-oferecidos/pedagogia-empreendedora>. Acesso em 26 fev 2023.

FERNANDES, V.L, “**O Desenvolvimento da Criança na Educação Infantil**”, Disponível em: <http://www.objetivo.br/conteudo.asp?ref=cont&id=852>, Acesso em 10 mar 2023.

GOLEMAN, D. , 1995 “**Inteligência Emocional**”, Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, pp. 73 a 75.

_____, 2007, “**Inteligência Emocional. A teoria revolucionária do que é ser inteligente**”, Rio de Janeiro. Objetiva, 2007, 384.

GONSALVES, E. P., 2015, “**Educação e Emoções**”, Campinas, Alínea, pp. 13-27.

GOTTMAN, J. C., 1997, “**Inteligência emocional e a arte de educar nossos filhos**”, Rio de Janeiro, Objetiva, pp. 110 a 143.

MARQUES, M., “**A inteligência emocional como fator competitivo para empreender**”, Disponível em: <http://marcusmarques.com.br/empreendedorismo/inteligencia-emocional-fator-competitivo-empreender>. Acesso em 10 mar 2023.

OLIVEIRA, M. A., 2010, “**Gestão e pedagogia empreendedoras urgem educador-empreendedor**”. ECCOM, v. 1, n. 2, p. 55-60, jul./dez., 2010. Disponível em: <http://publicacoes.fatea.br/index.php/eccom/article/viewFile/407/263>. Acesso em 20 fev 2023.



JOGOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 3 A 5 ANOS

Paula Teles de Medeiros

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Neuropsicopedagogia Clínica, Neurociência na Educação, Gestão e Mediação de Conflitos e Atendimento Educacional Especializado.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar os jogos e o Referencial Curricular Nacional na sua proposta dentro do ensino no modelo Construtivista. Para a construção deste trabalho, foram utilizados documentos pedagógicos, bibliografias na área da Educação Infantil e entrevistas com profissionais que desenvolvem trabalhos pedagógicos no âmbito dos jogos matemáticos. Os resultados demonstram um desenvolvimento psicossocial e motor na criança de 3 a 5 anos ao longo de um ano de projetos voltados para o jogo construtivista. O brincar através de jogos só tem a somar, já que na convivência social, as crianças têm necessidade de descobertas, são criativas e muito produtivas, desta forma, quanto mais elas experimentarem, mais aprenderão e assimilarão os conhecimentos adquiridos. Através deste, procuro salientar a importância do brincar na vida do ser humano e, em especial na vida das crianças, que tem sede de conhecimento e estão abertas a novas descobertas. Concluo que é de fundamental importância a participação dos educadores nas atividades, para desta forma contribuir na ampliação do conhecimento, proporcionando uma base sólida para atividades físico-motoras, sociais e culturais. O tema escolhido possibilita aos professores e educadores, a compreensão de que os alunos adquirem conhecimento também através dos jogos. Podendo assim, integrar ao processo de ensino-aprendizagem e contribuir para o desenvolvimento afetivo, psicomotor, social e pessoal da criança que esta em plena busca por conhecimento.

Palavras- Chave: Referencial Curricular Nacional; Jogos na educação infantil; Construtivismo;

INTRODUÇÃO

O trabalho busca elucidar a importância do jogo na esfera de desenvolvimento psicossocial e cognitivo infantil dentro da faixa de 3 a 5 anos. O embasamento teórico para a realização deste trabalho foi fundamentado nas teorias e pesquisas de Kishimoto entre outros autores da concepção Construtivista.

A educação infantil nos leva a refletir sobre as práticas pedagógicas voltada para as crianças. A curiosidade e interesse pela temática dos jogos nos levaram a pesquisar e analisar diversos estudos que demonstraram que a criança expõe o que sabe e que adquire novos saberes principalmente por meio de situações lúdicas, em especial pelos jogos.

A criança durante o jogo desenvolve iniciativa, autoconfiança e autonomia, interage, desenvolve a linguagem e diversos processos de raciocínio. Nas múltiplas habilidades desenvolve observação, análise levanta hipóteses, toma decisões, reflete, argumenta e organiza seus pensamentos.

Este artigo retrata, em anexo, o trabalho pedagógico desenvolvido por professoras na rede municipal de Sorocaba, suas expectativas e projetos desenvolvidos, bem como um exemplo de ficha de avaliação diagnóstica utilizada pelo profissional para ajudar neste trabalho sobre o desenvolvimento da criança na creche.

Visualizei professores planejando suas aulas e avaliações diagnósticas utilizando jogos como meio de identificar particularidades, habilidades e dificuldades em seus alunos; suas justificativas de plano de aula afirmam que tais jogos permitem aos alunos expressar suas idéias e experiências, demonstrar sua capacidade motora e vivenciar situações problema de maneira lúdica e espontânea. Por meio deste trabalho proponho uma reflexão do trabalho pedagógico que atualmente se desenvolve em escolas de Educação Infantil, suas teorias educacionais construtivistas e o Referencial Curricular Nacional.

O REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL E OS JOGOS MATEMÁTICOS

O Referencial Curricular Nacional (RCN) foi elaborado a fim de conseguir unir todas as pesquisas na área da Educação Infantil no que diz respeito à criança e seu desenvolvimento psicossocial, motor e cognitivo. Através do Referencial o professor direciona melhor o seu trabalho para diversas áreas e em especial os jogos na Educação Infantil. O Referencial aborda o trabalho pedagógico com a matemática

desde cedo e é ele quem estabelece uma diretriz para o professor criar condições de construir nas crianças valores e desenvolvimento psicossocial.

O jogo, segundo o RCN (1991) não deve ser um eixo no trabalho com a matemática, mas pode ser uma boa possibilidade para potencializar os conteúdos na área. Constance Kamii, pesquisadora de Jean Piaget e especialista em Educação Matemática, revelou-se uma investigadora da aprendizagem dos jogos na educação infantil.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, do MEC, o trabalho com a matemática nas classes de educação infantil de 3 a 6 anos está dividido em eixos que estabelecem algumas noções matemáticas presentes no cotidiano da criança, como contagem oral, reconhecer os números, as operações numéricas, noções espaciais, como ferramentas necessárias no seu cotidiano. Comunicar idéias matemáticas, hipóteses, processos utilizados e resultados encontrados em situações-problema relativas às quantidades, ao espaço físico e a medida, utilizando a linguagem oral e a linguagem matemática. Ter confiança em suas próprias estratégias e na sua capacidade para lidar com situações matemáticas novas, utilizando seus conhecimentos prévios. Na educação infantil a brincadeira é o começo de todas as relações sociais da criança com o mundo em que vive.

Segundo Wallon: A criança concebe o grupo em função das tarefas que o grupo pode realizar, dos jogos a que pode entregar-se com seus camaradas de grupo, e também das contestações, dos conflitos que podem surgir nos jogos onde existem duas equipes antagônicas. (WALLON, 1979, p.210).

O jogo tornou-se um objeto de estudo para psicólogos, educadores e pesquisadores por sua fundamental importância para a construção de conhecimentos e o desenvolvimento da criança na educação infantil.

Os jogos Infantis e Jogos Educativos serão abordados neste artigo com o propósito de introduzir o leitor ao conhecimento das especificidades dos jogos e suas relações com o desenvolvimento infantil.

Conforme nos aponta Tizuko Morchida Kishimoto (2007) em seus estudos fala sobre o Jogo como brincadeira e educativo, inicialmente há necessidade de compreensão da relação e diferenciação entre eles.

Brincadeira é a criança escolher por si própria o ato lúdico, sem se importar sobre o que ele vai lhe proporcionar. No final o lúdico organizado por ela trará uma aquisição de conhecimentos e não apenas só o prazer do brincar. A brincadeira lúdica ao contrário do jogo educativo que propõe as atividades é tão importante quanto para o desenvolvimento infantil.

Jogos educativos vão além da parte lúdica, com proposta educacional de estimular a aprendizagem através da interação social e da resolução de problemas. A criança através do lúdico é obrigada a raciocinar e estimular as suas capacidades cognitivas e desenvolver a sua coordenação motora e reflexiva. Os jogos educativos estimulam o pensamento, a noção de tempo, espaço, desenvolvem habilidades como força, destreza, rapidez e concentração.

Jogo e brincadeira estão relacionados à medida que analisamos a particularidade do jogo infantil e jogo educativo, pois eles apresentam regras, sejam implícitas ou explícitas. Enquanto brincadeiras de faz-de-conta apresentam regras implícitas que estão internalizadas na criança como a de mamãe e filhinha, por exemplo; a amarelinha exige regras explícitas para sua organização e desenvolvimento.

Ressaltando algumas modalidades de jogos existentes na educação infantil e que são freqüentemente utilizados nesta rede de ensino, encontramos os jogos educativos, brincadeiras tradicionais ou folclóricas, brincadeiras de faz-de-conta e jogos de construção.

Segundo Kishimoto (2007), os jogos educativos, entendidos como recursos que educam e divertem ao mesmo tempo estimulam o aprendizado de inúmeras formas, por exemplo, o jogo de encaixe que apresenta cores, formas e seqüências, as parlendas que desenvolvem a expressão corporal e linguagem, jogos que envolvem danças, música, gestos e sons, movimentos corporais, todos relacionados com o desenvolvimento afetivo, motor e simbólico.

A intencionalidade pedagógica na utilização destes jogos, excepcionalmente considerando a criança e suas cognições, afetividades e interações sociais; permitem ao aluno várias formas de desenvolvimento de suas múltiplas inteligências, desde que mantida à criança a oportunidade de agir espontaneamente, assim o educador estará promovendo situação de aprendizagem, pois permite a construção do conhecimento por meio do mundo lúdico, do prazer e da capacidade de ação ativa e motivadora.

A brincadeira do faz-de-conta também chamada de simbólica, e á que mais demonstra a presença da imaginação, ela altera o significado dos objetos e dos eventos, nela a criança expressa sonhos e fantasias assumindo papéis presentes no seu cotidiano. Por meios dos jogos simbólicos expressam suas experiências adquiridas anteriormente em diferentes contextos. Estas brincadeiras estão incluídas no currículo escolar das escolas observadas neste trabalho, tais interações acontecem semanalmente quando as crianças levam a escola brinquedos pessoais de

sua livre escolha, nestes momentos os educadores promovem situações em que as crianças brincam livremente expressando acontecimentos familiares e do cotidiano escolar, representam histórias, solucionam conflitos e problemas etc. Estas situações norteiam o trabalho dos educadores sobre os interesses dos alunos, possibilitando observar parte do contexto social em que estão inseridos e acompanhamento individualizado de seu desenvolvimento e significação de mundo.

Em seus estudos, Kishimoto (2007) nos relata a importância das Brincadeiras de Construção, ou jogos de construção, pois, eles enriquecem a experiência sensorial, a criatividade e habilidades motoras. Jogos como o de montar cidades utilizando tijolinhos permite a criança expressar suas representações mentais enquanto manipula objetos. Em seu livro intitulado: *Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação*, Kishimoto nos diz:

Construindo, transformando e destruindo, a criança expressa seu imaginário, seus problemas e permite aos terapeutas o diagnóstico de dificuldades de adaptação bem como a educadores o estímulo a imaginação infantil e o desenvolvimento afetivo e intelectual. Dessa forma, quando está construindo, a criança está expressando suas representações mentais, além de manipular objetos. O jogo de construção tem uma estreita relação com o de faz-de-conta. Não se trata de manipular livremente tijolinhos de construção, mas de construir casas, móveis ou cenários para as brincadeiras simbólicas. As construções se transformam em temas de brincadeiras e evoluem em complexidade conforme o desenvolvimento da criança (KISHIMOTO, 2007, p.40).

Os estudos de Kishimoto (2007) são uma grande ferramenta para os educadores, pois possibilita maior compreensão sobre a importância dos jogos para crianças em fase pré-escolar e tais saberes podem nortear o desenvolvimento do trabalho pedagógico dentro da linha construtivista, desde que respeitando as capacidades individuais aliado as necessidades e interesses dos alunos.

OS JOGOS COMO PROMOTORES DA FORMAÇÃO PESSOAL E SOCIAL

Os jogos matemáticos são muito importantes na vida das crianças, pois é através deles que elas compreendem o meio em que estão inseridas, desenvolvendo assim conhecimentos e competências necessárias para o seu crescimento. É considerado também um meio para melhorar as relações interpessoais e o desenvolvimento em várias dimensões. Na formação Pessoal, o jogo coloca o aluno diante de situações lúdicas, faz com que ele compreenda seus limites e possibilidades,

favorecendo a construção da identidade e autonomia, autoestima, cooperação, raciocínio lógico, curiosidade, superação de desafios e desenvolve a expressão oral e corporal. Na formação Social, o jogo leva as crianças a interagirem, pois ao interagir, elas observam condutas, apropriam-se de valores e significados e constroem um repertório de regras, formam conceitos, reforçam habilidades sociais, reduz a agressividade e constroem seu próprio conhecimento.

No caso de jogos e brincadeiras infantis consideramos alguns pontos importantes principalmente quanto à sequência didática. A sequência didática pode ser potencializada pelo uso de ótimas atividades motoras através de jogos, expressões corporais, psicomotricidade, danças. Para que o interesse e o aprendizado ocorram juntos ao objetivo matemático, o professor precisa ter a Intenção Educativa, planejar situações de aprendizagem entre a atitude, iniciativa, etapas e objetivos.

O Construtivismo não é um método e sim uma teoria que se preocupa em pesquisar e propor inovação na área da aprendizagem. Traz o pensamento do Iluminismo sobre a condição do ser humano de criar e modificar o meio em que vive, inovar e tornar-se agente de transformação da sua própria aprendizagem.

A criança na visão Construtivista aprende brincando e socializa-se com mais facilidade já que o brincar faz parte do seu mundo e contribui para o seu desenvolvimento. As brincadeiras e os jogos no cotidiano escolar proporcionam momentos de descontração e aprendizagem. O professor que utiliza os jogos matemáticos no seu trabalho pedagógico desperta na criança o interesse pela descoberta do novo contribuindo assim para o seu desenvolvimento psicossocial e motor. Ao desenvolver os jogos matemáticos com as crianças, o professor ajuda-as a organizar melhor os pensamentos, ter autonomia, construir conhecimentos e com curiosidade se desenvolver de forma saudável. A criança enquanto joga reflete e aprende, assimila e equilibra suas novas descobertas construindo dentro de si algo que levará para toda vida, e muitas vezes determinará como será sua capacidade de enfrentar situações problemas que frequentemente passará em suas relações sociais, profissionais e educacionais.

Para Smole (2000), muitos são os estudos que tem mostrado finalidades dos jogos no ensino. Um dos primeiros, senão o mais importante a demonstrar que a visão construtivista pode instigar a curiosidade foi Jean Piaget (1896-1980), definindo que a criança pode encontrar respostas a partir de seus conhecimentos iniciais e da sua interação com o outro. O construtivismo nos jogos propõe que a criança através da experiência em grupo, seja estimulada a aprender e a desenvolver seu raciocínio. A

criança aprende na área da matemática noção de proporção, quantidade, volume e causalidade, construindo dentro da sua realidade um mundo de objetos e significados.

Tendo trabalhado com Piaget na Escola de Genebra, e se constituído uma discípula na continuidade dos estudos sobre o desenvolvimento cognitivo da criança, Kamii estabeleceu deduções da teoria para a prática, ofereceu hipóteses para a ação educativa compreender melhor o desenvolvimento mental infantil. A criança com que Kamii trabalhou vai desde os 2 anos até os 7anos. Kamii concebe: "(...) a construção do número como o principal objetivo para a aritmética das crianças escolarizadas de 4 a 6 anos, dentro do contexto da autonomia como finalidade da Educação."(Kamii, 1985, p.37).

Segundo Piaget: "O jogo é, portanto, sob as suas duas formas essenciais de exercício sensório-motor e de simbolismo, uma assimilação do real à atividade própria, fornecendo a esta seu alimento necessário e transformando o real em função das necessidades múltiplas do eu. Por isso, os métodos ativos de educação das crianças exigem que se forneça às crianças um material conveniente, a fim de que, jogando, elas cheguem a assimilar as realidades intelectuais que, sem isso, permanecem exteriores à inteligência infantil". (PIAGET, 1976, p.160).

Segundo Kamii, Piaget (1947) afirmou que a interação social é indispensável para que a criança desenvolva uma lógica e que a vantagem dos jogos em grupo ocorre enquanto os problemas encontrados no dia-a-dia incentivam o raciocínio lógico-aritmético, eles, por sua vez, não fornecem ações repetitivas de adição. Jogos em grupo fornecem caminhos para um jogo estruturado no qual eles são intrinsecamente motivados a pensar e a lembrar de combinações numéricas, a desenvolverem confiança, habilidades e estratégias, incentivando assim a interação social e competição, pois permitem que a criança decida o qual jogo quer jogar, quando e com quem.

Alguns autores mencionam a importância dos jogos e suas contribuições para o desenvolvimento infantil. São eles: Kamii, Kishimoto, Azevedo, Fernandez, Ortega y Gasset, Bruna, Lopes, Macedo e Krullik.

Para Kamii (1991), quando as crianças atingem 4 anos elas tornam-se sociáveis e os jogos passam a ser uma atividade natural e atrativa para elas. É através da educação infantil que se pode através de situações devidamente planejadas, contribuir para a formação da criança através das situações-problemas. A criança aprende de forma positiva a refletir buscando soluções criativas e construindo seu conhecimento.

Kishimoto (1994) define que o jogo é importante para o desenvolvimento infantil, porque propicia a descentração, a aquisição de regras, a expressão do imaginário e apropriação do conhecimento.

A autora Azevedo (1993) afirma que os jogos permitem a colocação de problemas, favorecendo assim a criatividade e a elaboração de estratégias de solução, portanto os problemas colocados pelos jogos se constituem num fator de desafio que instigam a criança à ação e a busca pela superação dos desafios.

O autor Fernandez (1991) defende que o jogo descentra, porque outorga possibilidade de uso. O espaço do jogo é um espaço transacional, de confiança e de criatividade.

Já, Ortega y Gasset (1987) afirma que a cultura pode ser considerada mais como filha do jogo do que do trabalho. e de acordo com Bruna (1976), na educação infantil o jogo também tem a função de desenvolver a linguagem materna, pois segundo ele durante o jogo, a criança exercita e desenvolve sua linguagem como instrumento de pensamento, comunicação e ação.

Segundo Lopes (2005, p.98), “É necessário estabelecer parâmetros educativos para as crianças do mundo atual, considerando-as, como sujeitos, em três dimensões: a corporal, a afetividade e a cognitiva que devem desenvolver-se simultaneamente”.

Para Macedo (1992), o jogo tem ganhos afetivos, sociais e cognitivos, com três pontos presentes em qualquer jogo: objetivo ou situação-problema; resultado; conjunto de regras. Macedo define: o Afetivo quando a criança aprende a lidar com sentimentos inerentes ao ser humano como o ciúme, a inveja e a frustração; o Social quando existe a comunicação e a interação entre os jogadores; e o Cognitivo com a construção de conhecimentos e procedimentos, descoberta de erros e de como superá-los.

Existem diferentes concepções sobre o que é jogo e também sobre a diferença entre jogo, brinquedo e brincadeira. Krulik (1993) afirma que o jogo deve ser para dois ou mais jogadores, sendo, portanto, uma atividade que as crianças devem realizar juntas; O jogo deverá ter um objetivo a ser alcançado pelos jogadores, ou seja, ao final, haverá um vencedor; O jogo deverá permitir que os alunos assumam papéis opostos e cooperativos, isto é, o jogador deve saber da sua importância na realização dos objetivos do jogo, na execução das jogadas, nas regras estabelecidas, na cooperação e na aceitação das suas consequências; O jogo deve ter regras pré-estabelecidas onde a criança poderá utilizar estratégias, estabelecer planos, executar

jogadas e avaliar a eficácia nos resultados obtidos, isto é, o jogo não deve ser mecânico e sem significado para os jogadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho expôs a importância dos jogos dentro da concepção construtivista e de acordo com o RCN. Ressalto a necessidade dos educadores utilizarem os jogos como ferramenta de trabalho para o sucesso dentro de sala de aula, pois o mesmo favorece a aprendizagem tornando-a prazerosa e natural para a criança. As pesquisas realizadas por diversos autores e psicólogos proporcionaram um rico arsenal de informações e experiências que facilitam o trabalho pedagógico dos profissionais da educação, percebi isto durante observações realizadas em escolas da rede municipal, pois as crianças se mostraram motivadas e atentas durante as atividades propostas, o que demonstra que estavam de acordo com suas necessidades e interesses. A familiaridade com as fases de desenvolvimento das crianças possibilita o êxito da aprendizagem. Ao reconhecermos a importância dos jogos mediante as necessidades e interesses dos alunos podemos proporcionar situações de aprendizagem significativas e de qualidade. Os estudos demonstraram que é de extrema importância que o professor planeje os jogos voltados para uma avaliação individual diagnóstica.

REFERÊNCIAS

ANGOTTI, Maristela. **O trabalho docente na pré-escola: revisitando. Teorias descortinando práticas**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

BRASIL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA - **Referencial Curricular Nacional, Vol. 01 ao 03** - Educação Infantil, 1991.

DEVRIES, Rheta. **Jogos em Grupo na Educação Infantil: Implicações da Teoria de Piaget**. Edição Revisada, Trajetória Cultural, 1980.

ELKONIN, D.B. **Psicologia do jogo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KAMII, Constance. **A Criança e o Número**. Campinas: Editora Papyrus, 2002.

_____. **Reinventando a Aritmética: Implicações da teoria de Piaget**. 4ª edição
Campinas: Editora Papyrus, 1991.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira, 1994.

_____. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** São Paulo: Cortez, 2007.

MONIQUE, Deheinzelin. **Construtivismo: Poética das Transformações.** São Paulo: Ática, 2002.

PIAGET, J. **A representação do mundo na Criança: com o concurso de 11 colaboradores.** Aparecida: Idéias e Letras, 2005.

SMOLE, Kátia C. S. S.- **A matemática na Educação Infantil: A teoria das inteligências na prática escolar.** Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

REFLEXÕES SOBRE A DOCÊNCIA, DISCÊNCIA E ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO PÓS PANDEMIA



Hadassa Raquel Macedo Bilac Viana

Formada em Pedagogia.



Samara Elyza Macedo de Araújo

Formada em Pedagogia e em Letras, Especialista em Atendimento Educacional Especializado, Educação Infantil, Prática de Letramento e Alfabetização, e com Pós Graduação em Neuropsicopedagogia e Gestão Escolar, e com Mestrado em Educação.



Tatiane Aparecida de Araújo

Formada em Pedagogia e Especialista em Atendimento Educacional Especializado, Alfabetização e Letramento e Educação Infantil e com Pós Graduação em Gestão Escolar.

RESUMO

O contexto pós pandemia enalteceu o fenômeno da desigualdade social no Brasil. As aprendizagens dos alunos sofreram forte impacto devido ao isolamento social. As escolas, para além de suas possibilidades, buscaram alternativas para atender seus alunos a contento, do ponto de vista da qualidade das aprendizagens. No entanto, foram muitos os entraves evidenciados, sobretudo, no que se refere ao uso da tecnologia e da internet para chegar aos rincões e a todos os alunos de um Brasil diverso e desigual. Este artigo tem por objetivo apresentar reflexões acerca do ensino e aprendizagem pós pandemia, a relação docência e discência e, ainda, apresentar

contribuições para a discussão sobre o que as escolas realizaram e poderão realizar para a efetivação da alfabetização de todos, como direito conforme preconizado na legislação federal vigente. Para a consecução da pesquisa foi utilizada pesquisa bibliográfica de livros, artigos e legislações que discorrem sobre a temática da educação. Os resultados apontam para a necessidade de que as secretarias de educação, estadual e municipal, fomentem processos de formação continuada docente visando à recuperação das aprendizagens discentes.

INTRODUÇÃO

A alfabetização no Brasil enfrenta mais um novo desafio: ressignificar-se num contexto adverso perante a realidade educacional oriunda do contexto pós pandemia. Mas, para analisar os efeitos da pandemia nos processos de ensinar e aprender - no espaço da escola - é necessário levantar questionamentos e tecer reflexões acerca do todo social que, efetivamente, sucumbiu à nova realidade desenhada pelos efeitos da epidemia, em nível global.

É sabido de todos que a pandemia da COVID-19 influenciou inúmeras áreas de grande relevância social e que influenciou diretamente no contexto da vida dos indivíduos em sociedade, haja vista que modificou as relações de comércio, evidenciou a enorme discrepância de classes existente no país e acentuou a pobreza.

Dados apontados pela FGV – Fundação Getúlio Vargas em um artigo intitulado "Mapa da riqueza no Brasil" de 2023 dão conta que a desigualdade no Brasil se acentuou – mais ainda na pandemia. Enfatizou ainda que isso influenciou, sobremaneira, as camadas populares, ou seja, aqueles que, historicamente, são excluídos do acesso aos bens econômicos, sociais e culturais.

De certa forma o mundo sofreu o impacto do isolamento social e, no Brasil, não foi diferente.

Pode-se citar a área da saúde como a mais afetada, com inúmeras mortes e um sistema de saúde que colapsou em diversos momentos. Outra área que sofreu fortemente foi a de infraestrutura e outros setores relacionados às mais diversas áreas da sociedade. O emprego diminuiu e as mudanças nas relações de trabalho, relacionadas à utilização da tecnologia e sua forma remota, deram continuidade - de modo forçado. O enfoque da sociedade voltou-se, sobretudo, para a garantia da vida, princípio mestre da Constituição Federal de 1.988 e todos os esforços foram direcionados, em conjunto, para a saúde.

Foi a saúde, mais especificamente o SUS – Sistema Único de Saúde - que esteve na linha de frente durante a pandemia e foram os seus profissionais que mostraram sua força nos momentos mais difíceis. Não há como negar que a saúde era, naquele momento, a área mais essencial, dentre as essencialidades previstas na legislação nacional.

Todavia, durante o período de isolamento, os sistemas educacionais procuraram, de todas as maneiras possíveis, organizar-se para atender a demanda educacional.

As escolas, de modo instantâneo e de um dia para o outro, necessitaram fechar suas portas e isso representou prejuízo significativo à educação de milhares de crianças e jovens no Brasil.

Não obstante, especificamente, verificou-se que a escola – sobretudo a escola pública - não apresentava condições para, de modo urgente, modificar suas estratégias de ensino voltadas para um atendimento remoto de qualidade a todos.

Deste modo, este artigo pretende dialogar sobre a mudança radical perpassada pela escola no contexto de pandemia e pós pandemia. Pretende, ainda, refletir sobre como o ensino remoto impactou a aprendizagem das crianças, principalmente, àquelas em fase de alfabetização.

Por fim, a proposta deste trabalho é apresentar proposições e sugestões diversas para que o ensino e a aprendizagem escolar possam avançar neste novo tempo em que as fragilidades da escola foram expostas, sobretudo na perspectiva da alfabetização como direito de todos os estudantes.

A DOCÊNCIA E A DISCÊNCIA NO CONTEXTO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM ESCOLAR

O célebre educador Paulo Freire já citava em sua obra: *Pedagogia da Autonomia* a frase: “*Não há docência sem discência*” e nunca esta fala foi tão real e debatida pelos teóricos da educação, vivenciada pelos profissionais que participam da escola. Por que não dizer também que nunca se viu a escola se reinventar em tão pouco tempo para atender às necessidades de seus alunos.

A docência, na seara do referido autor, pode ser descrita como aquela que se embrenha na figura do professor/ educador. Aquele intelectual que ensina os conteúdos com objetivo claro de que seu aluno possa avançar em seu conhecimento, com ênfase naqueles relacionados à cultura e aos saberes historicamente construídos pela humanidade. Nesta perspectiva, a docência acontece num contexto dialógico e

participativo (FREIRE,1994) em que o educando participa, criticamente, de sua aprendizagem e se indaga sobre ela, constantemente. Desse modo, o professor, ao ensinar acaba aprendendo com seu aluno e assim vai ressignificando sua atuação profissional.

Na ótica do discente, aqui compreendido como o aluno/educando, o saber está para ser apreendido e há, por parte dele, a percepção que outro indivíduo, mais experiente em termos de vivências e de conhecimentos adquiridos, contribuirá com sua formação.

Ao buscar conhecimento e ao tentar alcançar o que ainda não se sabe, o aluno é envolvido sobremaneira em sua aprendizagem e, por conseguinte, acaba por estabelecer diálogo profícuo com seu mestre – o docente (FREIRE,1994).

Ao aprender, acaba ensinando muitas coisas e é, nesta relação, que se constrói a base para a aquisição do conhecimento escolarizado e também de mundo. A reinvenção da escola acontece toda vez que a relação docência-discência sofre a ação de alguma influência escolar ou social. Se há algum abalo ou qualquer tipo de ruptura nesta relação não há aprendizagem sistematizada entre aluno e professor e isso pode se tornar um forte empecilho para a construção da identidade estudantil e social de crianças e adolescentes.

A partir desta reflexão é imperativo que se discutam as relações do ensino e da aprendizagem no contexto das aulas remotas, sobretudo no recorte dos anos de 2020 e início de 2021, na escola brasileira.

Na inexistência de um sistema nacional de educação, coeso e coerente, cada ente federativo buscou alternativas para organizar seus sistemas. Estados e municípios vivenciaram o flagrante descaso histórico do estado com escolas e suas estruturas.

Com uma realidade tão diversa, em que ricos e pobres desfrutam de escolas diferentes, o Brasil enfrentou, além da crise sanitária advinda da pandemia da COVID-19, uma crise educacional catastrófica que acentuou as diferenças e colocou em “xeque” a tão sonhada e almejada equidade, inclusive, premissa destacada em inúmeros atos legais voltados a normatização da educação.

Quando não há uma orientação clara acerca dos rumos e possíveis caminhos a serem trilhados no contexto de uma situação desconhecida faz-se o que se tem em mãos.

Nossas crianças e adolescentes, de algum modo ou outro, faziam uso da internet e redes sociais no ambiente escolar e na relação ensino-aprendizagem sendo que o referido uso é uma realidade desde antes da pandemia. Todavia, a internet pouco chegava às escolas na época da calamidade pública.

O fechamento das escolas, por resultar em uma proteção considerável para professores e alunos, trouxe a necessidade de desenvolver uma rápida e temporária alternativa: o ensino remoto. Apesar disso, as inconsistências e ausência de padronização desse ensino só terá seu impacto revelado a longo prazo (BARBOSA et al. 2022).

Nesta perspectiva, os sistemas mais preparados e organizados, do ponto de vista de suas estruturas físicas e tecnológica puderam ofertar, com maior rapidez o ensino remoto, seja através de entrega de atividades impressas às famílias, uso da TV para gravação e transmissão de videoaulas, aulas ao vivo através de aplicativos diversos em que os alunos podiam assistir em tempo real por meio do uso de notebooks e de smartphones.

Mas nem todos tiveram acesso aos bens de consumo necessários à efetivação de suas aprendizagens. Foram inúmeras crianças que não puderam acessar o conhecimento por, praticamente, dois anos de isolamento e afastamento dos bancos escolares.

Barbosa et, al. (2022), ao tratar da existência de lacunas na aprendizagem neste período, discorreu ainda que as crianças, de modo geral, enfrentaram grandes dificuldades em suas aprendizagens no período pandêmico sendo que, as crianças de altas classes sociais o efeito pareceu ser menor. Isso ocorreu tendo em vista o fato de que houve menor dificuldade para a continuidade do processo educacional por vias digitais e deveras, estes alunos por conta do aporte financeiro de seus responsáveis, puderam acessar com maior qualidade às aulas pelas vias tecnológicas, ou seja, remotas.

As autoras enfatizam, por outro lado, que as crianças de baixa renda não possuem, em geral, ambiente adequado para assistir às aulas ou fazer as atividades prescritas pelo professor.

É imperativo acrescentar que, além dos esforços maiores ou menores dos sistemas educacionais, poucas famílias puderam ou souberam auxiliar seus filhos, seja no acompanhamento das atividades online ou atendê-los com a oferta de um equipamento tecnológico que pudesse atender à demanda que o momento requeria. No que se refere a tarefa docente, sabe-se que esta necessitou de aprimoramento haja visto o momento em que a escola se encontrava. Muitos docentes procuraram atender as necessidades de seus alunos utilizando seus bens pessoais quais sejam: notebooks, TVs, smartphones e etc.

É sabido que, no Brasil, apenas a metade dos domicílios utilizam a internet na zona rural, enquanto na zona urbana o número sobe para 83,8%. Em levantamento do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), os principais motivos para a não utilização da internet foram: o serviço de acesso à internet ser considerado pelas famílias: caro, nenhum morador sabia usar a internet e o serviço de acesso à internet não estava disponível na área do domicílio (BARBOSA et, al. 2022).

Neste sentido, para além da discrepância tecnológica e educacional existente no Brasil, e se comparada as condições de acesso com outros muitos países em desenvolvimento ou já desenvolvidos, foram muitas as tentativas da escola em tentar minimizar as dificuldades, todavia, são inúmeros os relatos dos professores que a defasagem geral na aprendizagem atingiu grande porcentagem do alunado e ressoará na escola ao longo dos próximos anos, sobretudo na alfabetização nas séries iniciais do ensino fundamental.

A APRENDIZAGEM E O TRABALHO DOCENTE – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

No contexto da aprendizagem, dois fenômenos se juntaram à precariedade da educação: inexistência de meios para alcance de todos os alunos às aulas remotas e a inexistência de políticas públicas claras e objetivas voltadas à esfera educacional, no contexto do período de isolamento social.

Tais condições são evidenciadas em artigos publicados recentemente:

Nessa conjuntura, a pandemia da COVID-19 evidenciou sistemas educacionais despreparados para processos de ensino que pressupõe a utilização adequada das tecnologias digitais, não somente por conta da pouca familiaridade em ambiente escolar, como também por conta da ausência de estímulos – não desenvolvidos na escola para inclusão desses dispositivos. Mesmo a despeito da importância evidenciada. (CAVALHEIRO et. Al, 2023

No tocante à alfabetização, verifica-se que no período de isolamento e distanciamento presencial da escola, inúmeros alunos deixaram de construir saberes relacionados ao processo de ensino e aprendizagem da língua escrita. Não obstante, verificou-se ainda que se acentuou a distância entre a relação idade/ano X aprendizagem. Outrossim, as qualidades das aprendizagens não foram mantidas e não se pode deixar de considerar a necessidade de que a escola se atente à discussão referente ao padrão de qualidade no que refere à alfabetização.

A Resolução CNE/CEB nº 04/2010, que instituiu as Diretrizes para a Educação Básica, apresenta o conceito de qualidade no sentido de garantia de direitos. Desta forma, no tocante ao direito à aprendizagem, tem-se que além do pleno acesso outras questões são de suma importância para que os alunos possam avançar em suas

aprendizagens. Dentre estes fatores a referida lei cita a *inclusão e a permanência* dos sujeitos das aprendizagens na escola. Isso, de acordo com o pressuposto legal, resultaria em sucesso escolar que desencadearia na redução da evasão, da retenção e da distorção idade/série/ano. De acordo com a premissa da lei, estes fatores, em uníssono, resultariam na qualidade social da educação, que é uma conquista coletiva de todos os sujeitos do processo educativo.

Desse modo, urge a real necessidade de que os sistemas educacionais pensem estratégias assertivas visando a recuperação das aprendizagens considerando que os estudos referentes à estimulação pedagógica orientam o sentido de que o período ausente de estimulação poderia prejudicar, sobremaneira, a aprendizagem das crianças, tendo em vista o grande número de faltas.

Ao analisar a aprendizagem dos alunos foram identificadas mais dificuldades na leitura, escrita e matemática naquelas crianças que não frequentavam regularmente a escola, devido às situações adversas como problemas familiares e de saúde – antes da pandemia. Assim, neste período de pandemia que dificulta ou impossibilita a assiduidade dos escolares, é possível esperar consequências maiores a longo prazo, como menor retenção da aprendizagem durante o ano letivo ou abandono escolar (BARBOSA et Al, 2021).

Portanto, neste período pós-pandêmico, a grande preocupação dos sistemas educacionais, das escolas e seus educadores necessita voltar-se à realidade daqueles que não conseguiram se alfabetizar na idade ou tempo certo e que, neste momento, apresentam considerável atraso escolar.

Ao refletir sobre a alfabetização, aprender a ler e escrever podem ser considerados como aspectos primordiais da efetivação da educação, sobretudo, em termos de garantia de direitos sociais.

Em suma a Constituição Federal de 1988 descreve com clareza que a educação é um “direito social” (1988, artigo 6º) e que: *“É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação.* A lei também traz em seu escopo a educação como direito.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988)

E conclui em seu artigo 214 a importância de ações em todas as esferas governamentais, que se efetivem em formas que viabilizem a erradicação do analfabetismo.

A temática da alfabetização é evidenciada também na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – que orienta no sentido do conceito de alfabetização plena. Ressalta-se que o legislador acrescentou referido inciso no ano de 2022, no período que sucedeu o momento crítico do afastamento das crianças da escola:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

(...) XI – alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos. (BRASIL,1996).

Tal alteração, referendada pela maior lei que discorre sobre a educação nacional, determina a atenção especial de escolas e professores para que todos possam aprender. A alfabetização, seguindo este parâmetro, compreende a alfabetização plena como requisito indispensável para que os sujeitos possam usufruir de seus direitos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propôs reflexões acerca da aprendizagem discente e o desafio que os docentes terão pela frente para a garantia das aprendizagens. A partir de diversas leituras e correlações, buscou-se apresentar as demandas atuais vivenciadas no contexto da escola pública. Não se pode deixar para trás aqueles que não aprenderam porque não tiveram oportunidades ou porque, dentro do que lhes foi ofertado, não houve possibilidade de construção de aprendizagens significativas.

No campo da análise do ensino e da aprendizagem durante a pandemia outro fator crucial foi a real necessidade de haver participação da família no processo de transcrição do que era encaminhado pela escola ao aluno. Isso desencadeou uma série de embates cuja dimensão ainda não se consegue dimensionar.

Ademais, o que se pode inferir é que os familiares não são professores e não possuem qualificação para tal tarefa - mesmo que, alguns, apresentassem empenho e dedicação à causa do ensino. Para aqueles alunos que, por ocasião da pandemia da COVID-19, acabaram afastados do contexto escolar por quase dois anos e estavam, exatamente, no 1º ano do ensino fundamental – séries iniciais, o pressuposto legal tenderá a demorar se cumprir:

Art. 24. Os objetivos da formação básica das crianças, definidos para a Educação Infantil, prolongam-se durante os anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente no primeiro, e completam-se nos anos finais, ampliando e intensificando, gradativamente, o processo educativo, mediante:

I - desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - foco central na alfabetização, ao longo dos 3 (três) primeiros anos;

III - compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes, da cultura e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

IV - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

V - fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de respeito recíproco em que se assenta a vida social (BRASIL,2010).

Se o foco central na alfabetização se volta “ao longo dos 3 primeiros anos do Ensino fundamental” é importante que o professor e o aluno recebam as condições necessárias para que tal objetivo se concretize. Deste modo torna-se urgente a mobilização dos entes federativos para fins de subsidiar escolas e seus professores visando a urgente recuperação das aprendizagens.

Outro fator, ainda a ser aprofundado, é a situação formativa em que se encontram os professores alfabetizadores, muitos deles, inclusive, egressos do ensino superior no período pandêmico ou pós pandêmico o que poderá reforçar a necessidade de que surjam políticas públicas reparadoras de uma formação inicial precária e desprovida dos subsídios necessários para o atendimento com efetividade e qualidade de todos os alunos.

Os desafios na busca por uma educação pública de qualidade, com as dificuldades e falhas ainda mais evidenciadas pela pandemia de COVID-19, são muitos e de grande complexidade, demandando esforços e empenho na busca por caminhos e possibilidades reais para minimizar as perdas e favorecer a oferta de um ensino que garanta os direitos de todos os alunos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, L, et al. **Impactos na aprendizagem de estudantes da educação básica durante o isolamento físico social pela pandemia do COVID-19**. Revista eletrônica: Revisão Crítica ou Revisão de Escopo, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm: Acesso em: 09 jul. 2023.

BRASIL. Lei Federal 9.394/96. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Coletânea de Leis e Resoluções.** 3 .ed. Rio de Janeiro: Lيدador, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 06 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2010.

CAVALHEIRO, Adilene Ferreira Carvalho; PINHEIRO, Rosa Aparecida; MERIGHI, Renata Cristina Rogich. **Sinal de alerta: experiências educacionais no contexto de pandemia da COVID-19 nos municípios de Sorocaba e Votorantim/SP.** Quaestio: revista de estudos em educação | Sorocaba, SP | v. 25 | p. 1-24, 2023.

FGV SOCIAL. **Mapa da Riqueza no Brasil.** Disponível em: <https://cps.fgv.br/riqueza> - Acesso em 06 jun 23.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

RECONHECENDO ALGUNS AVANÇOS PARA UMA EDUCAÇÃO COM RESPEITO E SEM DISCRIMINAÇÃO



Cibele Maria de Paula Cuencas

Formada em Pedagogia, com Pós-Graduação em Educação Especial e Gestão Escolar.



Clea Dalva Oliveira Stevaux

Formada em Pedagogia e com Especialização em Didática do Ensino Superior e com Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional e Clínica.



Stella Moraes Boemer

Formada em Pedagogia e em Letras, com Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento e Ensino Superior.

RESUMO

No histórico da educação no Brasil, especialmente em relação à população negra, observa-se o modo em que o tempo de escravidão interferiu no acesso e permanência no espaço escolar e quanto atribuiu ao negro um espaço marginalizado na história do seu próprio país. Essa historicidade negativa da contribuição e do lugar do negro na sociedade brasileira levou a novos rumos em meados século XXI, ressaltamos as lutas por reparação, igualdade de oportunidades e democratização do acesso à educação, obrigando o Estado a tomar medidas decisórias para a garantia do direito à educação. Uma dessas ações foi a aprovação da Lei nº. 10.639/2003, que estabelece o ensino e

a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, sinalizando alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei n. 9394/1996), solicitando das escolas a revisão de suas diretrizes curriculares. Partindo desse novo contexto, com objetivo de refletir sobre a questão étnico-racial na construção do projeto político tendo em vista analisar se as escolas tem conseguido contemplar a temática étnico-racial no seu PPP e nos desdobramentos do seu planejamento, assim refletimos, à luz de algumas propostas legais de reconhecimento as questões que permeiam a viabilidade da interpretação humanizada da questão étnico-racial na escola, de modo a favorecer o acesso e permanência dessa parte da população como elementos fundamentais na história da construção do país.

INTRODUÇÃO

A oferta de educação para população negra no Brasil é sinalizada pela herança escravista, por longo tempo os negros foram impedidos de aprender a ler, escrever e estarem em escolas, compartilhando seus saberes e difundindo sua cultura. A história retrata que aos negros, era propiciado somente o trabalho escravo, em condições desumanas privados de inúmeros direitos com renúncias obrigatórias, indefesos. Essa realidade escravista teve reflexos negativos na formação da sociedade brasileira, atestada pelo preconceito racial que espalhou raízes nos espaços institucionais, entre eles a própria escola.

A escola, com sua referência de identidade nacional assemelhando-se à cultura dominante ocidental, negligenciou múltiplas narrativas, histórias de vidas, de grupos culturais distintos politicamente subordinados. As lutas de mobilização da população negra por equidade, oportunidade e democratização do acesso à educação se estenderam. O Estado se certificou da necessidade de contemplar medidas para garantir o direito da população negra de acessar e permanecer na escola, resgatando direitos que estavam sendo dispensados, oprimindo esse público desonrado pela história, inserindo dispositivos legais para viabilizar o acesso e participação.

Com a aprovação da Lei nº. 10.639/2003, que estabelece o ensino e a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica, registrando alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº 9394/1996). Após a aprovação desta lei, a escola também obrigou-se revisar sua política curricular, com vistas garantir a equidade, o reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, reavaliando a sua relação nos espaços com a

comunidade escolar de modo a atender esse novo dispositivo legal, examinando seu planejamento e execução das diversas práticas que permeiam o universo escolar.

Pretendendo atender as reivindicações desses movimentos, atenuando os prejuízos históricos sofridos por parte dessa população, a marginalidade vivenciada, as situações criadas e mantidas por uma estrutura social que exclui e discrimina, prevaleceram a homologação da lei nº. 10.639/2003.

Ao contextualizar a institucionalização da lei nº. 10.639/2003, aponta-se para a atuação dessa resistência que vem ganhando espaço na construção de uma nova sociedade mais justa respeitosa e igualitária. Analisemos a seguir a Lei Federal Nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003 e suas convergências com a Lei 9394/96:

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Art. 1º A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'.

Anteriormente a essa legislação haviam ensejos para que se consolidassem a ordem dessa temática.

Ao final do século XX com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a partir das lutas dos movimentos sociais, que a educação foi considerada como um direito de todo cidadão brasileiro, independentemente de sua etnia. No artigo 205, a Constituição Federal de 1.988 explicita que: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Diante desse novo entendimento, essa lei passa a credibilizar a questão da diversidade cultural na sociedade, de acordo com o que se verifica no artigo 210: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. Dessa forma, a escola pública passa a abrir caminho para o negro, tendo como fundamento o combate ao racismo em todos os seus sistemas de ensino, trazendo para os conceitos educacionais propostas que envolvam, respeitem e acolham essa população nas suas variáveis culturais.

Nota-se outro avanço significativo nesse percurso de democratização da escola, que foi a instituição em 1996 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que concedeu a redefinição de papéis e responsabilidades dos sistemas de ensino, permitindo maior autonomia à escola, flexibilizando os conteúdos curriculares e incentivando a qualificação do magistério.

Regularizando as alterações na LDB, o Conselho Nacional de Educação redigiu parecer com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas. Para Henrique e Cavalleiro (2007, p. 215), isso “constituiu uma linha divisória na política educacional brasileira, visto que, pela primeira vez, há o tratamento explícito da dinâmica das relações raciais nos sistemas de ensino, bem como sobre a inserção no currículo escolar da história e cultura afro-brasileiras e africanas”.

O parecer teve a finalidade de apresentar soluções à demanda da população afrodescendente, estabelecendo políticas de reconhecimento da igualdade racial e valorização de sua história, cultura e identidade no contexto escolar. Observa-se que as estratégias de implantação da Lei nº 10.639/2003, disponibilizou a percepção de mecanismos governamentais com a intenção de promover políticas públicas voltadas a esse público. Dia 20 de Novembro constitui-se feriado nacional “Dia Nacional da Consciência Negra”.

As alterações conferidas à educação brasileira em relação à população negra não têm sido capazes de superar o preconceito racial que aflige os espaços escolares. Existe a necessidade imperiosa de debruçarmos sobre a discussão em torno da educação étnico racial, mesmo os dispositivos criados para a sua concretização, demandam a necessidade da formação de todos envolvidos no contexto da comunidade escolar (gestores e educadores, pais e responsáveis), a fim de que o coletivo busque a concretização dessa transformação social.

REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL DENTRO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico - PPP de uma escola constitui-se como uma ferramenta importante na concretização das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais.

Apreciando o histórico denunciado, a Lei n. 10.639/03 elenca a questão das raízes africanas na nossa sociedade, atingindo os milhões de homens e mulheres que acarretaram longos anos essa insatisfação, comprometendo e desvalorizando sua cultura, costumes e religiões. Sendo assim, essa lei deve ser considerada como representações coletivas e sociais da cultura afro-brasileira referente as ações a serem implementadas nas instituições escolares, trazendo a ótica de novos horizontes.

Validando-se como resultado de uma conquista histórica de um povo marcado pelo franco preconceito, racismo e injustiça, tornando-se urgente a concepção de que a escola se aproprie desse instrumento para fomentar os debates e diálogos em torno da cultura afro-brasileira, respeitando-a permitindo o empoderamento dos estudantes negros presentes nas escolas públicas. Neste entendimento, o projeto político pedagógico se apresenta como uma importante ferramenta de transformação social, quando indica o caminho da socialização, interação e participação.

O Projeto Político Pedagógico é uma parte essencial do currículo escolar e não pode ser analisado como um elemento neutro sem significado. De acordo com Veiga (1995), o PPP atravessa a compreensão de um simples documento com planos de ensino e de atividades diversas a serem seguidas, ou um produto ilustrativo que necessita ser apresentado como prova de cumprimento de uma tarefa. Ele é uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade (p. 12-13).

Um dos objetivos para o desenvolvimento do projeto político pedagógico é formar cidadãos participativos, críticos, criativos, responsáveis e comprometidos, para transformarem a escola num local democrático, onde todos tenham participação para melhor construir o melhor da educação. Segundo Vasconcelos (2004), o projeto é um instrumento para construção de uma educação democrática e de qualidade, definindo-o como O plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se

objetiva na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. Trata-se de um importante caminho para a construção da identidade da instituição. É um instrumento teórico-metodológico para a transformação da realidade. Considerando essa visão de construção coletiva de união de interesses objetiva-se que o Projeto Político Pedagógico defenda sua função de legitimar a participação de todos que fazem parte do processo. Constitui-se um também o Projeto Político Pedagógico em uma oportunidade de romper a barreira da participação do todo, pois a contribuição democrática encaminha para o direcionamento de ações que terão sentido, dada a realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Garantir o espaço do negro na sociedade valorizando seu potencial, afirmando o compromisso de apoiar os estudantes na permanência de uma trajetória escolar, desconstruirá o que a história imprimiu. Revela a importância da educação étnico-racial a ser assimilada como uma questão contextualizada em todo currículo escolar, visando alteridade, respeito, empatia em qualquer modalidade de ensino. Suscitar o reconhecimento de todo processo histórico, das contribuições ofertadas pelos africanos que aqui foram escravizados e a superação ao longo do tempo pela resistência negra. A compreensão da luta e dos valores para termos uma sociedade mais justa. Disponibilizar condições para que os estudantes negros se percebam acolhidos em suas características étnicas e culturais, incentivados a prosseguirem em seus estudos, esse é um objetivo possível.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, requerem garantir a vigência da lei em todas as suas instâncias, orientando o trabalho desenvolvido nos currículos retomando os conteúdos de maneira positiva evidenciando a história da população negra brasileira e africana. O campo formação do professor, também é revisitado pois para este profissional atuar em sala de aula necessita de uma formação paralela da qual não foi adquirida em sua formação ao ingressar. Ao interpor ações educativas de combate ao racismo, essas reorganizações farão parte de um futuro projetado onde não haverá preconceito ou discriminação.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

BRASIL, **Lei Federal Nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1.996**. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – Casa Civil.

BRASIL, **Lei Federal Nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – Casa Civil.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Parecer CNE/CP 3/2004**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 de maio de 2004.

HENRIQUE, Ricardo; CAVALLEIRO, Eliane. **Educação e Políticas Públicas Afirmativas: Elementos da agenda do Ministério da Educação**. In: **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Sales Augusto dos Santos (Org.). Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2007.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo: Libertat, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

Revista AUTÊNTICOS

Instituto P2G Educacional
Rua Marquês de Lages, 729 - Ipiranga
CEP 04162-001- São Paulo - SP

Nossos Contatos:
Fone: 11-2947-3283
Whatsapp: 11-95123-9337

www.revistaautenticos.com.br
E-Mail: contato@revistaautenticos.com.br
Rua Marquês de Lages, 729 – Ipiranga – São Paulo-SP –CEP 04162-001
Fone: (11) 2947-3283.